

GETULIO

Ano 1 Março de 2007 R\$ 8,00

DIREITO E ECONOMIA NUM TEMPO GLOBAL

Entrevista José Eduardo Faria:
Globalização é um problema, não um destino

OS EFEITOS ECONÔMICOS
DA CORRUPÇÃO

OS SEGREDOS NA NEGOCIAÇÃO
COM A CHINA



Por trás de muitos homens de sucesso,
tem sempre um MBA da FGV.

FAÇA UM MBA COM QUEM É REFERÊNCIA.

A preferida dos CEOs

Entre os presidentes das 150 melhores empresas para trabalhar, a maioria escolheu a FGV na hora de fazer um MBA. POR DANIELA DE LACERDA

Tradição + inovação. É essa dobradinha que garante o sucesso da Fundação Getúlio Vargas, que completa 62 anos como uma das principais referências em ensino e pesquisa no país. Este ano, a instituição classificou cinco cursos no GUIA VOCÊ S/A - OS MELHORES MBAs NO BRASIL, em quatro categorias: MBA Executivo, Mestrado Profissional e especializações em Recursos Humanos e Tecnologia da Informação. Com exceção do Mestrado Executivo (coordenado pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - Ebape), todos os outros cursos do ranking são administrados pelo FGV Management, progra-

ma de educação continuada criado em 1999. O núcleo, com sede no Rio de Janeiro, surgiu a partir da Ebape e da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE). Hoje, tem 25 000 alunos de MBA, de 600 turmas diferentes, e incorporou o prestígio e a credibilidade associados à FGV.

Entre os presidentes das 150 melhores empresas para trabalhar em 2006, 20% têm um MBA no currículo. Sabe onde a maioria fez o curso? FGV Management.

NOTAS DA ESCOLA

Confira a avaliação dos ex-alunos da FGV para:

Qualidade das instalações da escola	8,9
Satisfação com o currículo do curso	9,1
Qualidade do corpo docente	9,1
Qualidade das parcerias internacionais	7,5
Capacidade do curso em impulsionar a carreira	8,7
Qualidade das discussões em classe	9,1
Qualidade do networking proporcionado	8,9

Um dos grandes trunfos do programa é o intercâmbio entre o conhecimento produzido pelas diversas escolas da FGV e, também, pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDOC, que tem

CURSOS PRESENCIAIS

Administração de Empresas | Advocacia Cível | Agronegócio | Comércio Exterior
Direito Empresarial | Empreendedorismo | Finanças | Gestão de Pessoas
Gestão Empresarial | Gestão Industrial | Logística | Marketing | Meio Ambiente
Negócios | Projetos | Saúde | Tecnologia da Informação | Vendas

CURSOS A DISTÂNCIA

Gestão | Marketing | Meio Ambiente | Projetos | Recursos Humanos



www.fgv.br/sp

O DIÁLOGO ENTRE DIREITO E ECONOMIA NUM TEMPO GLOBAL

Esse segundo número da *Getúlio* aborda as implicações do Direito num tempo de economia globalizada, e os artigos que compõem sua pauta de algum modo trafegam por dois eixos. Por um lado, a relação do Direito com uma sociedade globalizada, em que a economia e os negócios acontecem *on-line*. Por outro lado, a discussão de como o Direito responde a essas demandas nas rugosidades do empírico. Ao longo das reportagens, entrevistas e artigos dessa edição, essas questões são visitadas e repassadas.

Na grande entrevista, o professor José Eduardo Faria trata o assunto mais especificamente do ponto de vista da globalização – e com a particularidade de não entender tal processo como algo inevitável, mas como uma opção ou questão a ser problematizada. Faria enfatiza a questão de o tempo do Direito ser distinto do tempo veloz da Economia – de algum modo, o direito questiona e se coloca como uma instância que impõe limites a essa voracidade. Por outro lado, como num contraponto, Julio Faundez, docente da Universidade de Warwick, discute como o Direito deve dar suporte para a economia fluir. Ele aprofunda essa abordagem analisando as reformas jurídicas propostas pelo Banco Mundial para a América Latina – salientando a importância de estudar o Direito para entender a Economia.

O diálogo do Direito com as demandas do mercado pressupõe a questão dos Direitos Humanos, algo muito presente no trabalho de Flávia Piovesan, personagem da seção “Em foco”. E é nessa perspectiva que se dá a leitura da experiência concreta do Juizado Fluvial Itinerante, que percorre rios e igarapés do Amapá, retratado na reportagem de Luisa Destri. Uma proposta de interiorização e de inclusão dos marginalizados no Direito – não apenas o direito voltado para fora, para o global, mas o Direito que busca incluir os desatendidos do interior do país.

Há ainda o diálogo de como esse processo de globalização tirou as questões do restrito espaço nacional, colocando-as no tabuleiro internacional – e de que forma os Estados estão se organizando no nível das grandes

associações, e de como o Brasil transita e orienta seus trabalhos para a inserção internacional, por exemplo no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Dois especialistas, Maria Lúcia Pádua Lima e Murilo Vieira Komniski apresentam sobre isso diferentes pontos de vista no Debate dessa edição: “Com quem o Brasil deve priorizar suas relações comerciais?”

Aprofundando a questão, o secretário-executivo do Conselho Empresarial Brasil-China, Rodrigo Tavares Maciel, mostra como a China reage às demandas do processo de globalização e se torna cada vez mais um ativo agente internacional. Ele aponta a diferença entre a velocidade e o tipo de resposta que a sociedade e as empresas chinesas estão dando e a contrapartida por parte da sociedade e do Estado brasileiros. Um exemplo dessas respostas pode ser encontrado na análise que Carlos Ari Sundfeld faz sobre os limites e potencialidades das Parcerias Público-Privadas, forma que o Estado encontrou, por meio do Direito, de se organizar para conseguir investir na infra-estrutura e no desenvolvimento nacional, desonerando a sociedade e fugindo dos entraves burocráticos que o mesmo governo se coloca.

Mas, enfim, nem só dessas questões vive o homem interessado no Direito. Há mais surpresas nesse número, como as belas histórias trazidas pela professora e tradutora Aurora Bernardini. Em seu trabalho de garimpar novidades, ela introduz autores, como a poeta russa Marina Tsvetáieva ou o desbravador italiano Ermanno Stradelli, personagem apaixonante em suas andanças pelas grotas da Amazônia. Pode-se ainda acompanhar algumas das leituras que entretêm o professor Antonio Angarita. Ou deixar-se levar pelas lembranças do sociólogo Sérgio Adorno, que homenageia a belíssima figura, íntegra, clara e precisa que foi o mestre Octavio Ianni. Ou descobrir novas facetas do pintor, gravador e muralista Clóvis Graciano no ano de seu centenário.

Até nosso próximo encontro, em maio.

Leandro Silveira Pereira



Fundação Getúlio Vargas
Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das ciências sociais, particularmente economia e administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável

Sede: Praia de Botafogo, 190 – cep 22250-900 – Rio de Janeiro – rj
ou Caixa Postal 62.591 – cep 22257-970 – Tel.: (21) 2559-6000

Primeiro-Presidente e fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Conselho diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Felix de Bulhões, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Julio de Almeida Senna e Nestor Jost.

Getúlio
revistagetulio@fgvsp.br

Editor: Carlos Costa
Editor-assistente: Sérgio Praça
Editor de arte: Marcos Ribeiro
Design Gráfico e editoração eletrônica: André Spinelli
Ilustração da capa: Marcelo Garutti
Colaboraram nesse número: Carmo Chagas (edição de texto), José Batista Carvalho (revisão), Antonio Angarita, Aurora Fornoni Bernardini, Camila Mamede, Carlos Ari Sunfeld, Diogo Coutinho, Emerson Fabiani, Flávia Piovesan, Geoffrey Scarmelote, José Eduardo Faria, Julio Faundez, Gabriel Kwak, Gabriella de Lucca, Luciana Cardoso, Luisa Destri, Luísa Pécora, Maria Lúcia Pádua Lima, Marcos Fernandes Gonçalves da Silva, Murilo Vieira Komniski, Rodrigo Tavares Maciel, Sergio Adorno.
Jornalista responsável: Carlos Costa (reg. MTPS 11.862)

Direito GV

Diretor: Ary Oswaldo Mattos Filho

Vice-Diretor acadêmico:
Antonio Angarita

Vice-Diretor administrativo:
Paulo Goldschmidt



DIREITOGV



www.edesp.edu.br

GVlaw
Coordenador: Leandro Silveira Pereira

Endereço Direito GV:
Rua Rocha, 233 – 01330-000
São Paulo – sp
Tel.: 3281-3333

SUMÁRIO

- 03 Apresentação: direito e economia em tempos globais**
Por Leandro Silveira Pereira
- 05 Cartas: as repercussões do número de lançamento de *Getúlio***
- 06 Os segredos decisivos na negociação com a China**
Por Rodrigo Tavares Maciel
- 10 Os efeitos econômicos da corrupção**
Por Sérgio Praça
- 16 Globalização é um problema, não um destino**
Entrevista com José Eduardo Faria
- 24 Em foco: a trindade ativista de Flávia Piovesan**
Por Luisa Destri
- 27 Vida acadêmica: teses que apontam novos caminhos**
- 28 Não há Economia sem Direito**
Por Julio Faundez
- 32 Debate: com quem o Brasil deve priorizar relações comerciais**
Por Maria Lucia Pádua Lima e Murilo Vieira Komniski
- 37 Notas curtas: notícias do mundo do Direito**
- 38 Limites e potencial das parcerias público-privadas**
Por Carlos Ari Sunfeld
- 42 Homenagem: Octavio Ianni e a sociologia em sintonia com o tempo**
Por Sérgio Adorno
- 45 Notas curtas: notícias do mundo do Direito**
- 46 Amapá: a justiça itinerante fluvial vai aonde o povo está**
Por Luisa Destri
- 52 Biblioteca: livros que fizeram minha cabeça**
Por Antonio Angarita
- 54 Tradução, com T de tragédia**
Por Aurora Bernardini
- 60 Clóvis Graciano: 100 anos de um artista**
Por Gabriel Kwak
- 66 Cinema, muito mais que “a melhor diversão”**
Por Carlos Costa

CARTAS

Essa é uma amostra dos inúmeros e-mails, telegramas e cartas recebidos pelo lançamento de *Getúlio*:

Recebi e muito agradeço as publicações da *GVlaw*. Deu-me grande satisfação o ingresso da FGV no campo dos estudos jurídicos. A criação das Escolas de Direito do Rio de Janeiro e de São Paulo era um velho sonho meu. Queira receber minhas felicitações pela amplitude dos trabalhos já realizados e meus votos de crescente êxito para todos os órgãos ligados ao *GVlaw*.

M. Pio Corrêa, Fundação Getúlio Vargas

Recebi a *Getúlio*, excelente publicação da *GVlaw* da Fundação Getúlio Vargas. A leitura foi extremamente agradável e de conteúdo inquestionável. Agradeço a essa Instituição pela lembrança desse advogado e professor na divulgação do primeiro número, e espero continuar a fazer parte desse selecionado grupo. Como membro editorial de algumas publicações sei o exaustivo trabalho que é necessário para a viabilidade de uma publicação. Sucesso.

Sólon Cunha, Advogado, Machado, Meyer, Sendacz e Opice

Recebi a *Getúlio*, distinguido que fui com o envio de seu primeiro exemplar, pelo que apresento meus agradecimentos e votos de sucesso.

Benito A. de Figueiredo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Agradeço o envio da primeira edição da *Getúlio* e desejo-lhes sucesso com a nova publicação.

Ivan Zurita, Nestlé Brasil Ltda

Agradeço a gentileza de enviar a publicação *GVlaw*, acompanhada do primeiro exemplar da *Getúlio*.

Nestor Jost, Conselho Diretor, FGV

Com muita satisfação, recebi a primeira edição da *Getúlio*. Parabéns aos coordenadores do programa *GVlaw* pela iniciativa de disponibilizar, em forma de publicação, temas tão importantes como o Direito e Economia. Tenho certeza de que a revista irá contribuir, e muito, para a ampliação do debate sobre tão relevantes temas.

João Sampaio, Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Recebi, com grande satisfação, os três trabalhos da FGV/*GVlaw*, os *Cadernos*, a *Getúlio*, cuja qualidade e excelência são motivos de orgulho para todos nós da FGV. Parabéns.

Ernane Galvêas, Consultor Econômico da Presidência, CNC

Agradeço o envio da primeira edição da *Getúlio*. Congratulo-os pelo excelente trabalho.

Hubert Alquéres, Secretário de Comunicação do Estado de São Paulo

Cumprimentos pela *Getúlio*, destacando a qualidade das matérias como do produto gráfico. Desejo sucesso ao empreendimento.

Carlos Alberto Felizola Freire, Secretário Executivo da Associação Brasileira de Concessionária de Rodovias

Recebi com alegria a primeira edição da *Getúlio*, que traz artigos interessante e atualizados. Sucesso.

Dora Silvia Cunha Bueno, Presidente, Câmara Brasil-Israel

Agradeço o envio da *Getúlio* nº 1 e apresento-lhes votos de consideração e apreço.

Ministro José Delgado, STJ

Corajosa a entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo, economista sagaz em tempos covardes, ainda que palmeirense! O debate entre Marcos Roberto Fuchs e Roberto Freitas Filho sobre advocacia pro bono revela a dimensão interessadamente desinteressada do exercício da profissão.

Prof. Dr. Clóvis de Barros Filho, Coordenador do programa de mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM, professor de Ética e Legislação da ECA-USP.

Recebi e folhee com gosto as publicações enviadas. O *GVlaw* confirma, mais uma vez, o conceito que detém na praça de instituição séria e laboriosa, à altura das melhores tradições da Fundação Getúlio Vargas. Parabéns.

Antônio Dal Fabbro, Coordenador do GVPEC, FGV

Agradeço a gentileza do envio da primeira edição da *Getúlio*.

Desembargador Carlos Muta, TRF 3ªR

Agradeço o envio da *Getúlio* nº1, e renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Desembargador Jorge Góes Coutinho, Tribunal de Justiça Estado do Espírito Santo.

Crédito: o texto sobre a Sala São Paulo, que fechou o número 1 de *Getúlio*, é de autoria do jornalista Gabriel Kwak.

Agradecemos a todos os que escreveram. Cartas, sugestões e comentários sobre as reportagens, entrevistas e artigos veiculados por *Getúlio* são muito bem-vindos. Escreva para Revista *Getúlio*, Rua Rocha, 233, CEP 01330-000, ou envie para o endereço eletrônico revistagetulio@fgvsp.br

OS SEGREDOS DECISIVOS NA NEGOCIAÇÃO COM A CHINA

Foto/Tiana Chinelli



Por Rodrigo Tavares Maciel

O secretário-executivo do Conselho Empresarial Brasil-China demonstra que, para alcançar sucesso em parcerias, temos de começar por entender a lógica da cultura chinesa nos negócios

Ao partir para a negociação com os chineses, é decisivo entender como eles raciocinam, qual é a cultura de negócio deles. Às vezes as pessoas enfatizam o cerimonial, como a conveniência de usar as duas mãos ao entregar o cartão de visitas a um chinês, mas a diferença não está aí. A diferença está em realmente entender a cultura de negócio na China. Copiamos, no Brasil, o modelo americano, em que os interessados se sentam à mesa, trocam meia dúzia de palavras e já começam a discutir transações comerciais. Tempo é dinheiro. Na China não é assim. O chinês quer conhecer um pouco melhor o parceiro, quer saber se pode confiar nele, numa negociação cara a cara.

Então, se você quer iniciar uma *joint-venture*, uma parceria, pode até começar por telefone ou por troca de e-mails. Mas, antes de avançar nas negociações, o chinês vai querer se sentar frente a frente para conversar pessoalmente, convidar para uma visita à China e com certeza ficará feliz se for recebido no Brasil. Os chineses fazem questão de aprofundar o relacionamento, no correr da negociação. Entender essa cultura, essa lógica, é o primeiro passo para quem quer trabalhar com a China.

Outros países já perceberam isso, tanto é que 65% das importações chinesas têm origem no capital de empresas estrangeiras que se instalaram lá. Os Estados Unidos já têm mais de 12 mil empresas na China. O Japão tem mais de 4 mil, o Canadá mais de 6 mil, enquanto o Brasil tem menos de 20. Precisamos observar esses movimentos para não ficarmos para trás. Além disso, é necessário no Brasil um ambiente competitivo para disputar com a China em terceiros mercados.

E isso é para ontem, pois o produto brasileiro está sendo substituído pelo chinês em mercados que foram tradicionalmente nossos. Exemplar é o que acontece com a Argentina, um vizinho que desde sempre era comprador cativo de produtos brasileiros. Ainda exportamos mais para os argentinos do que a China, mas, nos últimos dez anos, enquanto a exportação chinesa para a Argentina cresceu 300%, a do Brasil cresceu 80%. Cabe então a pergunta: até quando o Brasil continuará exportando mais para os vizinhos do que os distantes chineses? A verdade é que, na Argentina, os produtos brasileiros vêm perdendo espaço, substituídos pelas marcas chinesas, sobretudo porque estas últimas custam menos.

Precisamos estar atentos, pois a China não pára de crescer. Sinto-me em condição de fazer essa afirmação pois estudo esse país há mais de seis anos, muito antes de assumir a secretaria-executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Trabalho desde os tempos de estudante de Direito. Comecei como estagiário num escritório de advocacia, em 1993, fui efetivado no final de 1998, quando me formei. Em 2001 o escritório foi contratado para elaborar uma análise do setor de telecomunicações em diversos países e fiquei responsável pela China. Tive então que fazer uma introdução sobre a Constituição chinesa, sobre o sistema jurídico, a segurança do sistema.

Os Estados Unidos já têm mais de 12 mil empresas instaladas na China; o Japão mais de 4 mil; Canadá, 6 mil, enquanto o Brasil tem menos de 20

Depois disso, em 2003, durante meu mestrado em Chicago, mais de metade de minha turma, quase 60%, era de asiáticos. Desse grupo de asiáticos, metade era chinês. Estreitei laços com eles, aprofundei leituras e conversas. Por essa época, organizava no Brasil um seminário com a Câmara de Comércio Americana, focalizando basicamente China, Índia e Rússia. Em 2004, fui trabalhar na China durante dois meses. Aí o meu interesse pelo país virou quase profissão. Ganhei experiência, pude conhecer um pouco melhor a China e como as coisas funcionam por lá.

No fim de 2004 passei a trabalhar no escritório Verano Advogados, tendo a China como área de coordenação. Como representante do escritório, entrei para o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). Tive oportunidade de trabalhar com empresas brasileiras investindo na China e com empresas chinesas vindo para o Brasil. O CEBC foi fundado em 2004, quando o presidente Luís

Inácio Lula da Silva recebeu o presidente da China, Hu Jintao, em Brasília.

O CEBC é um projeto do setor privado, com uma seção chinesa e uma seção brasileira. Na brasileira temos em torno de 30 empresas, que são algumas de nossas maiores corporações fazendo negócios na China, como a Embraer, a Vale do Rio Doce, a Embraco. Na seção chinesa também há grandes empresas de lá que fazem negócios e investem no Brasil.

Quando entrei para o CEBC, o secretário-executivo era Renato Amorim. Quando ele assumiu a diretoria de Relações Internacionais da Vale me convidou para substituí-lo. Foi uma proposta especial para mim, porque a China não pára de crescer, é uma área de trabalho gigantesca. Hoje, no Brasil, o CEBC é a instituição mais séria a falar sobre a China. Não se trata de uma entidade nem pró nem contra a China. A intenção das empresas que criaram o CEBC era trazer, para o Brasil, informações relevantes a respeito da China e sobre o relacionamento entre os dois países.

Nesse período tem sido fácil lidar com as peculiaridades do mercado chinês, até porque em 2004 houve entre nós uma espécie de febre pela China. Acreditava-se que a China seria a solução dos problemas do Brasil, a grande oportunidade de o Brasil voltar a crescer, com investimentos gigantescos daquele país. O merca-

do estava, de certa forma, necessitado de profissionais qualificados e com alguma experiência em relação à China. Por existir essa necessidade, qualquer pessoa que entendesse um pouco mais de China já tinha uma grande oportunidade.

Na realidade, o Brasil foi muito procurado pelos chineses de 2004 para cá. Antes o comércio com a China era inexpressivo, cerca de um vigésimo do atual. Ouve-se muita crítica à pauta de exportação do Brasil para a China. De fato, é uma pauta concentrada em que os principais produtos são soja e minério, ou seja, produtos básicos, sem valor agregado. Isso porque foi a China que veio ao Brasil em busca de matéria-prima para suprir seu crescimento. Cabe ao Brasil, agora, fazer o movimento inverso. Os empresários brasileiros, assim como o governo, devem ir à China atrás de mercado. E o sr. Chen Duqing, embaixador chinês no Brasil, tem insistido nisso em suas palestras.

Temos excelentes produtos e um grande potencial para vender, mas só fazer propaganda não adianta. No mundo globalizado não é mais assim. O vendedor é quem procura o comprador, e não o contrário. Temos que diversificar a pauta de exportações. A China, sem dúvida, é um grande exportador e importador. Hoje exporta algo em torno de US\$ 800 bi e importa cerca de US\$ 600 bi. A previsão é de que vai importar aproximadamente US\$ 1 trilhão em 2010. Nossa participação, no volume de comércio com a China, está em 0,9% e temos condições de tornar essa balança ainda mais favorável ao Brasil.

Para isso precisamos fazer com que os chineses saibam que podemos suprir outras necessidades deles, além de produtos básicos. E nesse cenário a Embraer foi importante, pois mostrou concretamente que o Brasil produz tecnologia. Muitos empresários chineses já disseram isto:

Os chineses investem pesado em infra-estrutura, facilitando as exportações. Aqui as empresas perdem milhões para levar os produtos até os portos

pensavam que o Brasil fosse apenas fornecedor de matéria-prima. Quando a Embraer chegou lá com um produto altamente sofisticado e começou a produzir na China, eles ficaram admirados: “Ué, o Brasil produz avião?”

Outros exemplos importantes são a Embraco, com os compressores, a Veg, que também instalou uma fábrica lá, e a Politech, que está fechando negócio para fazer o censo chinês. Esses movimentos são importantes, mas ainda falta muito. Falta o Brasil se desenvolver, e para isso tem que haver parceria com o setor privado, uma estratégia para enfrentar a China – não no sentido de combater, e sim para encarar o crescimento chinês e entender quais são as oportunidades e quais são os desafios, pois existem os dois.


Um erro freqüente na análise do fenômeno chinês é justificar a competitividade deles apenas pelo baixo custo da mão-de-obra. Até há um argumentado interessante de Daniel Rosen, um craque em China, que escreveu um artigo na nossa publicação *Carta da China*. Ele afirma que uma das desvantagens dos chineses é justamente depender tanto da mão-de-obra barata. No momento pode ser uma vantagem, mas daqui a pouco se transformará em desvantagem, na medida em que a China deixa de receber a tecnologia. Lá as empresas de fora deixam de investir em tecnologia, que é cara, para usar a mão-de-obra barata. A Toyota fabrica um modelo no Japão com 95% de tecnologia; na China o índice cai para 50%.

Mas é importante levar em conta que a mão-de-obra chinesa é mais barata se comparada com a dos países ocidentais. Mas na comparação com Vietnam, Índia, Coréia, deixa de ser tão barata. Mesmo assim a China cresce mais do que esses países. Ocorre que os chineses têm investido de forma impressionante em infra-estrutura, facilitando as exportações, o que não acontece no Brasil. Aqui as empresas perdem milhões na operação de levar seus produtos da fábrica até os portos.

Existem impressionantes projetos de pátios industriais, que juntam espaço para fábricas, escolas, alojamentos, tudo ao lado de um porto. Assim, a empresa coloca sua planta dentro desse parque, onde também está instalada a universidade que fornecerá mão-de-obra qualificada. A produção vai direto para o porto ao lado, com a facilidade do escoamento dos produtos. Esse tipo de investimento é algo que deveríamos observar e

copiar. O Brasil precisa fazer um grande esforço nesse sentido, urgentemente.

Além dos investimentos em infra-estrutura e educação, o sistema tributário dos chineses é bem mais simples. No ano passado participei da comitiva que o vice-presidente José Alencar levou à China. Na volta, a pedido dele, elaborei um relatório comparando os sistemas tributários chinês e brasileiro. Enquanto a carga tributária brasileira gira em torno de 38% do PIB, na China esse índice cai para 17,4%. Isso significa, em síntese, que na China a busca pelo capital é mais barata. Obviamente a taxa de câmbio também ajuda. São esses fatores que justificam a competitividade chinesa, não apenas o valor da mão-de-obra.

Uma das principais metas deles, atualmente, é o setor automotivo. Por enquanto o carro chinês ainda é de baixa qualidade, apresenta muitos defeitos. Só que a China se prepara para ser o segundo maior mercado de automóveis do mundo. Eles exportam cada vez mais autopeças para empresas como Mercedes-Benz, General Motors, Ford. E o preço deles, uma vez mais, é preocupante. Um exemplo muito próximo, para nós, é o Chana, que será fabricado no Uruguai e colocado à venda no Brasil. Custará, aqui, 5 mil reais a menos do que o Uno Mille. 

Depoimento transcrito de entrevista a Carlos Costa.

OS EFEITOS ECONÔMICOS DA CORRUPÇÃO

Difícil mensurá-la, pior ainda evitá-la: a corrupção integra nosso cotidiano e afeta, para o bem ou para o mal, nossas atividades econômicas

Por Sérgio Praça

Em 1994, na província chinesa de Hubei, 20% da safra de algodão foi inutilizada, pois o governo comunista editara um decreto obrigando todos os camponeses a comprar um pesticida fabricado pela empresa de um dos secretários locais do partido. Pesticida, é claro, de qualidade duvidosa, o que ajudou a salvar a vida da mulher de um certo camponês. Após briga familiar, ela bebeu o pesticida e foi impedida de ter o que certos filósofos consideram o “consolo extraordinário” do suicídio, devido à imitação barata produzida pela empresa do burocrata partidário. O marido enviou carta de agradecimento.

Retirado o aspecto anedótico do caso, resta algo importante: o efeito econômico da corrupção. Pois é corrupção a empresa de um membro de um partido fornecer para o governo controlado por esse mesmo partido político. Para citar a definição corrente entre os economistas e alguns cientistas políticos que estu-

dam o assunto, é o uso de um cargo público para fins privados. O caso chinês não foi citado à toa. Trata-se de um país que alia corrupção burocrática a desenvolvimento econômico. Antes de exclaimar “desenvolvimento melhor que o nosso!”, convém verificar como trabalham os burocratas chineses.

Kevin O'Brien e Lianjiang Li, no texto “Selective Policy Implementation in Rural China” (*Comparative Politics*, v. 31, n. 2, 1999), ressaltam que, ao contrário dos burocratas da maioria dos países, os membros rurais do partido comunista chinês não são empregados de uma única agência governamental, responsáveis por um número limitado de tarefas. São “burocratas-políticos”, respondem pela administração política e econômica de uma certa região. Os autores dividem as políticas em “populares” – visam a ajustar as relações entre quadros políticos e cidadãos e proteger estes últimos do comportamento possivelmente corrupto dos burocratas

– e “impopulares”, que incluem controle de natalidade e arrecadação legal de impostos.

Onde estão os incentivos à corrupção? Esses burocratas são avaliados pelos superiores assim que terminam seus mandatos, sendo que se considera quão bem atingiram as metas de implementação de políticas públicas que lhes cabiam. Os líderes locais que não conseguem persuadir os burocratas acima deles de que preencheram, sim, a cota de implementação podem sofrer uma redução permanente de até 15% do salário do quadro rural ou mesmo a demissão. De acordo com O'Brien e Li, esse sistema de responsabilização encoraja a implementação seletiva de políticas públicas, pois os burocratas rurais se concentrarão nas políticas mais facilmente quantificáveis. O sistema, portanto, incentiva a autonomia dos burocratas. Uma consequência possível é a corrupção, principalmente na forma de extorsão dos cidadãos atendidos.

Histórias parecidas em relação a funcionários da alfândega de diversos países são recorrentes, mas um caso sui generis é relatado pelo jornalista carioca Guilherme Fiuza no excelente *3.000 Dias no Bunker* (Ed. Record, 2005). Era 1986 e a Receita Federal estava em greve. Pedro Parente e alguns colegas do Banco Central queriam implementar um sistema que permitisse organizar os gastos públicos do governo federal, com o objetivo de mais bem planejar e, eventualmente, fiscalizar os atos dos governantes. Não havia computador potente o suficiente para rodar o programa. Pois então importou-se um IBM, retido pelos agentes alfandegários grevistas. Com uma carteirada, Parente e outros técnicos retiraram o computador. Esse pequeno ato de corrupção permitiu que se iniciasse o Siafi (sistema integrado de administração financeira), utilizado por parlamentares e jornalistas poucos anos depois para documentar algumas das falcatruas da equipe de Collor.

Graxa ou areia nas engrenagens?

Se um caso de leve corrupção burocrática acabou tendo um saldo altamente positivo, o diagnóstico corrente no Brasil (e em organizações como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) é contrário: corrupção faz mal à economia. Essa é a opinião, em certa medida, do economista Marcos Fernandes Gonçalves da Silva, professor da FGV-SP. “Não existe relação direta entre o produto interno bruto de um país e a percepção sobre o quanto ele é corrupto, mas a corrupção está relacionada à pobreza, sim. Em governos muito pobres, os funcionários públicos ganham mal e uma maneira de obter recursos é pela corrupção”, afirma. “Mas é impossível saber o quanto o Brasil per-

A corrupção teria a função de integrar diferentes partes da sociedade, algo necessário em países em desenvolvimento

de com a corrupção governamental. São informações ocultas.”

Corrupção e desenvolvimento econômico são temas candentes no Brasil, onde o senso comum admite, sem muita necessidade de comprovação empírica, que a primeira abunda e o segundo é escasso. Há, nas ciências humanas, ao menos duas abordagens bastante distintas acerca da relação entre corrupção e desenvolvimento. A primeira, associada à teoria da modernização e preconizada por autores como Samuel Huntington e Joseph Nye, não trata o fenômeno da corrupção sob um viés moralista, mas sim como indutora do desenvolvimento econômico. No entender de Huntington, a corrupção pode ser mais predominante em algumas culturas do que em outras, mas na grande maioria das culturas parece ser mais predominante durante as fases mais intensas da modernização.

Samuel Huntington fornece, em seu clássico *Political Order in Changing Societies* (Yale University Press, 1968), algumas possíveis vantagens da corrupção: “A corrupção confere benefícios imediatos, específicos e concretos para grupos que poderiam estar completamente alienados da sociedade. Assim, a corrupção pode ser funcional para a manutenção do sistema político da mesma maneira que as reformas o são” e “a única coisa pior do que uma sociedade com uma burocracia rígida, demasiadamente centralizada e desonesta é uma sociedade com um corpo burocrático rígido, demasiadamente centralizado e honesto”.

Para autores como ele, a corrupção funciona como graxa nas engrena-

gens. Tem um importante efeito redistributivo. É um substituto funcional para a participação direta no poder, é o cimento que une as elites e os partidos políticos e afeta a eficácia do exercício do poder. A corrupção teria a função de integrar diferentes partes da sociedade, algo bastante necessário em países em desenvolvimento.

Antes que eles sejam acusados de advogar corrupção para países menos desenvolvidos enquanto preservam a “moral” em seus próprios países, é bom salientar que Joseph Nye, importante cientista político norte-americano, admitiu em 1967 que “a corrupção, no fim das contas, provavelmente foi um fator positivo tanto para o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos quanto para o desenvolvimento econômico da Rússia”. Nye define a corrupção como “comportamentos que desviam dos deveres formais de um cargo público de modo a possibilitar ganhos particulares”. Minimalista, essa definição não é muito distante da adotada por autores que enxergam a corrupção como um fator que inibe o desenvolvimento econômico.

O custo para a construção de diversos projetos na Itália caiu dramaticamente após a Operação Mãos Limpas, no início dos anos 90. Em 1991, 1 quilômetro de metrô em Milão custava US\$ 227 milhões, preço que caiu para US\$ 97 milhões quatro anos depois. Difícil imaginar como esse superfaturamento poderia ter sido bom para o desenvolvimento econômico da Itália. Significou, simplesmente, desperdício de dinheiro público. É um exemplo que corrobora a visão da corrupção como

inibidora do desenvolvimento. Essa segunda perspectiva, associada ao liberalismo e às políticas sugeridas pelo Consenso de Washington, também não enxerga a corrupção com um olhar moralista.

Nas palavras de William Easterly, economista que trabalhou durante 16 anos no Banco Mundial e escreveu *The Elusive Quest for Growth* (MIT Press, 2001), “exigir que empresários do setor privado paguem propina é uma espécie de imposto direto sobre a produção, então é de se esperar que a corrupção diminua o crescimento econômico”. O cientista político Cláudio Gonçalves Couto, da PUC-SP, concorda: “A corrupção gera, entre os atores econômicos, custos de transação que não deveriam existir. Além disso, torna os investimentos menos seguros”.

Diversos estudos mostram que há uma correlação negativa entre corrupção e crescimento, assim como há correlação negativa entre corrupção e a parcela do PIB revertida para investimentos públicos. Paolo Mauro, economista do Fundo Monetário Internacional, por exemplo, afirma que a associação negativa entre corrupção e investimento, assim como entre corrupção e crescimento econômico, é significativa em 70 países estudados.

Mas, afinal, a corrupção é graxa ou areia nas engrenagens econômicas de um país? Há quase um consenso entre os economistas, atualmente, em considerá-la ruim para o desenvolvimento. Em Uganda, o economista sueco Jakob Svensson aplicou pesquisa com empresas privadas e descobriu que, em média,

essas companhias pagavam US\$ 1.820 por mês em propinas para o governo (ver “Who must pay bribes and how much? Evidence from a cross-section of firms”, *Quarterly Journal of Economics*, v. 118, n. 1, 2003). Isso equivale a 8% dos gastos com empregados. Metade das firmas gastavam mais em propina do que em novos investimentos. Areia nas engrenagens, sem dúvida.

Como medir a corrupção?

Já que não interessa nem ao burocrata corrupto nem ao empresário que paga propina para abrir uma loja em rua vedada a estabelecimentos comerciais denunciar o ato de corrupção, pois são ambos transgressores da lei, medi-la torna-se muito difícil. A maneira encontrada por organizações internacionais e pesquisadores para ter noção sobre quão corrupto é um país é a aplicação de questionários com empresários, operadores do mercado financeiro e exportadores.

O mais famoso indicador desse tipo é o Índice de Percepções de Corrupção da Transparência Internacional. Pede-se aos entrevistados que atribuam nota de 0 (mais corrupto) a 10 (menos corrupto) a diversos países listados – em 2006 foram 163 nações. A organização admite que “não se sabe o peso das informações objetivas sobre cada país na formação da opinião média sobre aquele país. Também não se conhece a medida em que as opiniões dos respondentes são formadas a partir da experiência direta, de conhecimento mais aprofundado sobre os ambientes dos países, se decorrem da leitura

do noticiário ou se simplesmente repetem outras opiniões”.

Cláudio Weber Abramo, diretor-executivo da Transparência Brasil, aponta em “Percepções pantanosas” (*Novos Estudos Cebrap*, v. 73, novembro de 2005) que “esse tipo de ranking não dá nenhuma idéia a respeito da integridade das instituições dos países e, muito menos, de sua evolução ao longo do tempo”. Para Cláudio Gonçalves Couto, o índice da Transparência Internacional é “razoavelmente fidedigno, pois se baseia na percepção dos investidores, em primeiro lugar, e também na de outros atores da sociedade”.

O fato de o Brasil ser considerado de acordo com o mais recente ranking o 70º menos corrupto de 163 países, tanto quanto a China (ambos com nota 3,3), obviamente não quer dizer que os atores políticos brasileiros são tão corruptos quanto o partido comunista chinês. Significa, no entanto, que o público externo nos considera tão corruptos quanto os chineses. Oscar Roberto Jr., economista e consultor, endossa o coro: “A corrupção chinesa certamente inibe diversos investidores, mas tem outros atrativos a oferecer: moeda desvalorizada, juros mais baixos do que os brasileiros, mão-de-obra qualificada a preços competitivos e carga tributária mais baixa”.

De volta ao problema da mensuração de atos corruptos, Miriam Golden e Lucio Picci encontraram um jeito bastante engenhoso e original para saciar essa necessidade acadêmica – e, por que não dizer, social – no artigo “Proposal for a new measure of corruption, illustrated with Italian data” (*Economics & Politics*, v. 17, 2005). Calcularam a diferença entre a previsão orçamentária para a infra-estrutura pública (estradas, hospitais, escolas) e o que engenheiros

Em 1991, 1 km de metrô em Milão custava US\$ 227 milhões, preço que caiu para US\$ 97 milhões quatro anos depois

dizem que foi realmente gasto nesse sentido em todas as 20 regiões italianas durante o ano de 1997. Levando em conta apenas as dotações orçamentárias, o sul da Itália é mais bem equipado do que o norte. Mas, quando os autores calcularam o que havia sido de fato construído, encontraram quadro oposto: o norte tem mais escolas, hospitais etc. Perguntam, com alguma ironia, o que aconteceu com o dinheiro. Na região de Campânia, no sul, gastou-se quatro vezes mais para construir uma estrada do que a média nacional. Mas a Itália não é um país desenvolvido?

Legislação em excesso

As descobertas acima relatadas se encaixam perfeitamente com os resultados da célebre operação “mãos limpas”. Entre maio de 1993 e fins de 1994, 338 deputados federais (com ou sem mandato), 100 ex-senadores e 1.373 servidores foram investigados.


Ainda que o Judiciário italiano tenha demonstrado uma habilidade singular em responsabilizar parlamentares por atos corruptos, um número significativo de juízes foi acusado de agir em conluio com esse tipo de legislador. De acordo com o Ministério da Justiça da Itália, 203 juízes estavam sob investigação em 1998, suspeitos de participar de crimes de corrupção, abuso de poder e até mesmo de integrar associações mafiosas. A cientista política Donatella Della Porta fornece um exemplo interessante sobre como um juiz pode agir de maneira corrupta. Segundo ela, o trabalho de magistrados de Palermo e outras cortes no sul da

Itália contra atividades mafiosas era freqüentemente atrapalhado por decisões tomadas um grau acima na organização burocrática da magistratura pelo juiz Corrado Carnevale. Sentenças condenando mafiosos e políticos envolvidos em corrupção eram revertidas por ele.

Há ainda outra perspectiva sobre a corrupção nesse país economicamente desenvolvido. O excesso de legislação e a corrupção endêmica da burocracia eram características da administração pública italiana deliberadamente desenhadas pelos parlamentares para aumentar suas chances de reeleição, pois permitiam que eles efetivassem serviços mais focados em suas bases eleitorais. Os cidadãos italianos teriam as mãos atadas caso desejassem punir os burocratas corruptos que agiam junto com parlamentares, pois, como nota Miriam Golden, “caso desaprovassem a excessiva burocratização, poderiam eleger um parlamentar que lutaria contra essa ineficiência. No entanto, apenas um parlamentar não conseguiria alterar as leis extensas que facilitam a corrupção e a ineficiência. E seria um pior provedor de serviços para a base eleitoral” (ver “Electoral Connections: the Effects of the Personal Vote on Political Patronage, Bureaucracy and Legislation in Postwar Italy”, *British Journal of Political Science*, v. 33, 2003).

Grande autonomia aos burocratas italianos era conferida pela legislação excessivamente detalhada aprovada pelos deputados. Os cidadãos estavam freqüentemente arriscados a agir fora da lei, mesmo

não sabendo. Fator que claramente aumentava a autonomia dos burocratas, pois permitia que determinassem, interpretando as leis, quais atos eram legais e quais eram ilegais. Esse excesso de autonomia para os burocratas aumentava a probabilidade de corrupção, pois permitia que eles exigissem suborno para ignorar leves (e confusas) infrações à lei ou para ‘ajudar’ o cidadão a interpretar a legislação. Ao criar uma situação caracterizada pela alta autonomia dos burocratas, os parlamentares aumentaram sua capacidade de intervenção e facilitação de serviços às bases eleitorais. Conluio, portanto, entre legisladores e burocratas. A vítima é a de sempre.

Todos esses dados servem para contrariar Huntington, antropólogos e jornalistas que culpam a “cultura brasileira” pela corrupção. Não há como mudar de povo, a não ser em piadas sobre ditadores comunistas. E isso não é necessário. Avanços ocorrem com a melhoria das instituições políticas. Marcos Gonçalves elogia, por exemplo, o programa de fiscalização de verbas do governo federal repassadas aos municípios realizado pela Controladoria Geral da União desde 2003. Já foram fiscalizadas 1.161 cidades, somando R\$ 7 bilhões auditados. “É uma boa idéia e parece ser eficaz. Mas, como a maior parte dos municípios investigados tem problemas, é preciso pensar, estrategicamente, em medidas preventivas”, afirma, sugerindo duas. “Poderia se realizar o processo licitatório de compras públicas exclusivamente pela internet. E também disponibilizar a execução orçamentária – ou seja, quanto e como o poder público gasta – de forma eletrônica, de fácil acesso para os cidadãos”. Enquanto aguardamos, evitemos subornar policiais rodoviários. 

Corrupção no processo orçamentário brasileiro

Ex-deputado federal João Alves de Almeida (PPR) acumulou US\$ 30,5 milhões entre 1989 e 1992. Junto com outros seis parlamentares de baixa estatura (característica comum que conferiu ao grupo o apelido de “anões do orçamento”), Alves controlou a Comissão Mista de Orçamento nesse período, tendo sido relator-geral em 1989, 1990 e 1991. Essa comissão é a encarregada de analisar a proposta orçamentária enviada pelo Executivo, verificar sua adequação técnica e emendá-la. Uma vez que o projeto de lei orçamentária é aprovado pela comissão, segue ao plenário e, então, para o Executivo, a quem é permitido gastar tudo que está expressamente discriminado na lei orçamentária.

João Alves, no cargo de relator-geral, passou a decidir a inclusão de novas despesas no orçamento: construção de pontes, escolas, hospitais, verbas para programas sociais, recursos para grandes obras. Além disso, poderia incluir em seu relatório o aumento da dotação em despesas já previstas no projeto do Executivo. Em 1998 os deputados federais e senadores propuseram 2.604 emendas ao

orçamento do governo federal. No ano seguinte o número aumentou para 13.000. Em 1991 foram 15.638 emendas. Tanto em 1992 quanto em 1993, 76 mil emendas orçamentárias foram propostas. Alves e seus colegas de comissão, mancomunados com certos ministérios do governo Collor, pressionavam para que o dinheiro destinado a certas emendas fosse liberado. Tão logo isso acontecia, os agentes políticos corruptos recebiam parte da renda por meio das empreiteiras e consultorias contratadas especificamente para essa apropriação indevida.


Três causas podem ser elencadas como as principais para que a corrupção tenha ocorrido: a) o alto índice de inflação, que impossibilitava o planejamento orçamentário e, conseqüentemente, a fiscalização da execução dos gastos; b) não havia limite para o número de emendas orçamentárias propostas, o que incentivava o deputado que propôs certa emenda a negociar sua liberação com o relator-geral da Comissão Mista de Orçamento e c) a concentração de poderes no relator-geral da comissão.

Uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) foi instalada em outubro de 1993 para investigar o enriquecimento por meios ilícitos de alguns integrantes da Comissão Mista de Orçamento. A CPI investigou 43 parlamentares. Catorze foram inocentados, mas investigações foram sugeridas para 11 e 18 tiveram a cassação recomendada.

A Resolução 1/1991 do Congresso Nacional mudou as regras internas da Comissão Mista de Orçamento quando já havia indícios de corrupção em seu seio. Determinou, por exemplo, que fosse vedada ao mesmo parlamentar a permanência na CMO por mais de dois anos. 1991 ainda não era a época ideal para grandes mudanças. Essas vieram, sim, com a Resolução 2/1995. Em vigor a partir de outubro de 1995, alterou substancialmente o modo como deputados federais podem emendar o orçamento: a) impôs o limite de 20 emendas individuais por parlamentar; b) impôs um limite monetário para o conjunto das emendas (R\$ 1,5 milhão em 1995, R\$ 4 milhões em 2004); c) tornou mais coletivo o trabalho da Comissão Mista de Orçamento; d) prioriza as emendas coletivas

A partir de 2006, com o escândalo dos “sanguessugas”, a corrupção voltou a ser associada ao processo orçamentário

sobre as demais. Os anos que se seguiram a essas mudanças se caracterizaram pela pouca importância das emendas individuais no processo orçamentário global e pela utilização da execução das emendas como barganha entre o Executivo e partidos da base governista – algo que, para uma boa parte da ciência política, é corrupção.

A partir de 2006, quando o escândalo dos “sanguessugas” passou a ser exposto na mídia brasileira, a corrupção voltou a ser largamente associada ao processo orçamentário. Trata-se, neste caso, de 72 parlamentares que propunham emendas destinadas à compra de ambulâncias em certos municípios. Assim que os recursos fossem garantidos, os agentes públicos corruptos, incluindo um integrante no Ministério da Saúde, manipulavam a licitação utilizando empresas de fachada. Os preços eram superfaturados e o excedente distribuído entre os participantes. A dimensão do caso suscitou reações análogas ao que se observou no episódio dos “anões do orçamento”. *Plus ça change...* 

Denunciar a corrupção não interessa nem ao funcionário público corrupto nem ao empresário que paga a propina



ENTREVISTA
JOSÉ EDUARDO FARIA

GLOBALIZAÇÃO É UM PROBLEMA, NÃO UM DESTINO

Por Carlos Costa e Emerson Fabiani
Fotos Tiana Chinelli

Professor titular do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e professor visitante do Curso de Especialização GVlaw, José Eduardo Campos de Oliveira Faria construiu reconhecida reputação como jornalista, jurista e pesquisador. Com dois prêmios Esso de Jornalismo, é dono de uma escrita precisa e elegante. Premiado como melhor orientador de doutorado em Ciências Humanas (1992), integra o conselho editorial de revistas como a do International Institute for the Sociology of Law, a *Revista Direito GV*, a portuguesa *Economia e Sociologia*, de Évora, além desta *Getulio*, entre muitas outras. Tem trabalhado com áreas como mudança social, poder e legitimidade, direitos humanos, globalização, transformações do poder judiciário, metodologia do ensino jurídico, direitos sociais e eficácia jurídica. Autor de mais de duas dezenas de livros – dentre os quais *A Crise do Direito numa Sociedade em Mudança*, *O Direito na Economia Globalizada e Qual o Futuro dos Direitos?* (este em parceria com Rolf Kuntz), foi professor visitante das universidades de Brasília, Andaluzia e Lecce, na Itália. Para falar sobre economia e direito em tempos de globalização ele recebeu a reportagem de *Getulio* para a conversa que se segue.

O senhor acredita que haja um uso ideológico da palavra “globalização”?

Há 30 anos não se usava essa palavra, globalização. A expressão para designar o fenômeno de integração de mercados era “mondialização” e vinha da influência da literatura francesa, em matéria de historiografia. Depois do processo de desregulamentação da economia durante a gestão de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos, se iniciou o uso massivo do termo e uma espécie de naturalização da idéia de que esse fenômeno é inexorável, ou seja, não dá lugar para alternativas. A utilização ideológica dessa palavra impediu o cidadão comum de perceber que a globalização é problema e não destino. Ela não é necessariamente inexorável e também não é um destino indolor. Pelo contrário, trouxe problemas e desafios nos mais variados setores econômicos, sociais, políticos e culturais ao longo desses 30 anos. Vejo a globalização como um processo multidimensional, multicausal e multiescalar. Ou seja, ele possui várias facetas, é fruto de diferentes fatores e se dá em várias escalas. Historicamente é um processo antigo que pode também ser visto a partir de uma idéia de destruição criadora que vai se caracterizando por fases cada vez mais curtas. Se por um lado a globalização é um fenômeno antigo, por outro lado o que tem de novo é a velocidade, a intensidade e seu lado de exclusão. É um fenômeno extremamente veloz, avassalador e altamente excludente, do ponto de vista social.

Sindicatos e partidos se enfraqueceram, mas a política não morreu. Ela se reabre em outras práticas que ainda engatinham

Nos anos 50 houve uma visão otimista do futuro. As previsões davam conta de que as pessoas iriam trabalhar menos e, com a robotização, sobriaria muito tempo para o lazer. A crueza da globalização jogou por terra o bem-estar que se previa?

Mudou tudo, porque o avanço da globalização nos levou a perder a inocência. Havia a idéia de que se poderia obter, com a pacificação do mundo e o enquadramento das divergências, um crescimento bastante significativo, capaz de gerar inclusão econômica e bem-estar social. Até os anos 60 do século passado houve, digamos, uma excessiva fé nas virtualidades de políticas keynesianas de crescimento, uma crença enraizada no senso comum de que elas conduziram a uma sociedade afluyente e a um Estado capaz de distribuir renda, proteger os mais fracos e produzir justiça social. Essa visão entrou em crise nos anos 70, a partir dos choques do petróleo, da estagnação do capitalismo do pós-guerra e do colapso do sistema relativo de preços, já que o barril pulou de 1,5 dólar, em 1972, para cerca de 36 dólares em 1979. Ou seja, o modelo de crescimento do capitalismo do pós-guerra, no século XX, esgotou-se nos anos 70 a 80.

Que reflexos traz esse esgotamento?

A partir daí há uma tentativa do capitalismo de reduzir sua dependência do óleo, descobrir novas fontes de energia, desenvolver novas matérias-primas, baratear os custos de produção e tentar, a qualquer preço, recuperar margens de lucratividade. Isso levou a iniciativa privada a se aproximar da universidade e, na

quele momento, houve uma espécie de pacto mefistofélico, ou seja, um processo de mercantilização da universidade e de instrumentalização da pesquisa acadêmica voltada para o mercado, com crescentes parcerias entre iniciativa privada e centros de pesquisa. Nos anos 90 o capitalismo retoma certa linha de crescimento, mas dentro de padrões bastante voltados para a competitividade e a eficiência. Como consequência, ocorre um crescente acirramento das disputas comerciais no mundo inteiro. Como as empresas que sobrevivem são as que conseguem ganhar escala, houve um processo de concentração empresarial e, posteriormente, de deslocamento da decisão econômica do setor industrial para o setor financeiro, além da multiplicação dos mais variados tipos de riscos desde os tradicionais riscos de crédito até os ecológicos e os problemas de sucateamento tecnológico precoce.

E houve a chegada da informática.

Sim, a partir dos anos 90, o desenvolvimento da informática muda o horizonte de tempo no âmbito da economia, tornando-o instantâneo, por meio da comunicação on-line. É uma aceleração que alimenta e é alimentada pela lógica do sistema financeiro: o máximo de lucro possível no menor espaço de tempo, com o máximo de segurança e o menor risco. O ciclo de rotação do capital aumenta significativamente de ritmo, gerando consequências que afetam o Judiciário, o Estado de Direito e a democracia e que relativizam alguns princípios que herdamos das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, como a idéia de Estado Nação, soberania e democracia representativa. Isso causa problemas estruturais complicados. O primeiro deles é o fato de que a decisão econômica é

cada vez mais rápida, enquanto a decisão do Judiciário é, por sua própria natureza, mais lenta. A característica do Judiciário é a via do direito de defesa, do contencioso, do duplo grau de jurisdição, do garantismo processual. É um tempo diferido, de etapas bem definidas e sucessivas, portanto um tempo incompatível com o tempo da economia.

E diferente da lógica de mercado.

A lógica de tempo da economia é a da rapidez, do aqui agora. Há um descasamento com o controle da economia pelas instituições jurídicas e políticas, agravado pela crescente natureza transterritorial da economia globalizada. Por um lado ocorre uma internacionalização e uma desterritorialização da decisão econômica, mas por outro lado a idéia de democracia representativa está presa à noção de um espaço, ou seja, a validade do processo político se dá dentro dos limites de um território. Com a transterritorialização e a internacionalização da decisão econômica, passa a haver dificuldade para controlar democrática e politicamente essas decisões econômicas.

Ocorre também a desnacionalização das empresas, que passam a não ter sede?

O problema não é a questão da sede, mas de perceber que esse processo de transnacionalização e integração de mercado, ou seja, de globalização, permite às empresas operar com um alcance maior. Daí o advento da empresa global. Trata-se de uma geração à frente, para o bem e para o mal, da multinacional, que por sua vez já era uma etapa à frente da velha empresa internacional. A fidelidade da empresa global é com o acionista, com o objetivo de oferecer a ele dividendos cada vez maiores.

Ela não tem pátria e o fato de sua sede estar aqui ou ali não quer dizer fidelidade a esse ou àquele país. Ocorre uma brutal concentração do poder empresarial de um modo geral e do poder financeiro de modo particular. Das 100 maiores economias do mundo, hoje, 21 não são países, são conglomerados mundiais. Isso muda as relações políticas, traz desafios e, acima de tudo, a dificuldade de reconstruir as instituições a partir de valores que não serão necessariamente valores dos acionistas. É preciso redimensionar o trabalho político para manter as preocupações com a inclusão social, a solidariedade e a justiça distributiva.

A própria política tradicional perdeu patamar, não foi?

Nesse panorama sim, se começa a perceber o enfraquecimento de sindicatos e partidos políticos. Isso não anuncia a morte da política, pois ela se reabre do ponto de vista de outras práticas que ainda engatinham, mas vão mostrando rumos a partir de movimentos transnacionais, por ONGs, por grupos de pressão e por uma crescente presença desses organismos, num primeiro momento em termos de confronto, mas num segundo momento sendo aceitos como interlocutores ou observadores em encontros internacionais. São movimentos importantes, com capacidade de se articular via internet, que criam uma série de situações e buscam ser aceitos como interlocutores. Então o desafio é reconstruir as instituições políticas a partir de um outro patamar.

Esse patamar seria um Estado acima de todos os países?

Não, não haverá uma caminhada rumo a uma linha de transposição dos estados nacionais para o plano





internacional. Sou cético quanto à possibilidade de um Estado mundial, um Judiciário mundial, um Legislativo mundial. Essa projeção é flagrantemente inviável. A integração de mercados é, acima de tudo, assimétrica. Há uma distribuição desigual do poder econômico. E também há o custo social decorrente dessa assimetria, expresso, por exemplo, pela exclusão da África e de parte da América Latina da economia globalizada. Quando lemos nos jornais da Espanha sobre a chegada dos toscos barcos de imigrantes – as chamadas “pateras” – vindos da África, ou o episódio da revolta dos jovens franceses de origem argelina, ou o que acontece com os turcos na Alemanha ou com cabo-verdianos em Portugal, percebemos que, a médio prazo, temos uma bomba de efeito retardado. Xenofobia, fascismo e radicalismos religiosos são três facetas dessa granada.

A globalização trouxe a imposição da rentabilidade, o que supõe tanto a mão-de-obra explorada em países autoritários quanto o desemprego para baixar custo. No caso de uma montadora, reduzir custos pode significar 8 mil empregados na rua.

Por trás do processo de demissão há uma série de questões. Na medida em que a flexibilização da produção traz a possibilidade de trocar as fábricas de cidade, país ou continente com muita facilidade, os

grandes conglomerados, na busca de vantagens comparativas, se deixam explorar docemente pelo dumping social dos países autoritários, principalmente os asiáticos, mas também os do Leste Europeu. As empresas pressionam cada vez mais no sentido de impor sua vontade, e no caso de ela ser recusada ameaçam deslocar a fábrica para outra área, deixando verdadeiros cemitérios industriais e reabrindo esses empregos em outros países, nem sempre com qualidade do ponto de vista das relações trabalhistas. O salário industrial por hora na Lituânia é de 1,4 euro, 2 euros na Hungria, 3 euros na República Tcheca. Na Alemanha é de 27 euros por hora, na França de 20,7 euros e na Inglaterra de 20 euros. Então, ocorre um processo maciço de deslocamento desses empregos da Europa Ocidental, com tradição democrática de conquistas de direitos, para países necessitados de investimentos industriais, com bom nível de escolaridade e salários baixos. Quanto maior é o dumping social, mais intensas são as pressões pela revogação de direitos conquistados democraticamente. Quando se fala em desregulamentação e abertura comercial também se fala de desconstitucionalização e deslegalização de direitos.

Como fica a China nessa tabela?

Ela é o caso mais impressionante. Há cerca de seis anos a Fundação Abrinq realizou uma pesquisa sobre

a média do custo-hora de mão-de-obra na área de brinquedos. Na época um operário brasileiro ganhava 8,26 dólares, contra 32 centavos na China. Um mecânico ganhava aqui 7,52 dólares contra 66 centavos na China; e um engenheiro, 18 dólares contra 85 centavos na China. De lá para cá pode ter havido uma variação de câmbio, mas a distância dos valores em termos absolutos continua alta. Mas esse dado não é tão impressionante quanto os que se referem à carga efetiva mensal trabalhada nos dois países. No Brasil o número gira em torno de 153 horas mensais. Na China o operário trabalha 218 horas, o mecânico 212 e o engenheiro 207 horas. Então, além da diferença do custo médio para a empresa em termos salariais mais encargos, há a questão do trabalho efetivo. Isso mostra claramente que no Brasil existe democracia, Estado de Direito e Constituição, e que essas três coisas representam, do ponto de vista do preço final do bem e do serviço, uma elevação de custo que a ditadura asiática não repassa. É curioso verificar como os estudantes de direito têm tido dificuldade para perceber isso.

Ou seja, na globalização a democracia representa custo.

Sim, e, portanto, um produto de um país asiático que não respeita as garantias fundamentais, as liberdades públicas e os direitos sociais

acaba tendo vantagem comparativa. Isso gera problemas para regimes como o do Brasil, democracias em consolidação, com constituição razoavelmente generosa ou ao menos preocupada com o reconhecimento de direitos elementares. Porque essa situação global dá às empresas flexibilidade para barganhar concessões e vantagens sob pena de transferir suas fábricas para o Leste Europeu ou para a Ásia. Isso fragiliza algumas democracias, que tentam manter os direitos democraticamente constituídos, ao mesmo tempo que precisam lidar com o fato da menor eficiência e maior custo do que as ditaduras asiáticas.

Como o senhor analisa as últimas demissões na Volks de São Bernardo?

Na questão da fábrica da Volkswagen em São Bernardo há o problema do real excessivamente valorizado com relação ao dólar e de sucateamento tecnológico tanto de produtos quanto da própria planta industrial. Os dados mostram que de 1997 a 2000 houve um corte de pessoal em torno de 36%. No entanto, a produtividade cresceu significativamente com o aumento da robotização, ou seja, à custa da substituição do trabalho pelo robô. É um processo que leva a uma rodada de negociação muito dura para o Sindicato dos Metalúrgicos. Há uns oito ou dez anos, quando o presidente do sindicato era o atual ministro do Trabalho, Luiz Marinho, acompanhei pelo menos uma negociação. Na época a resistência foi mais local, dos metalúrgicos do ABC com apoio da CUT. Nos últimos anos houve uma internacionalização da atividade sindical. Marinho e outros líderes sindicais passaram a viajar para Wolfsburg para conversar com a cúpula do grupo e articular apoio

sindical internacional. Em alguns momentos a Volkswagen chegou a suspender parte das demissões e aceitou retomar uma nova rodada de negociações. Reabrir as negociações é uma vitória sindical que se dá no contexto de uma luta transnacionalizada por parte dos sindicatos. É um dado significativo dessas novas redes de resistência e solidariedade que se contrapõem ao dumping social.

Mas hoje até o peso específico do operário metalúrgico é outro.

E isso leva a outra discussão interessante, sobre a possibilidade de recolocação da mão-de-obra do setor industrial, demitida pelo avanço da tecnologia, no setor de serviços. Mas, além de levar tempo, esse processo é política, social e economicamente muito mais complicado e difícil do que parece. Por causa da concentração de renda e da não-democratização do acesso aos equipamentos públicos, o nível médio de escolaridade dos trabalhadores é baixo. Muitos deles simplesmente não têm condições de se transferir para áreas que exigem compreensão de manuais e operação com máquinas de leitura digital. Pois, se o trabalhador brasileiro tem um baixo nível de formação, para complicar não existem escolas públicas em número suficiente que o requalifique rapidamente para atuar no setor de serviços. O processo de realocar o trabalhador egresso do sistema industrial no setor de serviços passa por essa limitação: a falta de qualificação, por um lado, e a inexistência de um sistema educacional capaz de produzir capital humano. O resultado acaba sendo a expansão

do analfabetismo funcional, como revelam os indicadores sociais.

Algum país opera esse projeto de requalificação?

Alguns países já fazem isso, como China, Japão, Chile, Uruguai ou Argentina. É um processo de capacitação das novas gerações, não apenas no sentido de estimular a chegada dos jovens ao ensino superior, mas de direcioná-los a atividades técnicas que não necessariamente demandam ensino superior. Isso é feito de maneira mais planejada, com metas claramente definidas, e não como acontece no Brasil, em que há o chamado “sistema S”, as escolas do Senai, Sesc, que parecem funcionar bem mas têm um custo alto e não conseguem atender a toda a demanda. O mesmo ocorre com as Fatecs, que cresceram em alguns Estados, mas também não dão conta da demanda. No debate sobre políticas públicas no campo educacional, atualmente, parece-me haver uma excessiva de valorização da discussão do ensino superior sem que se pense o suficiente sobre a elevação do nível de qualidade do ensino básico. E é justamente aí onde reside o problema.

Hoje, o grande organismo mundial é a OMC, mais que a ONU. Nesse panorama, como fica a atuação do direito? Se os economistas dão as cartas, há espaço para os operadores do direito?

Há espaço, sim. Os organismos multilaterais cada vez se diferenciam funcionalmente, exigindo profissionais com formações específicas. Banco Mundial, FMI, OIT, BID, União

O operário brasileiro ganhava 8,26 dólares, contra 32 centavos do chinês. Um engenheiro, 18 dólares contra 85 centavos na China

Européia, OCDE – todos esses organismos têm postos e cargos para operadores jurídicos. Mas o que se exige deles é uma visão de mundo cosmopolita, uma sólida bagagem cultural, uma boa formação teórica e uma predisposição ao diálogo interdisciplinar, características que não estão presentes na maioria esmagadora dos cursos jurídicos no Brasil. Neles o que prevalece é um distanciamento da realidade social e econômica, um apego inadmissível às tradições emboloradas, falta de rigor analítico, um deplorável ecletismo e uma confusão entre prática jurídica e prática forense. Isso é incompatível com o tipo de operador jurídico de que empresas, instituições financeiras e escritórios

menos dia, a abertura do mercado brasileiro de serviços jurídicos estará na agenda das discussões da OMC. Em 2002 o Itamaraty identificou a chegada desse problema e promoveu uma reunião no prédio do BNDES no Rio de Janeiro com representantes dos 100 maiores escritórios brasileiros de advocacia. Simplificando muito a discussão, o Itamaraty perguntou a eles se estavam ou não preparados para a abertura dos serviços legais e disse que tentaria resistir às pressões durante algum tempo, até que esses escritórios ganhassem musculatura e know-how para resistir às grandes firmas americanas e inglesas. A abertura dos serviços advocatícios provocará no Brasil o que ocorreu em alguns

A OAB, até onde sei, recusa qualquer tipo de abertura do mercado de serviços legais, resistindo nos planos formal, jurídico, constitucional. Uma postura de defesa, compreensível por tentar defender o mercado de trabalho para os 560 mil advogados do Brasil. Mas existem problemas. Os escritórios que poderiam vir ao Brasil com a abertura dos serviços legais não irão necessariamente competir com advogados brasileiros no nosso contexto, e nem o advogado de família de Bauru irá protocolar uma petição num fórum distrital americano. Eles virão num contexto de trabalho em equipe, buscando formular, com criatividade jurídica, contratos relacionais de longa du-

sado, sem compreender o que está acontecendo ao seu redor. Seus alunos são até capazes de citar alguma passagem da “Oração aos Moços”, de Ruy Barbosa, mas não sabem o que é a Rodada de Doha, não conhecem o debate germano-americano em matéria de direito, não têm a menor idéia do que é o processo schumpeteriano de destruição criadora e o impacto que hoje ele causa para a cidadania, para a democracia e para o Estado de Direito.

A chegada desses escritórios ensinaria novos procedimentos, como ocorreu no mercado de publicidade?

No caso dos escritórios de advocacia esse salto já foi dado há algum tempo. Quando se olha a trajetória de um Pinheiro Neto, de um Demarest & Almeida, de um Mattos Filho, de um Trench, Rossi e Watanabe, de um Machado, Meyer, Sendacz e Ópice e outros grandes escritórios, todos são organizados nos moldes das grandes firmas americanas ou inglesas. O problema dos escritórios brasileiros é escala, até porque não têm a possibilidade de se converter, a curto e médio prazo, em mundiais.

Ocorreu algo a partir daquela reunião em 2002, no BNDES?

Muitos daqueles escritórios passaram a agir conjuntamente e outros procuraram a Fundação Getúlio Vargas, o IBMEC e centros de capacitação, estabelecendo bons canais para eventuais associações. Alguns esperam autorização legal para fechar acordos. Poderá ocorrer com os escritórios brasileiros o que aconteceu com o setor de autopeças. Havia empresas nacionais altamente competitivas e rentáveis, como é o caso da MetalLeve, que não tiveram condições financeiras de competir em escala mundial. Em determina-

do momento os acionistas preferiram vender a empresa a partir para uma luta insana em que seriam derrotados por empresas mundiais. Os escritórios brasileiros terão de se fundir e ganhar escala, associar-se com firmas latino-americanas e com escritórios mundiais. Isso é inevitável em quase todos os setores econômicos. Os escritórios que quiserem sobreviver como players internacionais têm de agir internacionalmente, e alguns já fazem isso. O professor Luis Olavo Batista, representante brasileiro no órgão de Apelação da OMC, disse-me há algum tempo que a pressão diminuiu um pouco nos últimos anos. Mas é evidente que ela poderá ressurgir com vigor mais à frente.


A Academia se mobiliza em relação a essa questão?

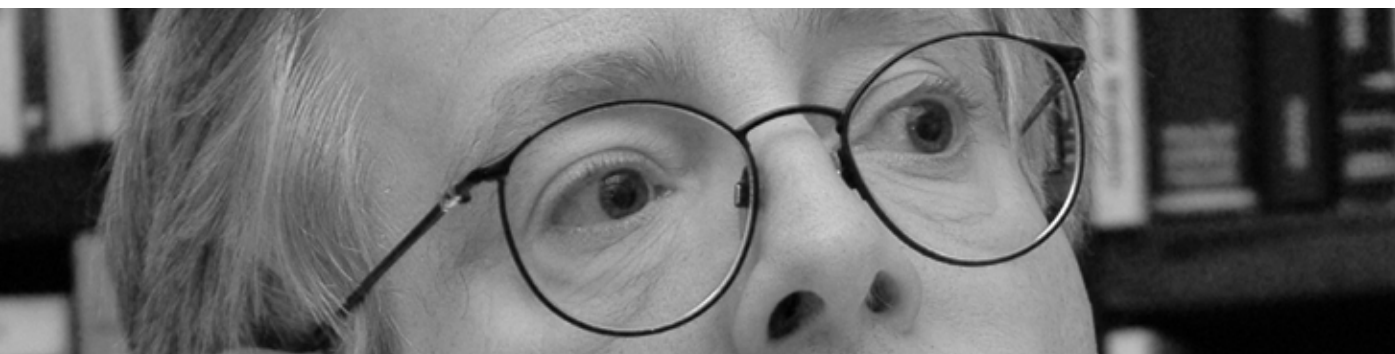
Não. O ensino jurídico brasileiro vive uma situação autista. Por um

estado e das instituições, continuando excessivamente forense e preso a uma visão de mundo e de sociedade distanciada da realidade. Nos tempos em que integrei os comitês do CNPq e da Fapesp, ficava espantado quando, por exemplo, via professores de direito civil lecionando e desenvolvendo projetos de pesquisa partindo da idéia de que o Brasil é uma sociedade integrada, estável e pouco conflitiva. Não é por acaso que, nos últimos anos, aumentou significativamente a procura pelos cursos de pós-graduação por parte dos alunos de direito. Aumentou também o número de alunos de direito com uma segunda formação universitária, como economia, administração e engenharia. Na São Francisco é impressionante notar como os alunos do curso noturno são de uma faixa etária bem mais velha do que alunos do curso matutino. Muitos já

O ensino jurídico não foi capaz de perceber alterações sofridas pelo país na economia, no direito, no estado e nas instituições

lado ele identifica e até compreende os riscos e as conseqüências da substituição de uma formação profissional baseada em valores morais e éticos por uma formação economicista e acrítica, que enfatiza a competitividade extrema, produtividade levada ao máximo e a canonização de que a função da empresa é assegurar dividendos cada vez mais generosos aos acionistas. Por outro lado, contudo, não tem capacidade analítica nem preparo teórico que lhe permitam modernizar-se a partir dessas transformações. O ensino jurídico não foi capaz de perceber alterações significativas sofridas pelo país, do ponto de vista da economia, do direito, do

dispõem de diploma universitário e há até quem já tenha feito mestrado ou doutorado em outra área do conhecimento. Na GVlaw vejo muita gente com segunda formação ou pós-graduação. Essa movimentação discente em busca de informação interdisciplinar ocorre por uma razão simples: os cursos jurídicos são formalistas e monodisciplinares, retóricos, pouco rigorosos e distanciados da realidade. Esses cursos não conseguem nem querem trabalhar com um diálogo interdisciplinar e partem de uma visão caricatural de que o economista é um tecnocrata e o advogado um porta-voz da liberdade e da democracia. 



necessitam. Há importantes pesquisas feitas por Bryant Garth, John Flood e Yves Dezalay sobre o futuro das profissões jurídicas, os riscos do que chamam de “dolarização do conhecimento jurídico” e as práticas profissionais valorizadas pelos grandes escritórios americanos e ingleses. Se as empresas são mundiais, dizem esses pesquisadores, é natural que queiram ter uma assessoria jurídica de escritórios com alcance mundial, como o Backer & Mackenzie. Ora, isso está levando a OMC a discutir a questão da abertura dos serviços jurídicos nos países em desenvolvimento. Mais dia,

países da Europa e no Japão. Ali, escritórios tradicionais foram varridos pelas firmas americanas e inglesas. Recentemente, em Lisboa, pude assistir a um debate sobre reestruturação dos velhos escritórios portugueses, a maioria tendo de substituir a tradição coimbrã por uma formação wallstreetiana, como condição de sobrevivência.

Parece sensato o Itamaraty pedir prazo, para preparar essa abertura.

Sim, a iniciativa do Itamaraty merece aplauso. Mas é preciso ver o que acontecerá do lado corporativo.

ração entre as empresas mundiais e seus diferentes parceiros locais, como fornecedores de suprimento e prestadoras de serviços. Eles vêm dentro de uma lógica de contratos altamente sofisticados, que envolvem parcerias de risco, inovações tecnológicas, novas formas de controle etc. São atividades com as quais os advogados brasileiros dos pequenos e médios escritórios não lidam nem estão preparados para fazê-lo, até porque as faculdades de direito não preenchem esse tipo de lacuna no mercado. Muitas delas continuam com os olhos voltados para o pas-



A TRINDADE ATIVISTA DE FLÁVIA PIOVESAN

Com foco permanente nos Direitos Humanos, ela consegue ser ao mesmo tempo professora, militante e procuradora do Estado

Por Luisa Destri
Foto Tiana Chinelli

Funcionária de Flávia Piovesan, Lurdinha chegou arrasada à casa da patroa, que logo se preocupou em perguntar o que havia ocorrido.

- Não pude entrar pela entrada social, explicou a empregada.

- Como assim?, indignou-se Piovesan.

- O porteiro falou que é só para os bacanas.

A procuradora do Estado, militante dos Direitos Humanos, ficou estarrecida com o que se passara em seu prédio. Seu marido, então subsíndico, estava viajando. Ela redigiu um documento para que Lurdinha levasse ao porteiro: “Por ordem do síndico, revogando-se todas as disposições em contrário, aplique-se a lei anti-racismo”.

“Foi um habeas corpus, ela ficou superfeliz. É uma coisa tão pequenininha, mas foi algo simbólico neste prédio”, conta Piovesan. Esse é um exemplo, dado por ela, de como os Direitos Humanos pautam suas relações pessoais, e não apenas sua militância e sua atividade intelectual. Ela está voltada para o tema desde 1991, quando começou a fazer sua dissertação de mestrado. É professora dessa disciplina no curso de graduação em Direito da PUC-SP e nos cursos de pós-graduação em Direito da PUC-SP e da PUC-PR. A universidade paulista foi a primeira a incluir a matéria na graduação.

Para Piovesan, que coordenou a comissão de Direitos Humanos da procuradoria durante sete anos, “a matéria tem o lado científico, do estudo com consistência, com

critério, mas tem um lado passional muito forte, do ativismo. Não é apenas uma disciplina que eu dou em sala de aula”, resume.

Ela acredita possuir três vieses: o de acadêmica, o de ativista e o de procuradora. O primeiro, diz, é o mais forte: “É um espaço que eu vejo como criação e como transformação mútua, é o espaço do diálogo”. O segundo concerne às atividades de consultoria que presta a ONGs, organizações internacionais e movimentos populares. Nesse caso também há a dupla via. “Eu aprendo com a prática, eles aprendem com a teoria”, conta. Na Procuradoria, trabalha propondo ações, em nome do Estado, de improbidade administrativa.

Em Harvard, em Oxford

A vocação de Piovesan para a militância deu o primeiro sinal consistente quando ela prestou vestibular. Inscreveu-se em três cursos que, de certa forma, mostram a vontade de ajudar o outro e interferir no mundo: jornalismo, direito e medicina. Não passou no último – teria escolhido ser psiquiatra. Coursou seis meses dos outros dois ao mesmo tempo, mas decidiu abandonar o jornalismo. “Não daria para me dividir, eu queria ser inteira”, reflete.

Ela passou em primeiro lugar no vestibular para o curso de Direito da PUC-SP, em 1985. O mesmo aconteceu no concurso de ingresso na Procuradoria, em 1991. Foi aí que a carreira na área começou a deslanchar.

O então procurador-geral do Estado, Michel Temer, que era também professor de Piovesan na pós-graduação, a convidou para ser sua assistente. E ela o convidou para ser seu orientador no mestrado. Nos dois últimos anos do trabalho ele já havia se tornado secretário estadual da Segurança Pública.

Entre 1994 e 1996, Flávia Piovesan fez o chamado doutorado-sanduíche. Por meio de uma bolsa concedida pelo CNPq, passou um ano na Harvard Law School. Sua tese virou o livro *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*, publicado pela editora Saraiva, que está na 7ª edição. A orientadora, Silvia Pimentel, é considerada “uma grande amiga” e “um exemplo” por Piovesan. Outra pessoa, um tempo antes, foi inspiradora: seu tio João Beline Burza. Psiquiatra, viveu exilado durante dez anos na antiga União Soviética. “O que eu mais adorava era conversar com o meu tio. Eu voltava das conversas com livros, com discos. E alimentava muito meus sonhos”, lembra-se.

Piovesan esteve também em Oxford, em 2005, com uma bolsa da Fundação Ford. Passou dois meses no centro de estudos brasileiros da prestigiosa universidade inglesa. Aproveitou para finalizar um projeto já iniciado aqui: *Direitos Humanos e Justiça Internacional*, livro recém-publicado pela editora Saraiva. “Agora a minha óptica é buscar o diálogo intercultural: como aprender com outros países”, explica.

Dentro dessa postura ela participa também da International Association of Law Schools, na qual os membros da diretoria – 19 professores de diferentes países – avaliam o impacto da globalização no ensino do direito. A partir do que tem presenciado nas reuniões, Piovesan afirma que os currículos das faculdades brasileiras são parecidos com os da Turquia e da Rússia – são refratários e autocentrados, segundo ela, olhando muito para dentro do país. “O ensino do direito no Brasil muitas vezes vê a realidade como ficção e a ficção como realidade, porque é um ensino muito cego para a realidade social”, conclui.

Na Vila Brasilândia

Piovesan se considera uma professora que chegou à equação equilibrada entre a dedicação à academia e a rotina profissional. Tenta fugir do conservadorismo em sala de aula, discutindo casos noticiados na imprensa e abrindo espaço para reflexão e para o diálogo. “Pelo menos eu me esforço para trazer uma marca diferenciada ao direito e fazer algo com que me sinta útil”, pondera.

O que ela sempre procura é a mudança, a interferência. “A óptica tradicional no Direito é a conservação

do status quo. E os direitos humanos trabalham com a óptica da transformação. Você quer alterar aquele estado de coisas. É outra perspectiva”, diz. Ela não pretende abandonar nenhum de seus vieses – especialmente a academia e a militância. “Eu me sinto tão útil dando uma palestra no STF, no STJ, em Oxford ou em Harvard, como indo à Vila Brasilândia falar sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos ou desenvolver um trabalho com os Meninos do Morumbi.”

Na Associação Meninos do Morumbi, que atende mais de 4 mil crianças e jovens carentes de São Paulo, Piovesan deu aulas durante um ano – baseadas sobretudo no Estatuto da Criança e do Adolescente. De outro movimento, o Promotoras Legais Populares, Flávia participa também dando aulas. As alunas são líderes populares e recebem, durante um ano, noções jurídicas básicas, como a quem recorrer em caso de violência doméstica, a quem se queixar de mau atendimento em hospitais públicos.

Currículo de 100 páginas

Para a procuradora, ações desse tipo são fundamentais para promover mudanças. Cita o caso de Maria da Penha, que ficou paraplégica aos 38 anos após sofrer constantes agressões do marido. Ele foi condenado pela Justiça local, mas permanecia em liberdade 15 anos após a sentença. O caso gerou uma condenação ao governo brasileiro, por negligência e omissão, na Comissão Interamericana de Proteção aos Direitos Humanos da OEA. Uma nova lei contra a violência doméstica, que amplia e agrava a pena para agressores, está em vigor desde setembro deste ano. “É um exemplo de como uma litigância bem articulada, uma estratégia adequada, pode trazer impacto”, afirma.

Piovesan acredita que seu trabalho seja tanto o do bombeiro quanto o do arquiteto. “A academia”, diz, “permite arquitetar, perceber, permite refletir, trabalhar com casos, com teses ou projetos.” Mas quando atua, por exemplo, na comissão designada pelo governo federal para analisar as mortes ocorridas em maio deste ano durante os ataques de uma organização criminosa em São Paulo, seu trabalho é de combate ao fogo.

Suas atividades geraram um currículo de mais de 100 páginas, que ela armazena em seu notebook. Dedica-se ainda à prática diária de ioga, a encontros com os amigos, à terapia, ao marido, a aulas de espanhol, costurar, viajar, aos fins de semana, para o litoral norte de São Paulo. Às vezes se desespera: “Quando vejo que a expectativa de vida das mulheres é 80 anos, no Brasil, eu falo: já estou quase na metade! Não conseguirei fazer tudo que tenho vontade”.

VIDA ACADÊMICA

Teses e dissertações que apontam novos caminhos

Investigação sobre imparcialidade e ideologia no Direito Penal

Há imparcialidade nos processos penais? O que pode incentivar os recursos à segunda instância? Qual a importância da ideologia dos juizes nas sentenças? Essas três questões são o centro da dissertação de mestrado “Análise dos processos penais de furto e roubo na comarca de São Paulo”, do cientista político Ivan Borin. O trabalho foi apresentado ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, para uma banca composta por Theodmiro Dias Neto, Leandro Piquet Carneiro e Maria Tereza Sadek, em junho de 2006.

Estudos de sentenças têm concluído que há uma constante discriminação no sistema de justiça penal paulista. Os réus condenados seriam, em sua maioria, negros, nordestinos e de baixo

status sócio-econômico. Borin analisou mais de 16 mil processos, distribuídos pelo Fórum Regional da Barra Funda em 2002.

Para Theodmiro Dias Neto, pesquisador na área de direito penal e política criminal, além de professor do curso de Direito da Fundação Getúlio Vargas, “o grande mérito desta dissertação está em sua pesquisa empírica”. Destaca ainda que o estudo fornece elementos importantes até para novas propostas legislativas.

A análise revelou que, nos processos penais distribuídos na comarca estudada, as características sociais dos réus não explicam as penas. Mais de 50% dos réus, tanto em caso de furto quanto roubo, eram brancos. O regime da pena

é uma das variáveis que permitem prever se o recurso seria tentado ou não.

Borin aplicou um questionário a fim de testar os padrões de decisão dos juizes em função de variáveis sócio-jurídicas. O *survey* continha perguntas referentes à divisão ideológica da magistratura. O autor concluiu que a posição ideológica pode influenciar tanto o resultado dos processos quanto o incentivo ao recurso das sentenças. Esse fenômeno derivaria, entretanto, de posições quanto à aplicação do direito penal, e não de padrões de decisões externos. Assim, afirma que, na comarca e instância que analisou, o poder judiciário opera de acordo como concebido pelo direito positivo, apresentando apenas algumas distorções na interpretação de artigos específicos.

Dissertação analisa a (in)segurança privada

Carolina Ricardo, formada em direito pela PUC e ciências sociais pela USP, visitava um condomínio fechado no litoral paulista. Após cruzar uma rotatória pela contramão, foi abordada por um segurança do local de forma, segunda ela, truculenta. Ele pediu seus documentos, perguntou quem era e o que fazia ali. “O senhor é policial?”, ela indagou. “Não, mas sou eu quem manda aqui.”

Carolina trabalha na área de segurança desde 2001, quando ingressou no Instituto São Paulo contra a Violência. Reuniu suas inquietações na dissertação de mestrado “Regulamentação, fiscalização e controle sobre a segurança privada no Brasil”, apresentada à Faculdade de

Direito da USP em fevereiro de 2007. O objetivo era responder a três questões básicas: como regular o serviço? Os mecanismos hoje existentes são suficientes? Os profissionais são fiscalizados e regulamentados?

Os examinadores se dividiram: Theodmiro Dias Neto, advogado criminalista, e Ronaldo Porto Macedo Junior, promotor de Justiça, consideraram o trabalho vago e questionaram o conceito de segurança privada utilizado na tese. Segundo eles, a autora reuniu atividades, do ponto de vista da legislação federal, regulares e irregulares. O orientador José Eduardo Faria, considerando a falta de estudos sobre o assunto, defendeu: “O mérito foi jogar, da

forma mais nua e crua, a questão”.

Para Macedo Jr., o título do trabalho cria a expectativa de que o tema será analisado em profundidade. Criticou a lista de recomendações genéricas que encerram a dissertação. Dias Neto criticou a visão da autora de que o setor da segurança privada visa ao bem-estar de toda a sociedade. O criminalista considera que se trata de um serviço como qualquer outro, destinado apenas à satisfação do cliente: “Carolina cobra da segurança privada o que esta não pode dar: a construção de laços de solidariedade, a ocupação democrática do espaço público. Isso a segurança comunitária poderia oferecer”.



NÃO HÁ ECONOMIA SEM DIREITO

Professor chileno da Universidade de Warwick analisa as reformas jurídicas do Banco Mundial na América Latina e a importância de estudar o Direito para entender a economia

Por Julio Faundez
Foto Tiana Chinelli

Existem dois grandes grupos de projetos que visam a reformar sistemas jurídicos na América Latina. O primeiro trata de reformas na parte criminalista do sistema: a transição do sistema de processo inquisitório para o processo adversarial, de natureza mais conciliatória. Começaram no fim dos anos 80 na América Central e foram implementadas na maioria dos países da América do Sul.

O segundo grupo de projetos foi patrocinado principalmente pelo Banco Mundial e é relacionado à criação de um bom ambiente legal para as empresas. O objetivo é assegurar que o sistema jurídico – englobando, é claro, outros atores além do Judiciário – seja capaz de prover às reformas econômicas (como privatizações, por exemplo) um ambiente favorável para que elas se desenvolvam. Na terminologia do Banco Mundial, são reformas jurídicas favoráveis ao mercado.

Esse segundo grupo de reformas faz parte de um projeto mais abrangente. Não se trata apenas de implementar mecanismos “capitalistas”, ligados ao livre comércio econômico. Há também mecanismos para melhorar o aspecto dos direitos humanos, o acesso à Justiça, a qualidade dos serviços do Judiciário. Os bancos precisam

mostrar que a reforma do sistema jurídico é relevante para o processo de desenvolvimento econômico e social desses países. Eles têm tido dificuldade para argumentar isso, pois a maioria dos economistas que trabalham nesses bancos não acredita que o aspecto jurídico seja tão relevante. Aqueles que defendem reformas desse tipo dentro desses bancos são muito pressionados a demonstrar que há resultados mensuráveis que poderiam mostrar, por exemplo, que o Brasil tem melhores instituições jurídicas agora do que antes.

O Direito é muito difícil de medir. A “boa lei” é muito subjetiva. Cada jurista privilegia certos aspectos. Portanto, mensurar e quantificar a “boa lei” é quase impossível. Não há, ainda, uma metodologia que permita estabelecer relação de causalidade entre “boas instituições jurídicas” e certos resultados práticos. Mas essa perspectiva orientada para o mercado, e o fato de que os economistas que realizam as pesquisas respondem a seus bancos, e esses bancos respondem a seus donos, significa que eles têm que provar algo.

Essas reformas jurídicas sobre as quais é necessário exibir resultados ocorrem no mundo inteiro, mas claramente a América Latina tem sido a região mais impor-

tante, seguida pelo Leste Europeu – onde havia uma necessidade clara de fazer reformas, pois mudou-se o sistema econômico! Uma das razões para isso é que o Consenso de Washington foi elaborado levando em conta a experiência dos países latino-americanos. Além disso, a América Latina tem sistemas jurídicos mais estabelecidos, com políticas claramente implementadas, mais identificáveis. Então o processo de liberalização trouxe maior necessidade de repensar o papel do sistema jurídico desses países.

A América Latina levou mais a sério o modelo de

O conceito de regulamentação é de direito público: com ou sem intervenção estatal na economia, é preciso definir regras e padrões de conduta

substituição de importações e de intervenção estatal do que outras regiões. Com isso, a inconsistência entre os sistemas jurídicos da América Latina e o modelo do Consenso de Washington era mais óbvia. Como as instituições jurídicas espelhavam esse sistema econômico intervencionista? As duas principais reclamações sobre o sistema jurídico da América Latina eram a falta de independência do Judiciário e a ausência de controle da administração pública. No mínimo havia fraqueza institucional dos juizes em relação a outros órgãos do Estado. Um estado fortemente intervencionista considera os tribunais um certo incômodo.

A segunda reclamação se refere aos estilos de tomada de decisões no direito público. Os latino-americanos costumam ter uma concepção sobre a administração pública, estatal, que não considera a importância do controle dessa administração. Uma vez que o Estado tem a prerrogativa de implementar uma política, ela é realizada. Não se consideram mecanismos de controlar o modo como esse poder é utilizado. Esse quadro tem origem parcial no modelo de substituição de importações, guiado pelo Estado. Como os governos têm que regulamentar condutas econômicas, seja você liberal ou de esquerda, é necessário haver mecanismos de controle do poder regulatório. Se esses mecanismos não existem, a não ser que o governo seja muito iluminado e sábio, cometerá erros e será, no mínimo, antidemocrático.

Controlando o poder estatal

As agências reguladoras podem diminuir esse problema de controle. Mas é necessário distinguir entre o que ocorria antes e o que passou a acontecer depois das

reformas. Antes havia agências envolvidas na implementação das políticas públicas. Eram mais empresas estatais do que agências reguladoras. Sua tarefa era desenvolver certas áreas da indústria e da economia. Em algumas regiões eram chamadas paraestatais, pois tinham um pé no governo e outro no mercado. Mas o conceito de regulamentação é de direito público: com ou sem intervenção estatal na economia, é preciso definir regras e padrões de conduta. É necessário assegurar que quem regula certas áreas da economia aja de acordo com essas regras e padrões.

Em nossos países a desregulamentação aconteceu de forma muito rápida e não tínhamos os mecanismos de controle da administração pública. Viu-se muito abuso por parte dos reguladores. Certamente é difícil para países que não têm muita experiência com esse tipo de modelo econômico criar repentinamente instituições que funcionem bem. Não é surpresa que muitas das agências reguladoras não funcionem. Parte da culpa é desse legado histórico de falta de responsabilização do Estado.

Quanto à desregulamentação, trata-se, basicamente, de reduzir a intensidade da intervenção estatal nas decisões econômicas, para que os agentes se tornem mais livres para tomar decisões. Desregulamentar é remover obstáculos. Claro que desregulamentação não significa ausência de regulação, mas sim mantê-la em um mínimo necessário para que os mercados funcionem de modo mais eficaz. Obviamente, existe uma grande discussão sobre qual é esse mínimo.

Para o Banco Mundial, esse mínimo é baixo. Eles gostariam de ver menos regulamentação do que temos. Na área trabalhista, por exemplo, o banco advoga a flexibilização dos direitos. Muitos desses direitos, tradicionalmente embutidos na legislação e nas constituições nacionais, parecem ser um tipo de regulamentação não muito bem-vinda. Mas o que restaria para os trabalhadores?

Alguns acadêmicos criticam esse processo de reformas preconizado pelo Banco Mundial pois não concordam com as mudanças. Consideram-nas parte de uma “conspiração capitalista”. Mas não podemos ignorar o processo simplesmente por ele estar sendo promovido deste modo. O ponto positivo dessa empreitada é que o

Banco Mundial nos fez perceber que podemos entender e controlar as mudanças nos sistemas jurídicos. Podemos não concordar com as mudanças que eles apregoam, mas não podemos negar que estão ocorrendo. Os processos econômicos têm uma dimensão jurídica. Sempre. Enquanto o mercado se desenvolve, novos métodos jurídicos surgem.

O papel do Direito revitalizado

Como abordar o Direito de uma perspectiva que nos permita entender como as instituições crescem, se desenvolvem e contribuem para o crescimento econômico? O problema é que não temos uma teoria. É fácil eu criticar o Banco Mundial, pois ele parte de uma perspectiva bastante simplista a respeito do Direito e seu papel no desenvolvimento econômico. Mas se considerarmos qualquer teoria do Direito, ela será mais simplista ainda, pois não considera a devida importância dos processos econômicos e políticos! O positivismo jurídico que ainda predomina, exceto em algumas ilhas anglo-americanas, não acredita que é necessário entender esses processos. Precisamos juntar todos esses problemas para entender como o Direito funciona e como pode trazer uma contribuição para o desenvolvimento econômico.

Acredito que essa falta de atenção para a importância e a necessidade de levar o Direito mais a sério se deve ao fato de que advogados não são as figuras dominantes dentro de instituições como o Banco Mundial. Os economistas o são. Além disso, são advogados oriundos de países desenvolvidos, acostumados com sistemas jurídicos que funcionam bem. Quando propõem um novo sistema de regulamentação para a área de telecomunicações, olham para o sistema jurídico de seu país e o tomam como modelo. Mas as instituições não se

As instituições perfeitas são as que funcionam bem. O problema é que não sabemos quais funcionam até que funcionem! Não há um modelo ideal


desenvolvem da mesma maneira em lugares diferentes. Há uma enormidade de variáveis que influenciam como as instituições jurídicas e políticas funcionam. O Banco Mundial seria perfeitamente capaz de adaptar as instituições a cada país que ajuda, mas simplesmente não tem tempo para isso! Nem tempo, nem recursos, nem paciência, nem talento. Precisaria dialogar com professores, especialistas e pesquisadores locais em cada país. Mas é claro que, se esses acadêmicos rejeitam a priori o

papel dessa instituição, o Banco Mundial não tem com quem falar.

Há dois grandes obstáculos para que haja esse diálogo entre acadêmicos e essas instituições multilaterais. O primeiro é a questão do tempo e dinheiro. O segundo problema é que não há uma teoria da qual partir. Não temos uma teoria social que explique o papel do bom funcionamento das instituições jurídicas no processo de crescimento econômico.

Não há um certo desenho institucional que pode ajudar um país a se desenvolver. Instituições ideais a priori não existem. As instituições perfeitas são as que funcionam bem. O problema é que não sabemos quais funcionam até que funcionem! Não há um modelo ideal. Sabemos certas coisas sobre instituições, mas ainda não o suficiente. Proponho um exemplo muito bem estudado por Paul Drake. Existem controladorias gerais da república, escritórios de auditoria pública, em muitos países. O equivalente brasileiro seria o Tribunal de Contas da União. Muitas dessas controladorias foram desenvolvidas na América Latina simultaneamente, no começo dos anos 30, usando exatamente o mesmo modelo, importado dos Estados Unidos por um professor da Universidade de Princeton. Não havia o Banco Mundial, mas os Estados Unidos cumpriam papel semelhante. Kemmerer era seu nome. Foi a cada país e “vendeu” a instituição para eles. Se observarmos como as controladorias funcionam em cada país encontraremos muitas diferenças. Em alguns países funcionam muito bem, em outros não. Há ainda controladorias que funcionam, mas não da maneira como Kemmerer intencionava.

O desenho institucional importa, mas também é afetado pelo ambiente – que, por sua vez, é afetado pelas instituições! Há uma constante interação. Acredito que

os indivíduos também tem um papel muito importante a desempenhar. É importante também que Douglass North chame a atenção para a maneira como nós enxergamos as instituições. A independência do Judiciário é mais valorizada agora porque, percebemos como mais importante. Antes era apenas parte do primeiro capítulo do livro-texto de direito constitucional. 

Depoimento transcrito de entrevista a Sérgio Praça.

COM QUEM O BRASIL DEVE PRIORIZAR RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS?

A economista da FGV-SP Maria Lucia Pádua Lima e o assessor internacional da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Murilo Vieira Komniski, exibem os prós e os contras de diversas parcerias comerciais

Quem se atreve a ir para a Índia partindo de São Paulo amarga 18h45 de voo, divididas em trechos de São Paulo a Frankfurt e de Frankfurt a Bombai e paga cerca de 2.100 dólares. Apenas quatro companhias aéreas oferecem voo de São Paulo à Índia. Será que os indianos devem ser parceiros comerciais prioritários? Com quem devemos nos aliar: Estados Unidos e União Européia ou países em desenvolvimento, tanto da América Latina quanto de continentes longínquos? São opções de relevância para o país. Basta considerar o volume de exportações e importações. São mais de 100 bilhões de dólares por ano.

O Brasil deve dar mais atenção a parceiros sulistas, com quem teríamos mais afinidade ideológica no momento? Murilo Vieira Komniski, assessor internacional da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ligada diretamente ao presidente da República, defende essa posição. São 350 milhões de consumidores possíveis na América Latina, afirma, vitaminados por políticas sociais implementadas por governantes de esquerda.

Se considerarmos também os 3 bilhões de novos capitalistas sendo formados na China e na Índia, vale a pena negociar tanto com os Estados Unidos e com a União Européia? Maria Lucia Pádua Lima, economista e coordenadora do Centro de Estudos Internacionais da FGV-SP, afirma que sim. Convicções ideológicas não devem contaminar relações econômicas e comerciais, defende ela. Além disso, a participação do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) tem sido cada vez mais respeitada. Acompanhe o desenvolvimento desses e de outros raciocínios neste debate.



Foto/Tiana Chinelli

“A ideologia não pode contaminar o comércio exterior”

Por Maria Lucia Pádua Lima

A discussão sobre se o Brasil deve participar da Organização Mundial do Comércio aconteceu após a Rodada do Uruguai, em 1994. Vários analistas pensavam que o Brasil não deveria. Diziam que o país não recebia nada e era somente prejudicado pelas regras. Na Rodada do Uruguai foram introduzidos novos temas na pauta de negociação, como, por exemplo, a propriedade intelectual e a questão de serviços. Isso era entendido como prejudicial ao desenvolvimento de países como o Brasil. Havia quem considerava absolutamente ocioso continuar na OMC. Passado esse tempo – a OMC foi criada em 1995 –, talvez haja quem ainda considere que o Brasil não deva participar de nenhum organismo multilateral. Mas isso já foi bastante amenizado. Há um entendimento de que participar ativamente da OMC é algo bom para o país. No final dos anos 90 o Brasil começou a ter uma postura muito ativa ali. Com o sucesso que tivemos em várias demandas, a relevância desse órgão tornou-se quase um consenso.

Na OMC o país pode participar no momento das negociações e, simultaneamente, no órgão de solução das controvérsias. Ou seja, tanto para elaborar as regras quanto para fazer cumpri-las. O Brasil se tornou ativo nessas duas dimensões. Isso é importante para entender o processo de aceitação da participação do Brasil na OMC. Tive a oportunidade de participar de audiências públicas da OMC e percebi que, de fato, há um respeito conquistado.

Um exemplo de sucesso brasileiro ocorreu na área de propriedade intelectual. O Brasil assinou os vários acordos da Rodada do Uruguai, inclusive os de propriedade intelectual, e fez algumas considerações adicionais a respeito das patentes farmacêuticas. Essas patentes são importantes para a indústria, mas o fundamental é a saúde pública. Esta não pode estar subordinada a nenhum interesse comercial. Foi uma estratégia muito inteligente colocar esse discurso. Houve uma aceitação porque, a começar pelos Estados Unidos, a questão da aids é

muito sensível. A sociedade civil norte-americana se mobilizou desde os anos 80 contra essa doença terrível.

O Brasil teve um papel importante também na Rodada de Doha, em novembro de 2001. Esse encontro teve todo o apoio e a cooperação dos Estados Unidos, mas o Brasil de imediato adotou uma posição muito mais pró-ativa. O que interessa a países em desenvolvimento ver discutido em uma rodada de negociações? Em primeiro lugar, a questão da agricultura. O acordo nesse sentido, fechado na Rodada do Uruguai, não estava sendo implementado a contento. Interessava ao Brasil e a outros países em desenvolvimento que esse tema fosse prioritário nas novas negociações – opinião contrária à da União Européia e dos Estados Unidos. Essa posição esteve presente desde o primeiro momento do lançamento da Rodada de Doha.

Naquele encontro, o discurso dos países em desenvolvimento foi: “Participaremos do comércio internacional, mas queremos nos beneficiar também. Desejamos acesso aos mercados dos países desenvolvidos para colocar nossos produtos agrícolas. Produzimos com eficiência, somos competitivos!” Esse era o ponto mais importante. O Brasil conseguiu aglutinar outros países dentro dessa linha, antes mesmo do G20. Foi um líder.

Participamos da OMC, um organismo multilateral, mas não podemos ignorar os acordos regionais ou preferenciais. O Brasil já tinha aderido à formação da alca no início de 1994. Decidiu separar os temas ao negociar na OMC. A agricultura, tratamos lá, e lidamos com outros assuntos, mais relacionados ao acesso a outros mercados, nos acordos preferenciais. Evidentemente, a posição dos Estados Unidos não

era essa. Houve conflito desde o início. Mas no atual governo esse tipo de negociação, especificamente a alca, foi considerado nocivo aos interesses do país. E foi essa linha que prevaleceu.

Com a União Européia a questão é um pouco diferente. No Brasil os analistas que são visceralmente contra os acordos com os Estados Unidos vêm com mais simpatia a União Européia. Há um entendimento de que os americanos, do ponto de vista comercial, só têm interesse em lesar o país. E os europeus não. Bom, penso que isso é um mito! Os europeus têm os seus interesses, uma atitude ferrenha de proteção de sua agricultura. Mais do que isso, a negociação com a União Européia passa por um beco sem saída, que é o Mercosul. E do ponto de vista deles, só se avança em um acordo se for entre blocos, União Européia com Mercosul.

E o Mercosul ainda parece não ter descoberto a que veio. Há agora o problema da entrada da Venezuela, feita de uma maneira atabalhoada. Não se justifica a rapidez com que se processou. Não que não seja interessante ter a Venezuela como parceira, mas estamos falando de um país que entrou sem que fossem cumpridos todos os rituais democráticos necessários. E mais: uma Venezuela com Hugo Chávez é um complicador. A entrada do Chávez colocou esse tipo de acordo, do ponto de vista dos europeus, como a menor prioridade. Com os americanos, então, impossível. Peter Mendelson, comissário europeu para o comércio exterior, logo depois que a Venezuela passou a ser membro pleno, disse que o acordo preferencial com o Mercosul seria estudado, mas uma série de outras prioridades deveriam ser observadas. E com isso o Mercosul foi para o fim da lista.

É evidente que não há interesse da União Européia em contrariar os Estados Unidos. Por que fariam um acordo com o Mercosul? Há um crescente antiamericanismo na região. A América Latina já está contaminada com Evo Morales, Néstor Kirchner e outros. É complicado saber o que eles entendem por democracia. Essa pressão para a Venezuela entrar em tão pouco tempo teve a anuência do governo brasileiro, mas também do governo argentino. O Mercosul é um problema para quem quer que seja. Se considerarmos as pendências do Brasil

Há um entendimento de que os americanos, do ponto de vista comercial, só têm interesse em lesar o país. E os europeus não. Bom, penso que isso é um mito!

com a Argentina, antes da Venezuela chavista, já havia pendência demais – não conseguimos sequer avançar na tarifa externa comum. Sem falar no enorme descontentamento do Uruguai e do Paraguai. Seria preciso refundar o Mercosul.

Para esse beco haveria duas saídas hipotéticas: apostar firme na Organização Mundial do Comércio e buscar como parceiros a Índia e a China. Mas eles não são nossos parceiros, são nossos concorrentes. A política externa do atual governo privilegia a América do Sul e esses acordos com os concorrentes. Não defendo essa linha. O pragmatismo que sempre norteou a política comercial brasi-

leira está faltando ao atual governo. Ideologia demais complica o comércio. Faremos acordos preferenciais com a China porque lá o governo é socialista? Não sei de onde tiram essa idéia. Para a Índia, por exemplo, nem temos vô direto! São concorrentes em vários segmentos, por que farão acordos?

Como encaro a solução? Deveríamos retomar as negociações com os principais compradores do Brasil. Negociar firme com os Estados Unidos e com a União Européia. Temos um cenário internacional favorável: a taxa de juros está baixa e a maior parte das economias tem crescido de modo satisfatório. Nesse cenário, cometer equívocos tem seu preço, embora menos visível. Apesar de esse governo ter cometido erros na condução da política econômica e comercial, isso não é tão sentido, por causa do panorama favorável. Mas, numa conjuntura pior, certamente esses equívocos terão um peso enorme. Tanto na política econômica doméstica quanto na relação com terceiros países.

Os principais erros domésticos são os juros altos internos e a excessiva taxação. São fatores que levam à valorização artificial da moeda, induzida pelas altas taxas de juros. Mas a carga tributária excessiva, que tira competitividade dos produtos brasileiros, é o maior problema. Imagine uma situação em que esse cenário internacional mude – e nem tão radicalmente – e não seja mais tão favorável. Esses equívocos podem se tornar muito pesados. Mas não haverá crise em breve, ao que parece. É claro que há eventos que são totalmente imprevisíveis. Quem poderia ter imaginado um 11 de setembro?

Maria Lucia Pádua Lima é economista e coordenadora do Centro de Estudos Internacionais da FGV-SP



Foto/Sérgio Praça

“Nossa prioridade deve ser a América do Sul”

Por Murilo Vieira Komniski

Paradoxalmente, o 11 de setembro teve um papel importante para o comércio internacional porque fez com que os Estados Unidos buscassem, ao menos naquele momento inicial, um esforço maior de negociação. Outro fator positivo foi a crescente agregação dos países em desenvolvimento. A capacidade de articulação do Brasil, com um corpo diplomático muito bem formado, permite uma postura negociadora em que se apresentem alternativas efetivas. De maneira geral, o G20 liderado por Brasil e Índia é visto como um grupo de *honest brokers*. Isso significa que, a partir do momento em que o G20 aceita um termo negociador, a capacidade de êxito na negociação é maior. E também *honest broker* no sentido de mediar negociações entre os Estados Unidos e União Européia. O G20 hoje é reconhecido como um dos três grandes atores no processo negociador da Rodada de Doha.

Qual é a posição brasileira e do G20? É a de evitar os chamados picos tarifários. Em outras palavras,

evitar que a tarifa de determinados produtos aumente significativamente. O que está em jogo na Rodada de Doha é a fórmula de redução tarifária. O G20 pleiteia a chamada redução *across the board*, redução linear. Nós queremos uma redução muito mais acelerada para os produtos agrícolas e os países desenvolvidos querem uma redução menor.

A constituição do G20, uma clara concertação entre os países em desenvolvimento, permitiu uma reorganização do tabuleiro negociador na Rodada de Doha. Desde 2004 o G20 é um dos três grandes atores nessa mesa de negociações. Brasil e Índia são os líderes desse grupo. Hoje o que conta são os Estados Unidos, União Européia e G20.

O G20 representa uma grande novidade. Além de englobar potências médias como Índia, Brasil, África do Sul, China, é um grupo heterogêneo – ou seja, congrega tanto países ofensivos quanto países defensivos em relação a produtos agrícolas. A postura do G20 é maximizar o acesso a mercados para as *commodities* e

minimizar os custos de abertura dos seus mercados a produtos industriais. É do interesse brasileiro avançar e assumir compromissos que vão além do que foi negociado, por exemplo, em propriedade intelectual. O G20 enfatiza o acesso a mercados e um forte combate a subsídios à exportação de produtos agrícolas.

A União Européia já aceitou uma mudança de política. Passou todos os seus subsídios que estavam na caixa amarela (os subsídios proibidos, de exportação) para os subsídios de apoio doméstico, que são permitidos. A negociação busca diminuir ao mínimo esse apoio doméstico, para que o produto dos países em desenvolvimento chegue a esses mercados com maior competitividade. A União Européia tem grande interesse em negociações nas áreas de serviços, compras governamentais e propriedade intelectual.

Os Estados Unidos têm uma postura muito firme no que diz respeito ao apoio doméstico a produtos agrícolas, mas sinalizam que há possibilidade de reduzir seus subsídios – mas sob o argumento de que só fará isso se a União Européia adotar o mesmo compromisso. São temas que não se pode negociar bilateralmente, pois ambos os lados argumentam que uma redução de subsídios sem que o outro faça o mesmo equivaleria a um desarmamento unilateral. Também os americanos têm grande interesse em compras governamentais, bens industriais, serviços e propriedade intelectual.

No caso da Índia, há um forte interesse na área em que o país é mais competitivo: o setor de serviços. Especialmente em relação à prestação de serviços transnacionais, os *call-centers* indianos. Obviamente a Índia, com uma mão-de-obra qualificada em termos comparativos, tem grande interesse nessa área. Resumi-

damente, seriam esses os três grandes tabuleiros no momento.

A partir de meados da década de 50 o Brasil consolidou um parque produtivo diversificado. Deixou de ser um mero exportador de produtos primários – minérios, produtos agrícolas – e passou também a contar com um parque industrial significativo, uma capacidade de exportação de manufaturas e de bens de maior valor agregado. O país adquiriu uma inserção de maior complexidade no cenário internacional, pois é ao mesmo tempo capaz de exportar produtos primários e suprir mercados com produtos industriais. Temos uma produção diversificada e pulverizada e um comércio exterior com essas características.

No atual cenário das relações internacionais, tanto do ponto de vista da diplomacia política quanto dos interesses econômicos comerciais, não é possível focalizar um país em detrimento de outro. Certamente a prioridade da política externa brasileira no momento atual é a América do Sul.

Mas sem deixar de lado parceiros tradicionais como Europa, América do Norte, Japão. As relações com esses países nunca estiveram melhores. Se olharmos a totalidade das transações, seja com países desenvolvidos, seja com países em desenvolvimento, o comércio brasileiro tem crescido. A exportação brasileira já superou 50% para os países em desenvolvimento. A maior parte dessa exportação está centrada em produtos de alto valor agregado, como máquinas e bens de capital.

Isso mantém a diversificação da economia brasileira, traz maior competitividade. Somos hoje o país de maior competitividade no mundo na exportação de produtos agrícolas. Mesmo com todos os subsídios dos

países desenvolvidos, com todas as barreiras tarifárias e não-tarifárias ao produto brasileiro. No caso de países em desenvolvimento, o potencial é enorme! As pessoas não sabem, mas muitas nações subdesenvolvidas importam produtos agrícolas dos países desenvolvidos. Exportar produtos primários e, sobretudo, manufaturados com valor agregado resulta em maior competitividade, dando condições aos atores econômicos de desenvolver seu parque produtivo, aumentar a tecnologia.

A população brasileira ganha porque aumenta o superávit comercial.

Em cinco anos a exportação para países desenvolvidos aumentou 99%, chegando a US\$ 56 bilhões. Mas as vendas para os em desenvolvimento saltou 214%: US\$ 62,2 bilhões

Isso é um elemento fundamental na manutenção da estabilidade econômica. Ganha porque com esse aumento de competitividade do produto brasileiro há uma melhora na qualidade e na geração de empregos no país.

A nossa prioridade deve ser a América do Sul. Damos ênfase à integração física, energética, à cooperação tecnológica e científica, à integração de meios de transporte. São 350 milhões de pessoas que, atendidas por políticas sociais adequadas, tornam-se consumidores. Estou falando das políticas de distribuição de renda e de geração de emprego.

Há um consenso em todos os países da América do Sul com relação à identificação do enorme potencial econômico que representa um processo de integração na região. E a opção pelo desenvolvimento deve equacionar duas vertentes: exportação com a ampliação do mercado interno.

Um último elemento consensual nesses países é a busca de uma alternativa ao modelo neoliberal vigente ao longo das últimas duas décadas. Há um elemento comum que é a chegada ao poder de amplos setores da sociedade e de forças populares em praticamente todos esses países. Além disso, há um grande potencial de riqueza do espaço sul-americano, uma enorme extensão territorial de terras aráveis, um excelente potencial de mercado interno com essa população de 350 milhões de habitantes.

A proporção de exportações entre países em desenvolvimento aumentou. Em 1965 era de 35%, em 2003 passou a 74%. Ou seja, o comércio entre os países do sul só cresce. São exportações qualificadas: produtos de alto valor agregado, manufaturas e também commodities. Há potencial no comércio nesse sentido. Essa priorização não se dá apenas por aspectos ideológicos, mas pela natureza diversificada do parque produtivo brasileiro. Entre 1999 e 2005, as exportações brasileiras para países desenvolvidos aumentaram 99%. Passou de 28 bilhões para 56 bilhões de dólares. Não há diminuição do comércio com os países desenvolvidos. Para os países em desenvolvimento o crescimento foi de 214%, de cerca de 19,8 bilhões de dólares para 62,2 bilhões de dólares, superando as exportações para os desenvolvidos.

Murilo Vieira Komniski é assessor internacional da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ligada à Presidência da República

NOTAS CURTAS

A febre das ações coletivas atingirá a Europa?

Em 2000, um júri do estado da Flórida decidiu que cinco companhias de tabaco deveriam pagar 145 bilhões de dólares em nome de todos os fumantes americanos. Mais tarde a decisão foi revogada, mas o caso serve como exemplo para as ações coletivas americanas (*class actions*). Surgiram nos Estados Unidos em 1960 para proteger indivíduos impotentes diante de corporações. Na maioria dos casos, os advogados abstêm-se dos honorários, mas exigem ao menos um terço – às vezes até o dobro – da quantia total, se ganharem a ação. O negócio provou-se lucrativo: já há escritórios especializados nessas ações, buscando casos potenciais. Os advogados de defesa, tentando evitar má publicidade e longos problemas legais, logo propõem um acordo – nove em cada dez ações nem sequer chegam aos tribunais.

Recentemente, executivos europeus temem que esse estilo de ação trabalhista os alcance. De acordo com a reportagem “If you can’t beat them, join them”, publicada na *The Economist* em fevereiro, já há casos de ações coletivas nos Países Baixos, na Alemanha e na Itália. O governo francês já apresentou uma lei regulamentando a matéria, ainda a ser analisada e votada no parlamento. Entretanto, o sistema legal europeu parece estar protegido contra os excessos americanos. Como não há júris para ações civis na Europa, são raros os casos de indenizações muito altas. Normalmente as corporações são processadas e punidas em tribunais criminais. Além disso, quando ganha a causa, o advogado não recebe mais do que o dobro de seu honorário como bônus.

Falsificações “justas”

Ao tentar embarcar para Miami com documentos falsos, 11 cubanos foram presos em flagrante no Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim do Rio de Janeiro. A decisão de primeira instância determinou sua sentença: pena de prisão por dois anos e multa. Mas a sorte do grupo cubano mudou ao encontrar a 2ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região em dezembro de 2006.

Os réus foram absolvidos por unanimidade. A turma entendeu como justificável a conduta dos acusados,

que buscaram a liberdade em outro país, mesmo que se valendo de documentos falsos. A defesa alegou que, fosse o grupo brasileiro, seria possível uma progressão da pena, tendo havido assim tratamento discriminatório. Declarou também que as falsificações eram visivelmente grosseiras, sendo perceptíveis à primeira vista. Assim, dá-se a ineficácia do meio empregado na tentativa de consumir o crime, e ocorre o crime impossível, assim chamado pelo artigo 17 do Código Penal.

LIMITE E POTENCIAL DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Foto/Tiana Chinelli



Reflexões e análise de um especialista em Direito Público sobre a delegação a terceiros das atividades de execução dos serviços públicos e o real alcance da sintonia entre governo e iniciativa privada

Por Carlos Ari Sundfeld

A partir de 1993, quando começou a reforma jurídica do Estado, até 2003, quando começou o governo de Luís Inácio Lula da Silva, houve uma transformação gigantesca das regras do direito sobre o Estado e a administração pública. O primeiro aspecto é que se criou uma série de regras para as concessões. O Estado, até então, prestava serviços públicos por meio de empresas estatais. Em 1993 teve início um processo intenso de transferência da prestação de serviços públicos para os particulares, celebrando contratos de concessão. Para poder fazer isso foi preciso criar uma série de leis que regulamentassem a concessão. Ocorreu um grande esforço de criação legislativa em telecomunicações, energia elétrica, petróleo, portos, rodovias, aviação civil etc. A inovação foi criar contratos que dessem maior segurança para o investidor privado. Essa foi a tônica central. Até então os contratos com a administração eram regidos por leis que davam pouca segurança e estabilidade para os particulares.

O contrato de obra tradicional, muito usado no período anterior à reforma do Estado para contratar uma empreiteira para fazer uma obra, por exemplo, é um contrato que a administração pode romper sem chegar ao fim. Então a empresa começa o contrato, mas não sabe se vai terminar. Eventualmente tem frustrada sua expectativa. É um exemplo de insegurança jurídica. A empresa tem que negociar com a administração pública e convencê-la, todo o tempo, de que o contrato precisa ser mantido.

Mas a partir da reforma do Estado e de toda essa legislação há uma preocupação em garantir direitos para aquele contrato com o governo. E o contrato não será modificado pela legislação. A intenção foi garantir segurança. Esse é o lado da criação de uma legislação de concessão.

O segundo aspecto é a criação de figuras institucionais que permitam à administração controlar o concessionário. Porque, afinal, a empresa presta serviços públicos. Seu desempenho precisa ser adequado.

É preciso verificar se ele não abusa na cobrança das tarifas. Há uma série de dificuldades nesse controle. Para facilitá-los surgiram as agências reguladoras. A agência emblemática é a Anatel, da área de telecomunicações, que surgiu em 1997. A legislação procurou conferir independência às agências, separando-as do processo político, de modo que a regulação fosse uma atividade técnica. As decisões sobre preços, sobre as regras de prestação de serviço e outras seriam tomadas considerando critérios técnicos, não políticos. Imaginava-se que a independência das agências faria com que a questão técnica se tornasse o elemento central no controle dos concessionários pelas agências.

De um lado, a aplicação dessa legislação de concessões permitiu que vários setores privados entrassem e fizessem investimentos pesadíssimos. O maior sucesso aconteceu na área de telecomunicações, enquanto o caso de fracasso mais importante é o de energia, em que não se conseguiu dar estabilidade suficiente e a agên-

cia não conseguiu ser independente. Então os investimentos foram poucos. Do ponto de vista das agências reguladoras isso é um processo ainda em curso. Uma coisa é a lei garantir a autonomia. Coisa bem diferente é, na prática, o governo se conformar com isso e os diretores permanecerem em seus cargos. As agências existem há dez anos. Essa história foi cheia de acidentes até hoje. Elas ainda estão lutando pela institucionalização. O mais recente acidente de percurso é o conflito entre a Anatel e o ministro das Comunicações sobre a licitação para novas outorgas do WiMax. A Anatel abriu uma licitação para permitir que novas empresas prestem o serviço de banda larga por ondas. Esse é o serviço do WiMax. E a Anatel definiu na licitação que não poderiam participar as empresas concessionárias já presentes no mercado, para fomentar a competição. O ministro é contra essa regra. Não sei por que razões. Para ele as concessionárias – Telefônica, Telemar e Brasil Telecom – têm que ter o direito de participar. Vivemos uma disputa em torno dessas duas opiniões. A Anatel mantém sua decisão. O ministro ameaça intervir. No momento, é esse o grande conflito.

As concessões e as agências reguladoras são reformas importantes do período FHC, feitas enquanto existia o Ministério da Reforma do Estado. O mais relevante da atuação concreta do mare foi a introdução da idéia de que parte das atividades do Estado poderia ser desempenhada pelo terceiro setor, por aquilo que o ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira chamou de “entes públicos não-estatais”. Essa idéia foi importante porque contrariava o modo como a administração estava organizada. A reforma das empresas estatais e as concessões dizem respeito à ativida-

de econômica que o estado desenvolvia, atividade lucrativa, prestando serviço e cobrando por isso. Mas era preciso pensar uma maneira de reformar também as atividades não-econômicas. Por exemplo, atividades sociais do estado, atividades de pesquisa. E a fórmula que o plano da reforma previu foi a de criar entes públicos não-estatais não vinculados ao Estado. Seriam entidades da sociedade civil que manteriam com o Estado um termo de parceria. Mas a aplicação desse modelo ainda é embrionária. Em alguns lugares houve sucesso na área da saúde. Há 14 hospitais no estado de São Paulo que o Estado construiu e em seguida entregou a organizações sociais que administram esses hospitais, sem interferência direta.

O que o Estado pode delegar?

As reformas na área de infra-estrutura – serviços públicos, petróleo – não enfrentaram muito as idéias tradicionais sobre o tamanho e a função do Estado. Por quê? Embora a prestação de serviço passasse para o particular, os serviços continuaram sendo regulados pelo Estado, coisa que no passado também se fez. Mas algo bem diferente é transferir toda a estrutura de saúde do Estado, que não existia no século XIX (quem fazia o serviço de saúde eram os padres por meio das Santas Casas de Misericórdia) para entidades do terceiro setor.

Isso basta ou é fundamental que exista uma estrutura pública? Esse é o grande debate. A lei de PPP, tentando tomar um partido nesse debate, afirma que o Estado não pode delegar atividades em que está envolvido o exercício de poder de polícia. Nós não poderíamos contratar uma empresa de mercenários estrangeiros para tomar conta dos morros cariocas, por mais que isso fosse economi-

O nó da questão é que o governo tem uma capacidade de investimento limitada. Grande parte do dinheiro que arrecada está vinculado a obrigações assumidas

camente uma boa idéia. No Estado de São Paulo, quando o governador Mário Covas mandou um projeto de lei para criar a figura da organização social no estado, teve que fazer um acordo com a Assembléia Legislativa para deixar fora do campo das organizações sociais a possibilidade de o Estado delegar as atividades de educação. Não se pode fazer contrato entre o governo e uma entidade privada para delegar a ela prestação de serviços de educação.

Discordo dessa visão. Para mim o limite da aplicabilidade das PPPs e outras fórmulas de contratação como particulares de atividades estatais envolve apenas o que seriam atividades decisórias fundamentais do Estado. Todo tipo de execução pode ser delegado sem problemas para particulares. Não vejo nenhum problema em que toda a educação seja prestada por particulares e que o Estado dê vale-estudo para as pessoas escolherem a escola em que querem estudar. Evidentemente o Estado não pode delegar o processo de decisão relativo a quem contratar, como contratar, quais são os requisitos técnicos etc. Ou seja, o aspecto regulatório.

Essa atividade regulatória é atividade essencial do Estado, porque regular envolve fazer ponderações de caráter coletivo: o que a sociedade quer no serviço de educação? Nós

vamos estudar espanhol porque queremos nos integrar com a América Latina ou mandarim porque queremos nos aproximar da Ásia? São as grandes opções coletivas. Faz sentido que essas decisões estejam submetidas aos processos de deliberação tipicamente coletivos, que são estatais. Fora isso, a atividade de execução pode ser feita por particulares.

Se o Estado delegar, isso desbloqueia grande parte do orçamento para os investimentos. No caso das PPPs, sobretudo, o tema dos investimentos é muito importante. O nó da questão é que o governo tem uma capacidade de investimento limitada. Grande parte do dinheiro que arrecada está vinculado a obrigações assumidas. Parte dos recursos do Estado é destinada a investimentos em educação e saúde. Há os contratos celebrados no passado. São obrigações já existentes. Sobra pouco para novos projetos. Como é que se contorna isso, se não tem dinheiro? Endividando-se, como nos anos 70. Mas a capacidade do Estado se endividar diminuiu nos últimos anos, porque exagerou e passou a não ter mais crédito externo.

Ainda que houvesse recursos disponíveis no exterior para emprestar, o Estado não quer se endividar mais porque cada vez precisa pagar mais juros. O Estado não consegue se endividar para fazer obras, para criar infra-estrutura que reconhece que poderia desatar o nó do desenvolvimento. Se fizesse obras de infra-estrutura de transporte, por exemplo, aumentaria a participação brasileira na exportação de produtos primários, de minério, gerando receitas. E as PPPs surgem exatamente como uma tentativa de responder a esse problema, permitindo que particulares façam esses investimentos, aceitando que o retorno sobre eles ocorra por meio de

pagamentos feitos pelo Estado a longo prazo. E o governo tem que realizar um processo de decisão racional para assumir apenas essas obrigações de longo prazo, de pagar esses parceiros privados, naquelas contratações capazes de ser, como eles gostam de dizer, “estruturantes”.

A inovação da PPP

Qual a diferença da Lei das Parcerias Público-Privadas em relação à Lei de Concessões de 1995? Esta última, ainda em vigor, foi muito usada em casos nos quais o Estado conseguia passar o empreendimento para uma empresa privada. Essa empresa faria o investimento e cobraria tarifa dos usuários. Pagaria todo o serviço feito com a receita de tarifas. No Es-

Não são apenas os usuários que bancam o Rodoanel. É injusto. Mas todos podem se beneficiar da diminuição do trânsito

tado de São Paulo, o programa de concessão de rodovias foi responsável pela melhoria e criação das estradas a partir do governo Covas. O Estado não investiu um tostão. Pelo contrário, os particulares investiram e ainda pagaram para o Estado. A cobrança de tarifas viabilizou o negócio.

A Lei de PPP existe para permitir contratos semelhantes de concessão, com investimento privado de longo prazo, quando não é viável cobrar tarifa do usuário ou a tarifa cobrada é insuficiente. Essa é a novidade da Lei de PPP. Por isso ela é complementar à Lei de Concessão. O objetivo

de ambas é: investimento privado, amortização a longo prazo. O tipo de situação é diferente: viabilidade de amortização só com tarifas, no caso da Lei de Concessão; necessidade de pagamentos pelo Estado, diretamente, no caso da Lei de PPP.

Um exemplo de política onde a parceria público-privada seria importante é o Rodoanel de São Paulo. Embora pareça uma estrada qualquer, que o governo concedeu cobrando tarifa, ele tem uma dificuldade: a necessidade de que os usuários usem o Rodoanel para desafogar o trânsito na cidade de São Paulo. Se o Estado colocar um pedágio no Rodoanel, o trânsito continuará na cidade, porque lá não se paga pedágio. Logo, o governo Rodoanel não será usado. Situação ideal para uma parceria público-privada. Então o Estado deve contratar uma empresa que irá investir e receber, em contrapartida, uma espécie de pedágio-sombra (*shadow toll*). É contada a passagem de carros e o estado paga por veículo. No final do mês, quem paga o pedágio é o Estado. O problema é que não são apenas os usuários do Rodoanel que o bancam. Essa é a injustiça. O que há de aparentemente muito justo no pedágio é que paga quem usa. Nesse caso de pagamento com recursos orçamentários, há uma divisão potencialmente injusta. Uma justificativa possível é que todos irão se beneficiar da diminuição do trânsito em São Paulo.

A PPP serve também para situações em que o pedágio é insuficiente. O governo federal acaba de lançar um edital de licitação para a rodovia BR-116 na Bahia. É a primeira PPP federal. É viável cobrar pedágio, mas apenas essa receita não é capaz de pagar todo o investimento nessa estrada. Então o Estado vai cobrir uma etapa. Seria uma

concessão patrocinada. Cobra-se pedágio e há subsídio estatal. Essa é a segunda aplicação.

A terceira aplicação é a que está sendo feita em saneamento na Bahia e em parte do metrô de São Paulo. É um caso em que o serviço que vai ser contratado com um parceiro privado não é a integralidade do serviço público, mas apenas uma parte dele. A empresa do governo vive de tarifa e utiliza uma porcentagem dela para pagar o parceiro.

Capitalismo sem riscos?

O caso de São Paulo é na operação da Linha 4 do metrô. A empresa que ganhou a licitação é uma concessionária de rodovias grandes, associada ao metrô de Paris. Ela fará um investimento nos trens, no sistema de segurança, e realizará a operação desses trens. O usuário não percebe, mas há duas empresas envolvidas no metrô. A remuneração da empresa privada é feita de acordo com o número de passageiros transportados. Mas, ainda que aumente muito o número de passageiros transportados, o Estado paga até um limite. Se baixar muito, o Estado paga o limite mínimo, ainda que tenha transportado menos. Por que isso? Em um sistema capitalista, se certo serviço tem baixa utilização, a empresa corta os trens. Mas o Estado não pode fechar a estação, então paga por número de passageiros mínimos para garantir a manutenção do serviço, ainda que deficitário. Isso seria uma diminuição do risco particular.

Isso não pode ser visto como uma “ajuda” do Estado a certas empresas. Essa é uma ótica distorcida. O Estado patrocina porque a empresa é impedida de agir no modo do mercado, já que o governo obriga que o serviço tenha certas condições ainda que não haja usuários suficientes.

Não se está ajudando a empresa, mas sim o usuário. O Estado exige que a empresa mantenha a estrada em funcionamento, não pode ter nenhum buraco na pista, tem que estar iluminada. Evidentemente isso tem um custo e a remuneração é atrelada a ele. Como se garante que o custo seja o menor possível? Com uma licitação que determina o valor que o Estado vai pagar para a empresa. Algumas empresas vão oferecer mais, outras vão oferecer menos. Se a licitação funciona adequadamente, o Estado consegue o melhor preço possível: pagará o mínimo pelo serviço. Outra característica importante da Lei de PPP é que a remuneração paga pelo Estado varia em função da qualidade do serviço. Há certas metas de qualidade a serem atingidas. Se não atinge essas metas, o pagamento diminui. Isso é pré-definido, sem participação da empresa, feito apenas por deliberação do Estado. É uma decisão regulatória.


Inicialmente o governo fez uma propaganda da parceria público-privada como se fosse uma nova e vital fórmula para o desenvolvimento e para os investimentos. O governo mandou projeto de lei para o Congresso e lá ficou parado. Era uma lei com intenções vagas, confusas. O governo aprendeu com o erro e o discurso mudou. Criou-se uma unidade técnica no Ministério do Planejamento para montar o primeiro projeto-piloto de PPP, que é o da BR-116 da Bahia. Mas isso demorou.

Ainda no começo do governo, o presidente Lula buscou vincular as PPPs com o crescimento econômico. O que pode causar certo crescimento, nesse sentido, é a ampliação da infra-estrutura. O governo tem um levantamento sobre quais são os gargalos de infra-estrutura no país. O Porto de Santos, por exemplo, está

É exagerado afirmar que as PPPs farão o Brasil crescer, porque a capacidade de realizar essas parcerias será sempre limitada fiscalmente

chegando ao limite de sua capacidade. Temos um gargalo nos sistemas ferroviário e rodoviário. Como é possível superar isso? Se o governo tem dinheiro, contrata empreiteiras, faz as obras e o problema está resolvido. É verdadeiro o diagnóstico de que falta investimento público. Se fosse feito, aumentaria nossa participação no mercado exterior e o desenvolvimento interno de certas regiões.

Outra questão é saber se é viável fazer essas modificações de infra-estrutura por meio de parcerias público-privadas. Há limite. Se o Estado contratasse hoje todas as obras que constata que são fundamentais, teria um efeito maravilhoso em dez anos. Mas estouraria o orçamento público ao pagar as prestações mensais pelo serviço. É exagerado afirmar que as PPPs farão o Brasil crescer, porque a capacidade de realizar parcerias será sempre limitada fiscalmente.

A parceria público-privada é um instrumento para estados grandes e para o governo federal. São Paulo, Bahia, Minas, Rio Grande do Sul, têm capacidade de tirar proveito dessa legislação. Em relação às áreas, os prováveis focos das PPPs nos próximos anos serão saneamento básico e transporte. 

Depoimento transcrito de entrevista a Sérgio Praça.



OCTAVIO IANNI: A SOCIOLOGIA EM SINTONIA COM O TEMPO

A clareza de pensamento, a coerência e a reflexão da conjuntura na obra de Ianni se tornaram referência para uma geração de intelectuais

Por Sérgio Adorno

Todos nós, sociólogos da minha geração, gostaríamos de ter algo que Octavio Ianni tinha: a clareza de pensamento, a extrema coerência ou a capacidade de estar o tempo todo antenado com o que se passa na sociedade e de interpretar os acontecimentos. Ele foi um homem rigoroso, austero, preocupado com a precisão das idéias, com seus textos – que batia à máquina, não usava computador. Sua clareza impressionava. O leitor entendia as oposições iniciais, as argumentações e a conclusão. Ele era admirado inclusive por causa dessa clareza e desse modo de trabalhar.

Era difícil que ele não tivesse uma reflexão, mínima que fosse, sobre um problema contemporâneo. Podia ser que não estivesse trabalhando com violência. Mas, se fosse perguntado, teria uma reflexão sobre. A geração que veio depois é muito afinada com essa questão de refletir o tempo todo sobre a conjuntura, sobre os problemas emergentes dessa conjuntura, sempre tentando articulá-la com os problemas mais gerais da sociedade – com assuntos econômicos, com o problema do desemprego e da desigualdade social, com a divisão do trabalho. Ele era um sociólogo muito afinado com seu tempo.

Talvez hoje as condições não sejam tão favoráveis,

mas certo estilo intelectual, certa forma de lidar com questões sociais e políticas contemporâneas – presentes em Octavio Ianni – foram marcantes para minha geração. A posição dele hoje seria difícil para um intelectual, no Brasil e no mundo: “Sou assim e vou assim até o final”. Ele tinha uma enorme coerência política, era um homem de uma linha muito clara.

Sempre foi muito crítico da ditadura; era amargurado pessoalmente porque foi afastado da universidade, foi cassado. Era uma pessoa profundamente identificada com o espaço de liberdade da universidade, com o ensino e a pesquisa. A ditadura provocou uma violência muito grande, porque tirou um pouco seu solo, sua razão de ser. Do ponto de vista acadêmico, ele combateu tanto quanto pôde.

O Departamento de Sociologia chegou a convidá-lo para que voltasse à USP. Para nós era uma questão de justiça: queríamos devolver a ele o que fora tirado arbitrariamente. Mas isso implicava um problema político para ele. Aposentado compulsoriamente, Ianni precisaria assinar um documento renunciando à sua aposentadoria. E o problema dele não era deixar de recebê-la. Era uma extrema coerência política: “Eu não pedi para

ser aposentado. Quem me aposentou compulsoriamente que retire essa nódoa da minha história”.

Fizemos várias negociações com a burocracia da universidade, mas não houve jeito. Fomos impotentes para enfrentá-la: deveria haver um documento assinado por ele. E jamais poderíamos propor que ele tomasse essa decisão, quando estava na natureza dele não aceitá-la. É um exemplo de integridade ética, moral. Ele foi, durante muitos anos, professor do departamento de sociologia da Unicamp e deu cursos na Escola de Comunicações e Artes da USP como professor convidado.

Tempo de debates, réplicas, tréplicas

O professor Octavio Ianni integrou a mais importante experiência de construção das ciências sociais e, mais particularmente, da sociologia no Brasil. Formado em ciências sociais, construiu sua carreira acadêmica na Universidade de São Paulo. Participou, junto com Fernando Henrique Cardoso, de um grande projeto, liderado por Florestan Fernandes, sobre relações sociais e racismo. Em seguida estendeu esse estudo para além de São Paulo e Rio de Janeiro, abordando em seu mestrado Curitiba e Florianópolis.

Comparar Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni é difícil. São personalidades intelectualmente diferentes. Ambos tinham uma formação teórico-metodológica primorosa. Fernando Henrique, mais internacionalizado, rapidamente foi se conectando com as análises que se constituíam como modelos hegemônicos do pensar nos grandes centros acadêmicos. Octavio, menos; ele tinha muitas conexões com a América Latina. Era um intelectual latino-americano.

Na USP Ianni se ocupou, durante muitos anos, da disciplina metodologia de pesquisa. O ensino dele eram os métodos, mesmo, e não um ensino de técnicas. Ele colocava, sim, a questão das técnicas – como levantar, tratar e analisar os dados –, mas seu pensamento partia da teoria sociológica clássica contemporânea. Mostrava que as técnicas não são neutras, mas implicam o modo como o sujeito encara a realidade. O que significava, de alguma maneira, uma posição muito clara. Não se pode fazer uma sociologia que não seja crítica, que não confronte permanentemente o conhecimento com as condições sociais em que foi produzido. Isso foi uma marca muito importante que

ele deixou para as gerações seguintes – certamente é um traço que vem da cultura acadêmica da sua época; já estava em Florestan. Mas no ensino dele é muito presente.

Isso resultou na formação de intelectuais refinadíssimos e, sobretudo, muito críticos. E em um estilo de trabalhar o texto, de ler os dados, de argumentar na análise de teses e dissertações. A fundamentação era sempre a sociologia do conhecimento. Não se usam conceitos arbitrariamente. Não se vai ao marxismo, à hermenêutica, ao funcionalismo, simplesmente por uma questão de identidade ou prazer. Essa é uma lógica não só da ciência, mas também da política, ou seja, o conhecimento é atravessado pela política. E política pensada sobretudo a partir da dialética e da luta de classes.

Quando cheguei à universidade, aos 18 anos, Ianni já havia sido cassado pela ditadura. Mas eu me sinto herdeiro porque os discípulos diretos dele foram meus professores. Nenhum era cópia: a formação foi tão boa que eles construíram estilo próprio. Gabriel Cohn, atual diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, e o sociólogo José de Souza Martins – para falar de dois cânones – são intelectuais refinados formados nessa leva. Para essa geração de intelectuais privilegiados, com sólida formação teórico-metodológica e enorme compromisso com a coisa pública, a universidade era um espaço de liberdade onde se podia pensar independentemente das pressões do mercado, da política, das pressões de classe. Preservar a universidade pública era preservar a liberdade – liberdade de pesquisar e liberdade de ensinar. Isso foi forte, e ainda é. Eles preservavam a autonomia dos seus problemas de pesquisa, de estabelecer programa de curso.

Uma outra marca importante nessa geração – um pouco também por causa da formação recebida de Octavio – é a ligação permanente entre teoria e pesquisa, entre ensino e pesquisa. Era inimaginável um intelectual e professor que não fosse pesquisador; um pesquisador que, de alguma maneira, não ensinasse, que não formasse novos pesquisadores. Teoria-prática, ensino-pesquisa eram coisas profundamente ligadas. O Octavio não foi só um representante dessa geração, mas um líder nesse processo, um modelo de conduta intelectual. Hoje o modelo é mais o de um intelectual profissionalizado, conectado com a sociedade e com as instituições fora da universidade.

Octavio não foi só um representante da geração dos professores pesquisadores, mas um líder desse processo, modelo de conduta intelectual

Naquela época era diferente. Estávamos preocupados com o rumo da industrialização e do capitalismo no país e com suas conseqüências. Ou seja, íamos dar o passo em direção ao socialismo? Não íamos dar o passo? Tínhamos completado a etapa burguesa ou não? A discussão girava em torno desses eixos teóricos.

Florestan Fernandes e Fernando Henrique também tiveram um papel importante para a sociologia paulista. Mas Octavio não era um intelectual distante; era muito próximo das pessoas. Era um professor que estava ali, no dia-a-dia. Dialogou mais diretamente. Por isso marcou mais do que os outros.

A comunidade acadêmica da época desses professores era menor. E todos eles eram brilhantes. Quando um deles lançava um livro, necessariamente era lido e discutido por todos. Suscitava debate, muitas vezes havia réplicas e trélicas. Todo mundo lia e todo mundo discutia. A minha geração já encontrou um ambiente com mais pessoas, mais acadêmicos produzindo livros. Foi rareando esse habitus de sair um livro novo, debater. Começamos a perder essa idéia de ler o conjunto da obra.

Planejamento, militarização, globalização

Ianni foi um pensador que traduziu o marxismo e a dialética para a sociologia no Brasil. Certamente o Florestan fez isso, mas Ianni fez com muita competência. Ele soube trabalhar as grandes categorias e traduzir para a sociologia. Porque, enfim, havia toda uma discussão sobre a possibilidade de traduzir o marxismo para uma ciência; uma ciência que tinha origem positivista, ou se na verdade a dialética marxista só podia ser entendida como tal, e, portanto, como a única ciência da história. Ele fez esse trânsito com competência e de maneira inteligente.

O professor se dedicou a grandes temas, mas um dos principais é o das relações raciais. Há um livro importante, *Raças e Classes Sociais do Brasil*, com uma tese muito clara: as desigualdades raciais na verdade são expressões das desigualdades de classe. Não se pode entender as relações raciais sem entender as relações de classe. É uma tese muito discutida hoje. Há uma corrente que diz que, embora se possa estabelecer conexões entre as divisões de raças e as divisões de classe, na verdade o racismo não se reduz a uma expressão de classe. A questão racial


muitas vezes transcende a dimensão exclusiva da classe. Mas nesse livro ele acentuou a questão dessas relações entre classe e raças.

É uma pesquisa original e de impacto e, embora hoje discutida, não dá para historiar a sociologia das relações raciais no Brasil sem passar por esse livro.

Houve um tempo em que ele se preocupou com a questão do Estado, em um livro que hoje talvez precise ser relido: *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Durante certo tempo se discutiu muito o papel do planejamento – isso vem de uma tradição da sociologia de Karl Mannheim, para quem o planejamento social era a saída para a dupla crise que assolou o século XX em momentos distintos: a crise do totalitarismo e a do liberalismo. Era uma maneira de ter um controle racional sobre a sociedade sem a restrição das liberdades civis e públicas. O planejamento evitaria cair no domínio absoluto do mercado e evitaria também as tentações autoritárias e ditatoriais. Era uma forma de exercer controle sobre o mercado e, ao mesmo tempo, evitar que o Estado, com o mercado controlado, ocupasse esses quadros.

Curiosamente, o governo militar no Brasil aderiu a essa idéia. E o sociólogo fez muitas análises desse momento, mostrando que o planejamento era uma ideologia. Ianni aborda desde o governo JK até os governos militares.

Ianni foi importante também na análise de questões do Estado, como a militarização da sociedade. Há um livro pouco conhecido e talvez datado, *Imperialismo e Cultura da Violência na América Latina*, em que ele analisa a questão da violência nas ditaduras latino-americanas, mostrando que não era uma questão de menor importância; era instrumental. Toda a problemática da repressão, das cassações, na verdade era uma expressão quase que genuína desse poder arbitrário e violento. Agora, vendo o que aconteceu com a violência não só no Brasil, mas no mundo todo, o livro fica datado.

Já no final de sua obra, Ianni produziu uma grande discussão sobre a globalização – e são seus livros hoje mais conhecidos. 

Depoimento transcrito de entrevista a Carlos Costa e Luisa Destri.



Sérgio Adorno é professor de sociologia da USP

NOTAS CURTAS

A ambição desmedida do Google

Se Jorge Luis Borges fosse munido de um scanner, paciência e sua imaginária biblioteca de Babel, onde constam todos os livros, provavelmente faria algo parecido com o que a empresa Google começou em 2005: a digitalização de todas as obras do mundo. O escritor argentino, se bem-sucedido na impossível tarefa, precisaria se armar juridicamente para enfrentar grandes editoras e autores organizados.

A jornada do Google só foi possível graças a parcerias firmadas com as principais editoras e bibliotecas de universidades como Oxford, Harvard e Stanford. A empresa ganhou assim o direito de começar a disponibilizar milhares de livros – de lançamentos a raríssimos documentos – online. Mas os próprios aliados parecem duvidar do sonho da Alexandria do Google.

O primeiro processo contra a empresa foi aberto em 19 de outubro de 2005. Partiu de editoras parceiras no projeto – como a Penguin, apoiadas pelo principal sindicato das editoras americanas – que reconhecem o benefício que a nova ferramenta de busca traria a suas vendas. Potenciais consumidores poderiam folhear livros e comprá-los sem sair de casa.

Logo, o sindicato dos escritores norte-americanos também entrou na briga. Possuíam a mesma queixa das editoras: eram contra a digitalização dos milhares de livros protegidos por direitos autorais. Em sua defesa o Google disponibiliza apenas trechos desses livros. O usuário só tem acesso total aos livros que estão em domínio público. Todos esses livros podem ser divididos em três categorias: a) livros ainda em circulação e em domínio público b) obras ainda em circu-

lação e protegidas por direitos autorais e c) livros já esgotados, mas ainda sob proteção dos direitos autorais. Estes últimos são maioria e representam a dor de cabeça jurídica do Google.

A empresa provavelmente tentará propor um acordo antes do julgamento dos casos. Se estiver disposta a pagar qualquer valor, resolverá duas questões: os processos não mais a atingirão e qualquer concorrência será eliminada. Como esse projeto é pioneiro, se o Google concordar em pagar para exibir os livros sob proteção autoral, qualquer outro concorrente já deverá estar conformado com o preço que pagará.

Quanto são todos os livros?

Não se sabe ao certo quantos livros existem no mundo. O mais extenso catálogo de bibliotecas, WorldCat, conecta digitalmente 25 mil acervos ao redor do mundo – segundo esse site, o número gira em torno de 32 milhões. Como o Google pretende escanear todos os livros já publicados, essa é sua estimativa. Isso levará tempo, ao menos dez anos, segundo cálculos da própria empresa. Para não danificar as obras, o trabalho é feito artesanalmente – às vezes dedos de funcionários são flagrados em cantos de páginas.

Ninguém sabe quanto já foi ou será gasto nesse projeto. Em 2005 a Microsoft propôs-se a escanear 100 mil livros da coleção da British Library, empregando para isso 2 milhões e meio de dólares. Por essa medida, uma simples regra de três revela: digitalizar os 32 milhões de livros custaria 800 milhões de dólares. Lembrando que o Google já dispôs do dobro disso para obter o site Youtube: 1,65 bilhão de dólares.

Informações corporativas em risco

Duas pesquisas recentes divulgadas nos Estados Unidos mostram a dificuldade que grandes empresas enfrentam para proteger suas informações eletrônicas. A primeira delas, intitulada “Detection and Prevention of Data Breaches Report” – realizada com 850 profissionais responsáveis pela segurança das informações em suas companhias –, revela que 63% dos entrevistados acreditam não poder prevenir violação dos dados. E que 415 empresas entre as pesquisadas não se consideram capazes de reforçar suas políticas de segurança da informação. O motivo para 35% das companhias seria o alto custo das ferramentas tecnológicas de prevenção ao vazamento.

Já a “U.S. Survey: Confidential Data at Risk”, realizada com 500 profissionais do mesmo ramo e focada em dados armazenados em sistemas e em dispositivos móveis, aponta que 81% das empresas perderam um ou mais laptops contendo informações delicadas em 12 meses. E que 64% nunca fizeram um inventário com informações de seus clientes ou de seus funcionários. As empresas foram questionadas também a respeito do tempo que demorariam para identificar a informação perdida em discos extraviados. Para pastas no servidor, 24% disseram que nunca poderiam fazê-lo. No caso de informações armazenadas nos computadores pessoais dos funcionários, o índice subiu para 62%. As duas pesquisas foram realizadas pelo Instituto Ponemon, especializado em gerenciamento de informações, e divulgadas em setembro e agosto de 2006, respectivamente.



A JUSTIÇA QUE VAI A ONDE O POVO ESTÁ

Vitórias e desafios da Justiça Itinerante Fluvial, que há dez anos percorre rios e igarapés do Amapá

Por Luisa Destri
Fotos Luisa Destri

Não estivessem nas margens do rio Amazonas e seus afluentes, os 7 mil habitantes do arquipélago de Bailique, distrito de Macapá, capital amapaense, poderiam se chamar Fabiano, Sinhá Vitória, Menino mais novo, Menino mais velho. Assim como as personagens do romance de Graciliano Ramos *Vidas Secas*, eles não conseguem expressar seus problemas, são incapazes de manifestar, em palavras, o que sentem e sofrem. A barreira da comunicação se ergue como um dos desafios maiores da Justiça Itinerante Fluvial, que desde 1996 se desloca pelos rios e igarapés do Amapá levando a bordo juízes, defensores públicos, promotores, conciliadores, escreventes e oficiais de justiça, e também enfermeiros, médicos, dentistas, funcionários da Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa), do Instituto de Terras do Amapá (Terrap) e da Polícia Científica.

Nesses dez anos estima-se que a equipe flutuante do Tribunal de Justiça do Amapá tenha iniciado 100 mil casos nas jornadas que promove a cada dois meses. Nas seis saídas de 2006 houve 194 audiências, foram

proferidas 66 sentenças, firmaram-se 23 acordos, foram recebidos 68 Termos Circunstanciados. Só na jornada de abril do ano passado, os médicos, enfermeiros e dentistas realizaram mais de 2 mil atendimentos, entre emergências, aplicações de injeção, orientações para o planejamento familiar, curativos, tratamento e extração de dentes. Na mesma jornada, os funcionários da Polícia Técnico Científica entregaram 58 documentos de identidade e receberam pedidos para outros 95 (entregues na saída seguinte).

A veemência dos números, entretanto, ainda não é suficiente para neutralizar a realidade vivida pela população das oito ilhas e 42 comunidades do Bailique e de outros núcleos do interior do Amapá. Moradores de casas de palafita, eles transitam por passarelas de madeiras – que, por causa da cheia de rios e igarapés, funcionam como as ruas desses locais. As tábuas quebradas ou soltas e os buracos ao longo do caminho são a imagem da distância entre a prefeitura de Macapá e seus distritos. Fazer os reparos dessas pontes é uma das atividades da comunidade marcadas por dramas

personais e familiares que a Justiça procura amenizar.

Franciene, de 15 anos, é uma dos 1.500 habitantes da Vila Progresso, a maior das localidades do Bailique. Ela abandonou a 6ª série do Ensino Fundamental na Escola Bosque em outubro de 2006. Resolveu sair de casa e passar os dias bebendo e fumando com seus novos amigos. Daniel e Rosalina, seus pais, esperaram a primeira semana de dezembro, quando chegou o barco Tribuna, do Tribunal de Justiça do Amapá. Pediam que o juiz interferisse, desse fim ao impasse: eles queriam que Franciene voltasse para casa; ela queria ser encaminhada para o abrigo Marluza, em Macapá.

Além da audiência, realizada com o juiz Fábio Santana, Franciene teve conversas com o psicólogo, a assistente social, funcionários de juizados especiais – todos tentaram convencê-la a ficar e retomar os estudos. De cabelos negros, na altura do queixo, barriga de fora, short curto, ela tratou todos com desdém. Quieta, mascando chiclete, parecia sempre prestes a uma gargalhada.

Enquanto a jovem arrumava a mala e se despedia dos amigos, o psi-

cólogo José Itany Cruz e a assistente social Maria Anunciada Barrao foram à casa da família. Conversaram com Daniel e Rosalina a fim de evitar que os outros sete filhos escolhessem o mesmo que Franciene. Francenildo, de 8 anos, abandonara o estudo um pouco depois da irmã. Francileide, a mais velha, de 22 anos, já casada e com um bebê no colo, tinha a fala mais articulada. (Os outros filhos são Francenildo, de 18 anos; Francis, de 13; Francivaldo, de 11; Francilauo, de 10, e Leandro, de 1.) Como Fabiano e Sinhá Vitória de *Vidas Secas*, os também rudes Daniel e Rosalina apenas olhavam, como se estivessem levando bronca, e consentiam. Não havia diálogo.

Franciene já esperava no barco, autorizada pelo juiz a ir para Macapá, quando a defensora pública Ely Pinheiro tentou mais uma conversa: “Você tem dois caminhos se for para o abrigo. Ou vai acabar trabalhando como doméstica na casa de alguém, e vai se arrepender; porque aqui você é pobre, mas tem sua casa. Ou vai se prostituir. No abrigo, aliás, você pode ser abusada. E ninguém vai usar camisinha: você vai pegar no mínimo uma gonorréia”. Foi então que a menina desistiu de partir e se comprometeu a voltar para as aulas.

Três salas na escola de palafita

Para chegar a Macapá os moradores da Vila Progresso precisam navegar por 12 horas no rio Amazonas. A Escola Bosque está formando uma geração de alunos capazes de ler e escrever. Mas a maioria dos adultos, como é o caso dos pais de Franciene, não escreve seu próprio nome. Conforme relatou nas conversas com os representantes da Justiça, Franciene queria deixar o Bailique sobretudo por estar insatisfeita com a escola. Mas, para a equipe, pode haver um

ou motivo: não há lazer para ela na Vila Progresso ou nas outras comunidades do distrito.

De fato, as crianças correm pelas pontes, sobem em árvores, se banham no rio. Quando cinco meninos se reúnem para jogar futebol, a bola está murcha, quadrada. Os adolescentes podem escolher entre dois ou três bares – um deles com uma mesa de sinuca e o outro, com uma televisão de 29 polegadas.

São comuns os casos de meninas como Leila, que fazem o salto brusco da infância para a vida adulta: aos 15 anos é mãe de Robson, de 4 meses.

Ela fugiu de casa aos 13. Conheceu o pai de seu filho, engravidou. Hoje, de volta à casa de sua mãe,

São comuns os casos como o de Leila, que saltou da infância para a vida adulta: aos 15 anos é mãe de Robson, de 4 meses

está pleiteando pensão alimentícia. O valor será em torno de R\$ 40, a média da região.

Já Eliane, de 24 anos, casada com Francisco, de 30, está grávida do sétimo filho. Moradora da Vila Macedônia, vai tentar fazer a laqueadura em um hospital público de Macapá. O filho mais novo tem 8 anos. Na casa de cerca de 20 m² onde moram também imperam as palavras simples, as frases curtas e soltas. Eliane conta que saiu de Macapá por Francisco, que é pescador. Ele confirma. O resto são reticências.

Foi Silvano Araújo, diretora da Escola Municipal de Ensino Fun-

damental, quem levou o psicólogo Itany e a assistente social Barrao a Eliane. Preocupada com o desempenho das crianças e com a falta de acompanhamento dos pais, pediu que eles ajudassem o casal a conseguir a cirurgia. Na Vila Macedônia, é ela quem visita as casas, informando as famílias sobre a situação dos alunos e as reuniões escolares. É de sua responsabilidade o cadastramento de famílias que recebem as bolsas federais (R\$ 175) e estaduais (R\$ 15). Ela informa aos profissionais da Justiça Itinerante o que está acontecendo na comunidade, pede ajuda para lidar com as dificuldades e apresenta Itany e Barrao de casa em casa.

A escola por ela dirigida tem classes até a terceira série. Os alunos se dividem nas três salas da casa de palafita. Quando Silvano está fora da classe, recebendo a assistente social e o psicólogo, as crianças vêm atrás dela com as lições, querendo tirar dúvidas. Há outra EMEF na Vila Macedônia, com 69 alunos até a quarta série, mais quatro adultos e jovens sendo alfabetizados.

“Mico”, “elefante branco”

Também moradores da Vila Macedônia, Paulo e Raimunda Teixeira têm seis filhos. Dois nasceram com lábio leporino. A diretora, Silvano, a assistente social Barrao e o psicólogo Itany foram à casa da família para ajudá-los a conseguir cirurgia para os filhos em Macapá. Raimunda não estava. Paulo, pescador, apresentou os meninos à equipe e mostrou os documentos de identidade da família (expedidos, em outra ocasião, pela Justiça Fluvial). Paulo não sabia, mas, enquanto tratava da cirurgia dos filhos, Raimunda procurou a defensora pública Karina Lima, no barco, para saber quais seriam seus direitos no caso de um divórcio. Foi

explicado que ela deveria conversar com o marido para que a separação fosse consensual.

Algumas horas depois Paulo e Raimunda chegaram ao barco. A defensora disse:

– Está bem. Preciso de todos os dados para fazer a separação.

Paulo olhou assustado.

– Ela não conversou com o senhor?, perguntou Karina.

– Ela falou mais ou menos. Mas eu vim até aqui porque precisava ouvir, com os meus próprios ouvidos, da boca da Justiça.

Histórias assim se repetem a cada jornada bimestral do barco do Barco Tribuna. A de dezembro de 2006, que cuidou dos casos de Franciene e do casal Paulo e Raimunda, entre outros, quase não aconteceu. Pela primeira vez na história da Justiça Itinerante Fluvial houve um problema com o barco antes mesmo da partida. Retirado da água para passar pelo processo de calafetagem, não foi possível colocar o Tribuna de volta no cais, por causa da maré baixa. Marcada para sábado, 2 de dezembro, a saída foi, então, cancelada pela diretoria do Fórum de Macapá.

Sempre atenta ao projeto que até junho de 2005 estava sob sua direção, a juíza Sueli Pini, coordenadora do Juizado Especial Central, decidiu ir até o local para entender por que a viagem não aconteceria. Na manhã da segunda-feira, dia 4, quando já estavam desfeitas as malas dos profissionais que teriam embarcado no sábado, o Tribuna estava no canal. A juíza tirou fotos, conversou com a tripulação e foi para o Fórum. Sua intenção era denunciar o caso para a imprensa. Chegou dizendo ter testemunhado o “naufrágio do projeto”. Às 13h recebeu uma ligação: a 73ª jornada da Justiça Itinerante sairia naquela noite.

São conhecidos em Macapá os atritos entre a juíza Pini e o presidente do Tribunal de Justiça do Amapá, Raimundo Vales. Atualmente ela está sofrendo cinco processos administrativos, todos iniciados a partir de decisões tomadas na itinerância. Para sua defesa, chamou a Associação Brasileira dos Magistrados. A juíza diz não saber por que perdeu a coordenação da Justiça Fluvial para a diretoria do Fórum. Logo após sua última viagem, no mesmo dia em que soube da inclusão de seu nome na campanha mundial “Mil mulheres para o Nobel” – o da Paz, em 2005 –, foi chamada ao gabinete do presidente. “Ele não me explicou,

Os processos iniciados na Justiça Itinerante são enviados para as respectivas varas de Macapá ao fim de cada jornada

apenas me comunicou que eu não estaria mais à frente”, afirma.

Raimundo Vales alega que a mudança na coordenação se deveu à busca pela maior eficiência. O desmembramento do Juizado Especial de Macapá em Norte, Sul e Central, efetuado na mesma época, comprometera o serviço do Tribuna. Mas, para envolvidos como José Adilson Pantoja, do Juizado Central, e o juiz Fábio Santana, foi a mudança que comprometeu o trabalho.

O trânsito ocorre normalmente; quando há audiências e intimações a serem realizadas, o juiz responsável encaminha, na saída seguinte,

as solicitações necessárias para que a ação prossiga. Com a participação, a cada jornada, de juízes diferentes e pouco próximos, muitos casos acabam não indo para o Bailique, acarretando atrasos.

O Tribuna foi adquirido em 2002. Por meio de um convênio, a Fundação Banco do Brasil (FBB) desembolsou R\$ 216 mil e o TJ-AP, R\$ 80 mil. Até então utilizavam-se barcos cedidos pela Marinha ou alugados. A nova embarcação, além de comportar até 65 pessoas, tem uma sala de audiências. Seu custo é alto, no entender de Vales. Cada viagem custa cerca de R\$ 12 mil (R\$ 144 mil ao ano), desconsideradas as diárias pagas para os servidores. “Tenho vontade de virar para a FBB e dizer: “Toma aí seu mico de volta”, afirma Vales. Ele confessa não ter força política para se desfazer do Tribuna e voltar a alugar embarcações a cada viagem. Promete, contudo, que convencerá o presidente no biênio 2007-2009, Agostino Silvério Junior, empossado em março, a se desfazer do “elefante branco”.

Proposta de ensino diferenciado

Em dezembro, por causa do atraso na saída, o roteiro tradicional não foi cumprido. Em geral a Justiça Fluvial passa dois dias na Vila Progresso, onde a demanda é maior – desta vez ficou apenas um. No terceiro dia o atendimento é em Livramento – comunidade excluída da 73ª jornada. No quarto dia é a vez de Itamatutuba. No último, Ipixuna Miranda, já no distrito de Caranapatuba. O cancelamento da jornada seria, com certeza, uma decepção para Maria Benedita Trindade, moradora de Foz do Gurijuba. Ela chegou ao barco (no segundo destino, Itamatutuba) sorrindo, ansiosa e apressada, de ves-

tido verde, uma camiseta branca por baixo e segurando uma sacola. Os cabelos estavam presos em um coque. Sua sogra, que a acompanhava, trazia um bolo.

A defensora Ely Pinheiro se animou; saiu logo para buscar um necessário. As duas corriam da proa à popa, trazendo e levando coisas. Benedita dizia:

– Sou evangélica, não posso me maquiagem. Ah, mas quer saber?

Antes que ela mudasse de idéia, Ely pediu que se sentasse. Começou

da daminha de honra e do pajem. O casamento foi celebrado pelo juiz Fábio Santana e pelo cartorário Manoel Barbosa.

São freqüentes, no barco do Tribunal de Justiça do Amapá, pedidos de investigação de paternidade e pensão alimentícia – de 36 audiências realizadas na jornada de junho 2006, 15 de referiam a pensão alimentícia. Há também denúncias de abuso e aliciamento de menores, maus-tratos – levados por meio do Comissariado de Menores, órgão

e da Juventude de Macapá. A menina repetiu o ano por ter ficado três meses sem ir à aula. Mas prometeu aos pais que não se envolverá novamente em histórias como essa.

A Escola Bosque, na Vila Progresso, tem 850 alunos, distribuídos em três turnos: manhã, tarde e noite. Há barcos que buscam os alunos em casa e os levam de volta, pois pertencem a diferentes comunidades do Bailique. Quando foi construída, em junho de 1998, a Escola Bosque tinha a proposta de um ensino diferenciado, base-



As famílias esperam o barco para resolver seus problemas: Raimunda surpreendeu Paulo com pedido de separação. Eliane (24 anos e sete filhos) tenta a laqueadura. A professora Silvane apresenta à equipe as demandas da Vila Macedônia. Com os serviços agregados, é possível pedir aposentadoria e tirar documento de identidade.

a arrancar, com uma pinça, os pêlos escuros da sobrancelha grossa de Benedita. Enquanto lacrimejava, ela ia conversando com a defensora:

– Esperamos para casar aqui porque casar em Macapá custa R\$ 250.

Após 30 minutos de preparação, a noiva apareceu. Um vestido bege, de mangas, sem decotes e com algumas rendas. Laço na cabeça, sapato de salto com bico fino. O noivo esperou no andar de baixo, ao lado

vinculado à prefeitura de Macapá.

Cleociane, de 12 anos, aluna da 5ª série da Escola Bosque, deixava de pegar o barco que a levava para a aula às 7 horas para encontrar-se com Márcio Barbosa, de 58 anos. Desde os 11 anos, recebia R\$ 20 por encontro. O fato foi denunciado à Justiça Itinerante Fluvial em junho de 2006. Ele e a mãe da garota foram presos. Atualmente o caso está sendo acompanhado pela Vara da Infância

ado no desenvolvimento sustentável da região. De acordo com a diretora Maria do Socorro Regis, há matérias como legislação ambiental, antropologia da Amazônia, plantas medicinais da Amazônia – mas nenhuma aula prática com conteúdo regional. Alunos como Valdenira Rocha, de 18 anos, e Rutilene Pacheco, de 17, do segundo colegial, não vêem, no entanto, diferenças em relação a outras escolas onde estudaram.

Papelada com cheiro de peixe

Para o professor Lindolfo Charles, a dificuldade de implantar a proposta se deve à falta de profissionais qualificados (até mesmo nas disciplinas básicas). A ideia pode ser exemplificada pela condição dele: formado e especializado em filosofia, chegou ao Bailique em março de 2006 depois de ser aprovado em concurso público. Acabou assumindo também as aulas de psicologia e sociologia.

Paraense, Lindolfo não sabia exatamente para onde poderia ir até o

assoalho de piquiá, cobertura de prauúba. Diferencia-se das demais por seu tom azul-claro, a pintura ainda nova. Tem cerca de 25 m². Uma casa na Vila Macedônia e na Vila Progresso, comunidades separadas pelo rio Marinheiro, varia entre R\$ 1 mil (a de 20 m²) e R\$ 15 mil. A de Silvane, por exemplo, é das mais bem acabadas. Tem dois pavimentos, dois banheiros e uma suíte.

Em geral as casas do Bailique não têm banheiro – apenas buracos para os dejetos caírem direto no chão (ou na água, no período da cheia).

Fundamental Anavete da Silva, na Vila Macedônia, têm computador. E na Vila Progresso há uma papelaria que grava e recupera CDs e DVDs.

O professor Lindolfo, além de dar aulas na Escola Bosque, tem um programa na rádio comunitária. Das 22h à meia-noite ele intercala músicas românticas com notícias sobre o que os governos federal, estadual e municipal oferecem na região. “Estou convencendo os outros professores a virem gastar seus lipídios na rádio, conscientizando os alunos”, afirma, queixando-se de colegas que

para viver. Têm o rio, têm peixes, têm a natureza. Nem gosto de falar sobre esse assunto”.

À tarde, quando não está dando aulas, Lindolfo é facilmente encontrado pelas pontes da Vila Progresso, vestindo a camiseta azul-escura da Escola Bosque, uma mochila e um boné bege, cuja aba ele posiciona de acordo com a incidência do sol. Para transitar por ali usa sandálias.

Por isso seus pés parecem ter se adaptado ao local: o dedão é sempre mais grosso do que o comum. A sola é, naturalmente, mais espessa. Há sempre sujeira sob as unhas, menos visível no caso das mulheres, que as pintam de esmalte vermelho, vinho, marrom. Em vez de depilar as pernas, descolorem os pêlos.

Por causa do sol os moradores mais velhos parecem mais velhos do que realmente são. É comum ver pescoços masculinos com fendas profundas, desenhadas como uma cerca. Quando procuram a Justiça Itinerante, os homens mantêm a bermuda, mas vestem camisa. Chegam sempre com os documentos em uma pasta de papelão e elástico. “A papelada toda tem cheiro de peixe”, observa a defensora pública Karina Lima. Pescadores que recebem R\$ 80 e ainda precisam pagar pensão não passam fome, pois têm toda a sua dieta baseada na pesca. “Mas eles devem passar por sérias restrições: não têm dinheiro para comprar um pão, uma carne”, afirma a também defensora Ely Pinheiro.

Sem clima para atendimento

Quando o barco está ancorado na Vila Progresso, cresce o movimento no trapiche em frente, onde há um posto de combustível para embarcações. Embora não pretendam utilizar os serviços do Tribunal, alguns moradores passam o dia

por ali, pedem para almoçar com a tripulação.

Adiene Rodrigues, de 24 anos, seus pais, Raimunda Palheta e Getulio Dias, e seu filho Maycon, de 4 meses, passaram a manhã sentados nas tábuas de madeira. Moram em Igarapé do Meio, perderam o barco que os levaria para casa. Adiene foi registrar o bebê e pedir que o pai o reconheça, para depois receber pensão alimentícia. Getulio havia solicitado a aposentadoria dois meses antes, na jornada anterior. No entanto, a equipe no INSS não estava presente à itinerância de dezembro. Por isso ele precisaria esperar a próxima, em fevereiro, ou ir até Macapá fazer a perícia.

A importância do projeto é o único

Os moradores da região andam em geral descalços; chinelos costumam ficar presos entre as tábuas, atrasam a caminhada

co consenso entre os que estão envolvidos nele. Stella Ramos, diretora do Fórum de Macapá, afirma que é obrigação da Justiça ir até as comunidades isoladas, ainda que não seja possível precisar o que os casos iniciados na itinerância representam no universo do tribunal. De acordo com o juiz Fábio Santana, foi a partir da Justiça Fluvial que o Bailique alcançou algumas conquistas. Os postos policiais e médicos presentes na Vila Progresso e em Itamatatuba, por exemplo, não existiam até 2000 – as jornadas chamaram a atenção para sua necessidade. O tipo de demanda mudou: os registros tardios de nasci-

mento, que representavam 90% das audiências, hoje não chegam a 5%.

Também professor da Escola Bosque, Mauro Faria diz identificar uma mudança mais profunda em relação aos casos de abuso sexual de menores. Para ele, a população, ao tomar conhecimento da legislação penal – ou seja, com denúncias vindo à tona –, assimilou novos valores, o que teria tornado os abusos menos frequentes. “As pessoas achavam natural ou tinham medo ou vergonha de colocar o problema diante da comunidade. Agora têm coragem de denunciar”, conta ele.

Um posto avançado da Justiça foi instalado na Vila Progresso. Ali os moradores podem resolver problemas como ações de cobrança, indenização – uma espécie de Juizado Especial. A demanda, segundo o juiz Santana, não seria suficiente para a instalação de uma estrutura maior. A criação de uma vara, por exemplo, só compensaria se houvesse 600 processos por mês. Mas a média não ultrapassa os 150.

Além do atraso na partida, a 73ª Jornada da Justiça Fluvial foi surpreendida por uma procissão no dia 8 de dezembro, ao chegar a Ipixuna Miranda. Era o dia de Nossa Senhora da Conceição. Seis barcos saíram juntos pelo rio Amazonas, levando a imagem da santa. Em volta reuniu-se um coral. Rojões estouravam incessantemente. Após um trajeto de 20 minutos pelo rio, a procissão retornou à vila, seguindo para a capela. Havia entre 60 e 80 pessoas, entre adultos e crianças – ao final, todos se reuniram na sede de Ipixuna Miranda, onde um morador, ao teclado, cantava os forró da região. Três processos, envolvendo moradores da comunidade, estavam sob a guarda da Justiça Itinerante. Mas nesse dia não houve clima para atendimento. ▽



A Polícia Militar Ambiental leva as pequenas e poucas ocorrências criminais ao Juizado Itinerante. A principal demanda são questões familiares: separações, pensões alimentícias e casamentos. Alunas da Escola Bosque são vítimas de abuso sexual e aliciamento de menores. A Rádio Comunitária avisa ao Bailique a chegada da Justiça.

dia da prova. Fez sua inscrição para Macapá/Bailique sem entender que se candidatava para um distrito. A intenção era fugir de Belém, onde trabalhava como guarda municipal. Atualmente ele acredita na qualidade de vida da Vila Progresso, e comemora sua casa própria.

Como todas as outras, a casa do professor é de palafita e toda de madeira: massaranduba para os esteios,

“Nenhum país no mundo conseguiria dar saneamento às comunidades do Bailique, que são muito distantes umas das outras e distribuídas em ilhas”, afirma Ivete Guedes, da Caesa. Nas comunidades maiores, contudo, a água é tratada. Nas vilas mais distantes, são distribuídos kits com substâncias para tornar potável a água do Amazonas. Apesar disso, casas como a da professora do Ensino

se trancam em casa e não participam da vida na comunidade. Ele procurou dois participantes da jornada para fazer entrevistas. Em uma delas questionou o entrevistado sobre as denúncias de abuso de menores – queria saber se eram muitas. Incomodado, interrompeu a resposta quando o assunto mudou para a prostituição: “Eu costume dizer para o povo aqui do Bailique que eles não precisam disso

OS LIVROS QUE FIZERAM MINHA CABEÇA

Obras, autores e personagens que contribuíram para definir o perfil humanista do prestigiado professor, advogado, administrador



Bandeirantes e Pioneiros, de Vianna Moog (Graphia Editorial, R\$ 48,00), *Grande e Estranho É o Mundo*, de Ciro Alegria (Editora Paz e Terra, R\$ 49,50), *Salambo*, de Gustave Flaubert (Editora Itatiaia, R\$ 35,00), *A Dança do Universo*, de Marcelo Gleiser (Cia das Letras, R\$ 50,50), estão à venda nas boas livrarias. O *Don Quixote* é um clássico e há diversas edições no mercado.

por Antonio Angarita

Meu avô materno, de quem herdei o nome Antonio Angarita, foi meu mestre em letras. Cônsul da Colômbia em Manaus, ele era sempre hospedado por meu pai. Sou o primogênito. Fui naturalmente afastado da convivência entre os meninos e as meninas por causa de proximidade com meu avô. Minha infância ficou muito curta.

Li meu primeiro livro – junto com meu avô – em espanhol: a biografia de Simon Bolívar, um dos personagens mais biografados na América Latina.

Meu professor de português e francês no ginásio, Júlio Mário Vallois Ferreira, influenciou minha formação durante o colegial. Ele era mesmo excepcional, a ponto de eu chegar a querer bem a um professor de gramática – assunto birrento e antipático, especialmente na época em que eu estudava. Depois do meu avô, ele foi a pessoa que mais me marcou. Orientava minhas leituras.

Assim, muito cedo, fui levado pelas mãos a Machado de Assis e Eça de Queiroz. Depois vieram Stendhal, com *A Cartuxa de Parma* – um bri-

lhante livro –, e Gustave Flaubert, com *Salambô*, romance que até hoje me impressiona. Dizem os especialistas que é ali, em Flaubert, que se aprende a escrever.

Meus amigos costumam dizer: “Poxa, você não pára de ler, só fala em livro”. Mas isso é para impressionar o pessoal. Sou mesmo um leitor boêmio. Sou capaz, por exemplo, de dar grande atenção a um ensaio como *Os Sonâmbulos*, de Arthur Koestler – sobre a psicologia das ciências exatas. Eu conversaria com esse autor tomando um chope.

Uma descoberta para mim foi o Érico Veríssimo, pelo modo de escrever a frase curta, o cuidado ao descrever personagens: *Gato Preto em Campo de Neve*, *Olhai os Lírios do Campo...* Mas minha grande paixão na literatura brasileira são mesmo as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, do Machado.

Jorge Amado me marcou por causa de seus personagens. Ainda me lembro, como se fosse ontem, do Negro Balduino de *Capitães da Areia*. Mas é uma leitura que com o tempo percebemos ser muito ideológica, orientada.

Tenho uma paixão recorrente e duradoura: *Dom Quixote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes. São histórias engraçadíssimas, porque deram muito pouco certo para o fidalgo. Para a época em que foi escrito (século XVII), é de uma precocidade extraordinária. Não vou dizer que releio sempre o livro todo. Frequentemente retomo 20 ou 25 páginas, e isso me abastece a emoção.

Entre as interpretações do *Dom Quixote* há um texto primoroso de Santiago Dantas: “Dom Quixote, um apólogo da alma ocidental”. Foi produzido na época do quarto centenário de Cervantes. Há um ainda mais surpreendente, de Chico Cam-



FOTO/ARQUIVO GVLAW

pos, o jurista. Foi editado no *Digesto Econômico*, publicado pela Associação Comercial de São Paulo.

Houve uma época em que minha leitura foi muito viciada em teatro. Vários amigos atores ficavam bravíssimos quando eu dizia: “Prefiro ler a assistir teatro”, e me achavam esnobe. Mas comecei a ler teatro desde cedo. E obviamente ler duas peças de Sófocles e uma de Eurípides é muito mais rápido do que ficar esperando suas montagens.

Dos escritores latino-americanos, o peruano Ciro Alegria foi um dos que mais me marcaram, com seu *Grande e Estranho É o Mundo*. Nesse pequeno romance, a miséria, o sofrimento e a falta de perspectiva do continente são muito bem retratados.


Fernando Pessoa foi o poeta da minha adolescência. Eu e meus amigos disputávamos, enquanto tomávamos chope, quem mais bem recitava os poemas, quem conhecia mais.

Literatura é como sobremesa. Alguns gostam de pudim, outros preferem bolo. Mas existem alguns autores que nos fizeram o favor de pensar o Brasil. Entre eles estão Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Celso Furtado. Antonio Candido é outro que o fez pelo meio literário. E há também coisas mais pesadas e difíceis de ler, como Florestan Fer-

nandes e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – o primeiro com a questão da escravatura; o segundo pela reflexão metódica que realizou sobre o país. Há outro autor precioso, o Viana Moog de *Bandeirantes e Pioneiros*.

Na área do direito, os livros da minha época de faculdade servem agora somente como referência. Mais recente há o italiano Tulio Ascarelli – responsável por aflorar minhas emoções pelo direito comercial ou dos negócios.

Eu poderia fazer um blefe, mas não farei. Vou surpreender vocês: atualmente estou lendo *A Dança do Universo*, de Marcelo Gleiser. Já comprei também, mas ainda não comecei a ler, *A Harmonia do Mundo*, em que Gleiser aprofunda um capítulo do outro livro. É sobre Kepler – referência para qualquer estudioso de astronomia. Se o que o Aristóteles fez lá para trás arrumou a cabeça das pessoas, Kepler arrumou o céu, só isso.

Estou, então, lendo o Marcelo. Com muito prazer. Melhor: com muito proveito. Porque, apesar de minhas leituras serem boêmias, sempre tiro proveito delas. Seja para melhorar minha visão de mundo, meu comportamento, meus valores estéticos. Enfim, essas coisas que se ganham com o bom hábito de ler. 



TRADUÇÃO, COM T DE TRAGÉDIA

Ela traduziu os boletins amazônicos do conde Stradelli com a esperança de compensar a frustração de trazer ao Brasil grandes autores que o público não lê

Prêmio Paulo Rónai de Tradução por seu trabalho de recriação dos poemas de Marina Tsvetáieva, a professora aposentada Aurora Fornoni Bernardini é livre-docente e orientadora na pós-graduação da FFLCH da Universidade de São Paulo.

Por Aurora Bernardini
Fotos Tiana Chinelli

Comecei minha tese de doutoramento com o estudo do futurismo italiano e do futurismo russo e, como não havia textos nem do futurismo italiano nem do futurismo russo em português, eu disse: “Vou falar de pessoas que não são conhecidas? Como posso escrever sobre textos que não são conhecidos no Brasil?” Pensei, ao mesmo tempo, que seria mais meritório traduzir primeiro os textos para depois fazer um ensaio sobre eles. Foi esse o meu princípio, o que me levou a me dedicar principalmente à tradução.

A leitura sempre foi meu hobby. Isso até não era bem-visto em casa, talvez pela educação mais positivista e do norte da Itália... Meu pai é da região de Lombardia, minha mãe também. Eles são assim, muito operosos, e o fato de que eu estivesse sempre lendo não era muito bem-visto. Pode ser que eu me dedicasse à leitura também como reação, mas realmente me encontrei nos livros, e a minha idéia era continuar nesse sentido. Então, na faculdade estudei línguas, dois cursos diferentes, Anglo-germânicas primeiro, depois Orientais, na USP. O curso de russo estava – ainda está – nas Letras Orientais, apesar de o russo não ser muito oriental, só a Sibéria, aquela parte mais extrema. Mas é uma civilização ocidental. É uma civilização mista, para dizer a verdade.

Vim da Itália com 14 anos e já tinha várias línguas nas quais eu me sentia à vontade, conhecia o italiano, o francês. Podia portanto me dedicar à tradução com certa facilidade. Comecei assim, pela necessidade de ter os textos à disposição. Traduzi, por exemplo, um poeta russo considerado tresloucado, Velimir Khlébnikov, em um livro que até hoje está circulando, se chama *Ka*, publicado pela Editora Perspectiva. Foi uma parte da minha tese de doutorado. O pessoal adorou, especialmente os esotéricos, é uma escrita quase mística. Fez muito sucesso, na época, *O Pasquim* deu uma resenha augural, dizendo que era uma obra diferente.

O segundo poeta dessa linha, na minha tese de livre docência, foi Marina Tsvétaieva. Traduzi 60 poemas dela. Na introdução eu explicava as características da poesia dela e dava os traços biográficos. Acontece que levei 20 anos para retocar esse livro, porque a poesia dela é rimada. E é muito difícil traduzir a rima e o ritmo. Principalmente a rima, pela dificuldade de encontrar o equivalente. Com esse livro ganhei agora o Prêmio Paulo Rónai de Tradução.

A tradução do russo é muito mais difícil do que a tradução de outras línguas, porque uma palavra em russo tem cinco acepções diferentes! É uma língua ambígua,



não tem aquele nível de precisão que tem uma terminação alemã. Uma palavra tem vários significados. Para você traduzir corretamente, tem que entender o mundo descrito na obra. Tive um aluno que conhecia muito bem o russo, mas não conhecia o mundo que ia traduzir. Ele escolhia sempre o sinônimo errado. Das cinco acepções, escolhia a errada, e a tradução ficava um caos, não dava para entender o assunto. É difícil traduzir o russo.

Tenho procurado interessar os editores brasileiros a respeito de certas obras, italianas ou russas, ou mesmo de outras nacionalidades, que considero importantes e não existem no Brasil. Tem sido uma luta! Porque o editor não se entusiasma facilmente. Provavelmente deve ter problemas financeiros e aquele receio em lançar um autor desconhecido, ou ainda desconhecido. Essas lutas são assim.

A primeira foi Babel. O livro *O Exército de Cavalaria*, que existia traduzido indiretamente como *A Cavalaria Vermelha*, foi uma luta conseguir um editor, porque o autor, praticamente, não existia no Brasil. Quem que editou foi a Cosac&Naify. Levou também muitos anos para ser publicado, ficou enfurnado por muitos anos. A tradução foi muito difícil, porque é um texto em jargão de soldado, mas estilizado pelo autor. O livro teve tanto sucesso que provavelmente vai fazer com que outros livros dele sejam aceitos imediatamente, e até procurados. Mas até conseguir colocar foi difícil.

Um outro autor que nós tentamos colocar, que é um grandíssimo escritor, é um italiano, o Carlo Emilio Gadda. Quando saí da Itália, o livro dele era o maior sucesso nacional. Tem um nome curioso, em italiano: *Quer Pasticciccio Brutto de Via Merulana*. Em dialeto romanesco significa: “Aquele bruto rolo da Via Merulana” (foi publicado como *Aquela Confusão Louca da Via Merulana*). A Via Merulana é o nome de uma rua em Roma. Era a história do assassinato de uma senhora

e todas as peripécias para se encontrar o motivo e o criminoso. A história é contada pelo delegado de polícia. É um livro escrito de uma forma tão apaixonante!

Esse autor era filósofo, engenheiro, tinha uma série de qualificações. Ele introduziu na escrita italiana uma nova maneira – ele a chamava de “rosácea” – em que um pensamento puxa o outro, gerando uma série de digressões, mas digressões pertinentes. Apaixonante, o livro. Publicamos pela Record no início da década de 1980, depois de muito procurar. A *Folha de S.Paulo* deu muito destaque, mas não teve a repercussão que queríamos. Acabou ficando quase ignorado, não sei se porque a Record não deu a devida divulgação. É um grande livro, de todo modo, e o Gadda é um grande nome, que ainda precisa ser divulgado.

Agora terminei de traduzir algo que, espero, terá sucesso. É o relato de viagem de um explorador italiano que viveu 43 anos no Amazonas. Ele veio com 27 anos, no final do século XIX, e morreu aqui, em 1926. Explorou todos os rios de Manaus até a Colômbia – toda a bacia amazônica – e descreveu essas viagens de uma forma muito viva: a questão dos índios, a questão da exploração da borracha, usos e costumes, descoberta de rios. Ele tinha a paixão de querer chegar à nascente dos rios. Veio ao Brasil para descobrir a nascente do Orenoco.

Todas as peripécias de viagem, esses chamados “boletins de viagem”, não tinham tradução para o português, só existiam em italiano. Estavam na Itália, na Sociedade Geográfica Italiana, onde aliás não se pode nem mexer. Lá pedem “por favor, não mexer nos livros”, porque tudo que antecede 1900 não pode ser nem xerocado! Poderiam ser micro filmados, mas as instituições italianas são muito... Vamos dizer, conservadoras, para usar um eufemismo. Não são tão informatizadas como a gente gostaria. É assim na Itália e também na França. Quem faz pesquisa na França leva uma tarde para conseguir um

livro! É uma dificuldade grande. A Europa em muitos aspectos está ainda bem atrás em termos de atualização, microfilmagem, informatização.

Esse livro do explorador italiano (Lendas e notas de viagem – boletins amazônicos, segundo o site da editora Martins Fontes, com lançamento previsto para o final de fevereiro deste ano) é apaixonante. Ele, o conde Ermanno Stradelli, era uma figura apaixonante. O folclorista Luís da Câmara Cascudo escreveu um livro chamado *Em Memória de Stradelli*, um livro apoteótico. Considera Stradelli o maior conhecedor dos rios do Brasil, o maior potógrafo do Amazonas. Na divulgação, costumam trocar esse termo para “fotógrafo”, mas não, é potógrafo mesmo!

Stradelli se dava bem com os índios, com seu jeito afável. Conseguiu pacificar uma tribo que se insurgiu contra uns figurões da época de D. Pedro II. Pacificou essa tribo, era considerado persona grata entre os índios. Estive em Manaus para fazer a pesquisa, que foi apoiada pelo CNPq, e constatei que hoje em dia a figura de Stradelli está associada às danças indígenas. Tribos da Amazônia preservam a tradição do conde Stradelli. Inclusive cantada e dançada, porque ele tomava parte nas danças! Agora temos essa iconografia que documenta.

Por que ele era bem-vindo aos índios? Porque trazia consigo uma série de aparelhos que os impressionavam. Por exemplo, máquina fotográfica. Na época não era conhecida, tanto menos pelos índios. Ele mesmo revelava as fotografias, os índios ficavam surpresos em ver a reprodução das imagens. Achavam que ele tinha poderes de feiticeiro, e o respeitavam muito. Como ele vinha de família nobre, tratava os caciques com a mesma nobreza, com deferência. Ele não tratava os índios como seres não-civilizados. Naturalmente eles sentiam e correspondiam.

Stradelli era botânico, trabalhou muito em Manaus. Foi o responsável pela criação do Museu Botânico, convenceu João Barbosa Rodrigues a fundá-lo. Depois o Museu Botânico de Manaus foi dissolvido por um governador, mas era uma grande promessa para o estudo de todas as características vegetais importantes inclusive para a farmácia. Existe um livro com as fotografias que ele tirou, foi publicado pelo Governo do Amazonas. Todo o material fotográfico dele foi guardado, mas o

pessoal do Amazonas é um pouco receoso, não gosta muito de emprestar... Agora em dezembro um italiano fez um filme sobre Stradelli, provavelmente vai ser lançado. Andrea Palladino é o diretor, o filme vai se chamar *Ermanno Stradelli*. O filho da cobra grande.

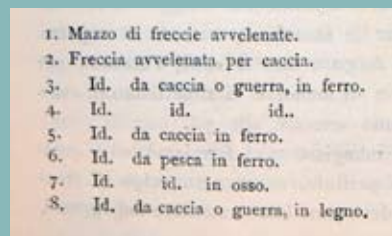
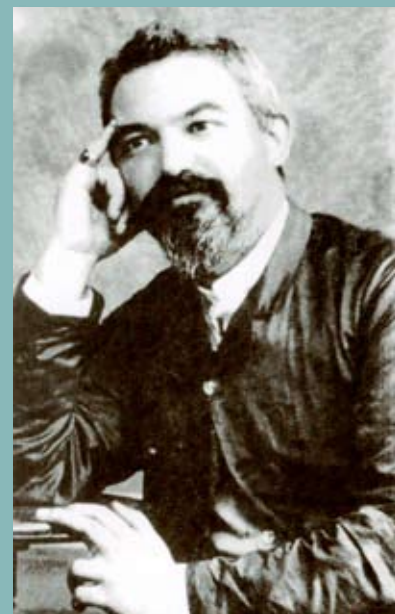
Os boletins de viagens dele serão publicados pela primeira vez. Existe uma outra obra dele, publicada em 1929 na revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio de Janeiro. Foi o Vocabulário nheengatu-português e português-nheengatu. Existem também alguns artigos jurídicos, pois quando ele se naturalizou brasileiro, em 1893, exerceu a função de promotor público em Tefé. O Vocabulário contém verbetes que são verdadeiros contos. É um assunto que eu espero que apaixone, pois interessa ao próprio Brasil. Não é que seja apenas a divulgação de uma obra italiana, é a divulgação, no Brasil, de algo que interessa ao Brasil. A editora Ateliê vai publicar.

O conde Ermanno Stradelli, realmente, é uma figura. É o patrono de uma cadeira da Academia Amazonense de Letras. Um membro da Academia Amazonense de Letras escreveu uma biografia do Stradelli, uma biografia curtinha. Ele me contou que o Stradelli teria tido uma filha de uma índia. Ele se uniu a uma índia e teria nascido a filha, uma moça bonita, emancipada. Ele sabia disso porque um parente dele namorou essa moça. Era a filha do conde Stradelli. Não sei até que ponto isso é verdadeiro ou não... Na verdade ele era muito sen-

sível a toda a vida dos índios. Ele os via de uma forma bastante objetiva, não é que fosse fascinado. Reconhecia os aspectos positivos, e também as limitações. Ele dizia que a nossa civilização deveria tê-los deixado do jeito que estavam, a não ser que pudesse acrescentar-lhes mais.

A diferença entre Stradelli e os viajantes europeus que escreveram sobre o Brasil do século XIX e anteriores é que os outros estiveram aqui de passagem. A descrição deles é exótica demais, às vezes, como (o naturalista e explorador alemão Alexander von) Humboldt, que tinha uma visão maravilhosa das monstruosidades que ia encontrando pelo caminho. A diferença é que Stradelli veio com 27 anos e ficou aqui até morrer, aos 74 anos. Ele nunca mais saiu do Brasil. Humboldt, aliás, não entrou no Brasil, ficou nos limites com a Colômbia e a Venezuela. Stradelli, quando resolve fazer a descoberta das fontes do Orenoco, diz assim: “Eu estou indo nas pegadas do Humboldt”.

Stradelli se dava bem com os índios, com seu jeito afável. Conseguiu pacificar uma tribo que se insurgiu contra uns figurões da época de D. Pedro II



Os livros *Indícios Flutuantes*, poemas de Marina Tsvetáieva, e *O Exército de Cavalaria*, de Babel: duas primorosas traduções de Aurora Bernardini, que acaba de preparar os relatos do conde Ermanno Stradelli (na foto acima), com imagens que ilustraram seus artigos.

Ele vendeu todas as posses que tinha na Itália para custear essa expedição. Quando chegou à Venezuela foi informado de que um francês tinha descoberto as nascentes do Orenoco poucos dias antes. Disse então: “Eu vou do mesmo jeito, e se ele realmente descobriu, bom para ele. Mas eu vou, que eu quero visitar a região. E acho que ele não descobriu!” Aí vem toda a explicação: porque o francês, em lugar de seguir o caminho aberto pelo descobridor espanhol Diaz de la Fuente em 1759, preferiu um outro caminho, que não leva às nascentes. Se tivesse seguido esse espanhol, e os índios, ele teria chegado à nascente.

Em 1925 a expedição de Hamilton Rice, com hidroavião e todos os apetrechos, chegou ao ponto aonde Stradelli havia chegado em 1887. Os índios já diziam para ir pelo rio Branco, não pelo rio Negro, e que as nascentes jorram debaixo de uma pedra. Para se chegar do final do curso do rio até as nascentes deve-se ir por terra. Porque as águas ali são subterrâneas – jorram ao pé da pedra, depois atravessam um longo trecho subterraneamente, até voltar à superfície mais adiante.

É um mundo que interessa demais ao Brasil, e até agora era desconhecido, não tinha sido traduzido. Fiquei sabendo sobre Stradelli numa viagem de barco, de Be-

lém até Santarém, que fiz graças a um orientando meu. Fizemos uma série de viagens nesse navio, porque os congressos eram realizados a bordo. Conversando com as pessoas, me contaram sobre Stradelli. Ao saberem que eu era italiana, disseram: “Por que você não traduz?”

Foi justamente aí que eu resolvi me ocupar de Stradelli. Pensei: “Se ninguém traduziu os boletins, eu vou traduzir”. Fui então pesquisar em Roma, na Sociedade Geográfica, onde não se podia mexer nos livros. Mas um rapaz, que estava fazendo serviço militar, me disse: “A senhora espere um pouquinho que eu vou dar um jeito!” Esse é o lado bom dos latinos, não só do brasileiro. Ele tirou o xerox realmente. E sem a diretora saber! Tirou o xerox dos boletins que eu precisava.

São boletins em formato grande, de enciclopédia. Na Sociedade Geográfica Italiana cada volume tem a atividade de uma década encadernada, como se fosse o volume de uma enciclopédia. São dez boletins do Stradelli, que ele publicou nos fascículos da Sociedade Geográfica Italiana. Devem resultar num livro de umas 300 páginas. O rapaz conseguiu o xerox, fiquei felicíssima. Quando cheguei ao Brasil fiquei sabendo que o governo francês fez um intercâmbio com a biblioteca da Universidade de São Paulo. Numa das trocas entregaram justamente esses

volumes da Sociedade Geográfica Italiana. Tive então a complementação do que eu trouxe. Porque no que eu havia trazido, tirado às pressas, faltava definição nas fotografias. Para reproduzir uma fotografia daquela época o fotógrafo precisa ir três ou quatro vezes ao local, com a luz, a iluminação. Conseguimos a reprodução fotográfica graças a essa doação. Deu tudo certo, agora vai sair.

Ultimamente estamos propondo às editoras alguns poetas italianos desconhecidos no Brasil, como Dino Campana, que foi reabilitado na Itália. Ele foi mantido afastado durante décadas, morreu num hospício, sua poesia era considerada a poesia de um louco. Hoje em dia essa questão da loucura é muito reconsiderada, e a poesia dele está sendo reconsiderada. Já terminei a tradução do Dino Campana, trechos em prosa, em poesia... Ele teve uma vida amargurada. Porque, na época em que ele escrevia, uns 100 anos atrás – ele morreu há 70 anos –, existia uma fiscalização muito grande por parte das autoridades. As pessoas não podiam se locomover facilmente, exigia-se permissão para alguém ir de um lugar para outro. Ele era do centro-norte da Itália, de Marradi, uma cidadezinha do norte da Toscana, e tentou ir para Gênova, para Bolonha. Mas logo se envolvia numa briga, numa discussão, e recebia das autoridades locais uma intimação para voltar à terra de origem.

Não o deixavam sossegado, provavelmente porque ele reclamava, falava em voz alta. Era um pouco rebelde, mas sem chegar a nenhum ato sangrento. Pouco depois dos 30 anos, foi internado, terminou a vida internado. Os escritos dele são extremamente interessantes. Ele ataca! Assim: “Literatura italiana, prepare-se!”, “Latrinas, preparem-se!”, “Eu vou dar a descarga!” Porque ele achava a linguagem da época muito afetada, homogênea. Achava que, para escrever, era necessário ter essa vitalidade que hoje é considerada importantíssima no mundo inteiro. Hoje em dia a escrita copia a realidade. No Brasil existe uma obra dele, sete novelas. São as *Novelas em Alta Velocidade* (Editora Lacerda). Mas são só sete textos em prosa, quando na verdade ele era poeta. A parte dele em poesia é muito mais vasta, ele é importante por essa parte.

Outro autor importante é Giuseppe Borgese. Não é Borghese. É Borgese. Em 1994 passei pela França a caminho da Itália e as páginas literárias dos jornais franceses faziam a apologia de um livro chamado *Rubè*, de Giuseppe Borgese. Quando cheguei à Itália comprei o livro, que também estava fazendo o maior sucesso por lá. É um livro de 1921, conta a história de um jovem, ambientada antes da I Guerra Mundial, quando começa

o advento do socialismo na Itália. É um romance histórico que só foi redescoberto em 94.

Na Europa também acontece isso, de um autor ter a sua sorte mais tarde, quando é revisitado. Fiquei sabendo por que o Borgese permaneceu desaparecido: Benedetto Croce, que por muitos anos foi o grande intelectual da Itália, um anti-fascista reverenciado por todos os intelectuais italianos, colocou o Borgese no ostracismo! Tanto que o Borgese teve que imigrar para os Estados Unidos, sobreviveu lá como professor de literatura italiana. Diz-se que Croce morria de ciúme dele, por causa desse romance *Rubè*.

Já fiz a tradução desse livro. Procurei uma editora, com o livro traduzido, eles me pagaram a tradução. Pedi um preço baixo, por que foi uma tradução fácil, sem mistérios. Não é uma linguagem como Boccaccio, Dante, em que há necessidade de um estudo imenso. É uma linguagem corrente, apesar de ser uma linguagem do século passado. Bom, pagaram a tradução, mas não publicaram. Fui saber porque que não publicaram. “Ah, porque não conseguimos direito autoral.” Não conseguiriam encontrar os direitos, e eu com a tradução parada lá. Vou ver se tiro dessa editora e ponho numa outra, porque é um romance maravilhoso.

Igualmente importante, e desconhecido no Brasil, é Guido Morselli. Escreveu uma obra sobre a própria morte. Ele se suicidou e escreveu todo o romance com todos os sintomas do suicídio. Tem título em latim, *Dissipatio H. G.*, de Guido Morselli. *Dissipação H. G.*, uma obra-prima! É uma das obras mais impressionantes que se leram na contemporaneidade. É lancinante, estraçalhante. Os sintomas da vida que levam à morte. É muito bem escrito, de uma profundidade incrível. Foi publicado, pela Ateliê Editorial, faz uns dois, três anos, e pouquíssimas cópias foram vendidas. Está em catálogo, teve resenha excelente, na *Folha de S. Paulo*, e está completamente encalhado. Os críticos viram que é um grande escritor, mas ninguém compra. Quem traduziu foi Maurício Santana Dias, um ex-orientando meu que agora dá aulas de italiano na USP.

Essa é a dificuldade que a gente tem, a nossa tragédia. Traduzimos obras de autores realmente bons, indicamos para o editor, o editor publica... e o leitor não compra. Por isso os editores dizem que precisam ter grandes nomes, os nomes consagrados – Maiakóvski, Dostoiévski, Tolstói, Dumas, Dickens – para recuperar o investimento. Esse é o nosso problema. Com aquilo que sobra você lança um ou outro novo. ▾

Depoimento transcrito de entrevista a Carlos Costa.

CLÓVIS GRACIANO 100 ANOS DE UM ARTISTA

Exposição da Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo, livro e outras iniciativas recuperam a obra de um dos pintores e gravadores mais admirados em galerias, museus e coleções particulares

Por Gabriel Kwak

Em 1907 vinha ao mundo na cidade de Araras Clóvis Graciano. Passados 100 anos, São Paulo ganha uma exposição para celebrar o pintor, falecido em 1988: o Espaço Cultural da Bolsa de Mercadorias e Futuros, no centro velho da cidade, anuncia para abril a exposição Resgate de um Mestre, para celebrar a obra de um dos gigantes das artes plásticas no Brasil do século passado. A mostra, com 23 óleos sobre tela e 15 desenhos e aquarelas, trará ao público uma retrospectiva das criações, representando a produção de cada década: 30, 40, 50, 60 e 70.

Mas não é apenas a mostra que vai resgatar a personalíssima arte de Graciano. A marchande Lê Prudêncio, que organiza a exposição da BM&F, prepara um livro sobre o artista, com quem trabalhou como assistente nos últimos 15 anos de vida do mestre. Os 81 anos da frutuosa existência de Graciano desdobram-se em miniaturas nas estantes de Lê Prudêncio, nas mais de 120 pastas que reúnem a documentação que ela coleciona

para escrever o trabalho. O livro já conta com o incentivo da Lei Rouanet. Além disso, há seis anos Lê coordena o projeto de catalogação das obras do pintor. No banco de dados, 1.500 trabalhos de museus e de acervos particulares já foram identificados, fichados e fotografados.

Clóvis Graciano foi um dos nomes solares do Grupo Santa Helena, que, a partir dos anos 30, reuniu uma nata composta de Alfredo Volpi, Fulvio Penacchi, Humberto Rosa, Aldo Bonadei, Francisco Reboló Gonsales, Mario Zanini, Manoel Martins e Alfredo Rullo Rizzotti. O grupo foi assim batizado pois o ponto de encontro preferido deles era o Palacete Santa Helena, na Praça da Sé, n. 43. (Para quem não sabe, o edifício, de escritórios comerciais, foi demolido em 1971 para a construção da Estação Sé do Metrô. Lá, a sala de Graciano era contígua ao ateliê de Reboló.)

Tinham em comum a origem humilde, a formação autodidata e uma sólida amizade, que resistiu à voragem do tempo. Não aceitavam a predominância das técnicas da

pintura acadêmica – vinham para oxigenar os paradigmas de 22. Aos poucos o grupo se impôs ao reconhecimento da chamada “família artística paulista”. Mas muitos deles, sem independência financeira, pelo menos nos primeiros anos, conservavam seus empregos como artesãos, decorando residências.

Pulseiras de canecas

Quando Graciano estudava as primeiras letras no grupo escolar na cidade de Leme, não era difícil flagrá-lo copiando a coroa do Império das moedas de 200 réis. Como funcionário da Estrada de Ferro Sorocabana, pintava letreiros das estações de trem, pernoitando num dos vagões de carga. Tendo combatido pela causa constitucionalista em 1932, foi preso. No cárcere, seu passatempo consistiu em fabricar pulseiras de identificação para seus colegas, feitas com o alumínio de algumas canecas.

Em 1934 transferiu-se para São Paulo. O conhecimento que apreende das artes na Europa lhe era

infundido por seu professor de arte, Waldemar da Costa. Cândido Portinari era o amigo comum de ambos. A estreita convivência com Portinari foi seminal na expressão artística de Graciano. Nessa época frequentou algumas aulas do Curso Livre da Escola Paulista de Belas Artes, sem grande entusiasmo. Não podemos ignorar também a influência decisiva de Picasso e seus quadros cubistas no traço poderoso de Graciano. Essa influência é ponto pacífico entre os críticos especializados.

Sua primeira exposição individual, iniciativa do Centro Paranaense, foi bem recebida pela crítica, ar-

gem ao Exterior do Salão Nacional de Belas Artes, em 1948. Pôde assim passar uma temporada de dois anos na Europa, na companhia de sua mulher, Maria Aparecida, e de seus dois filhos. Em Paris aprofundou suas pesquisas no Museu do Louvre e pintou composições como o óleo *São Jorge e o Dragão*. Às vésperas da viagem, Graciano declarou ao jornal *Folha da Noite*: “Creio que, no meu caso pessoal, já com mais de 40 anos de idade, estou apto para tirar o maior partido possível dessa viagem, por já ter superado a fase na qual o artista é por demais sensível às influências estranhas”.

hoje é que soubemos seu endereço, mas isso não quer dizer que foi esse o motivo de nosso silêncio, que não foi absoluto pois Jorge mandou um livro de Prestes em tcheco para o Clóvis e vários cartões da Itália”.

Muito tempo depois, o ano de 1971 vai encontrar o sereno Graciano como diretor da Pinacoteca do Estado, presidente do Conselho Estadual de Cultura e da Comissão Estadual de Artes Plásticas. Perguntado, definiu sua filosofia de trabalho à frente da Pinacoteca: “A museologia mudou muito de uns tempos para cá. Se o povo não vai à arte, a arte deve ir ao povo”.



Painel do Bradesco 1

rancando vivas até de um Mário de Andrade, que andou, certo tempo, encantado com a sensibilidade artística do Grupo Santa Helena, que batizou de “Escola de São Paulo”. Promoveu pouquíssimas exposições individuais, como no Salão Ita, em São Paulo, em junho de 1943. Entre exposições coletivas, podemos citar uma, em Nova York, promovida em 1942 por R. H. Macy e Co. Inc., em que foi representado por obras como suas monotipias *Mulher Aventando Café* e *Crianças Pulando* e desenhos como *Sanfoneiro*.

O instante consagrador de seu trajeto artístico e que o elevou praticamente à categoria de unanimidade foi quando ganhou o Prêmio de Via-

O vôo das aves e mistérios do candomblé

Em Paris Graciano trocava intensa correspondência com seu amigo Jorge Amado. Da Polônia, Zélia Gattai, mulher do romancista baiano, escreveu para o pintor pedindo notícias da temporada francesa: “E por aí, como vai o frio? Vocês têm suportado bem? E os meninos, já estão falando o francês?” Nessa mesma carta, Zélia contou que, na Polônia, Jorge havia comprado um trenó para passear no gelo. “Levamos tombos incríveis, mas não desistimos”, informa Zélia. E diz mais: “Pelo cartão que acaba de chegar vejo que [Carlos] Scliar não entregou a vocês o que lhes mandamos pelo Natal. Só

Em 1975 foi nomeado adido cultural junto à Embaixada de Paris. Os últimos anos de vida de Graciano não foram propriamente muito produtivos. Seus quadros dos anos 70 são considerados bem aquém do conjunto de sua produção. Em 1979, acometido do mal de Alzheimer, aposentou o pincel. Este repórter não chegou a conhecer o Graciano boêmio mas introspectivo, cordial, amante da caipirinha, como o conheceram amigos como o romancista Paulo Dantas.

Pintando figuras do povo, como proletários, retirantes, gaioleiros, lutadores de capoeira, cangaceiros, nunca se afastou do figurativismo. Não é preciso ter excepcional acui-

dade para entender que ele apostava no ser humano, gostava de gente e dos temas bem brasileiros. “Graciano sempre foi fiel às suas origens populares. Achava que a pintura deveria retratar a realidade”, diz o crítico de arte Luiz Ernesto Kawall, autor do livro *Artes Reportagem* e que foi amigo do pintor.

Com o passar dos anos, não eram só os trabalhadores que povoavam as cenas de seus óleos e suas guaches. Enamorou-se, mais tarde, pela vadiagem dos pássaros. A tela *Pássaros, Terra, Lua e Meninos*, de 1969, faz prova disso. Também pintou as flores, cheias de vida e de lirismo. Estetizou temas históricos com grandiloquência, como a saga dos bandeirantes.

Interessou-se Graciano pelo candomblé e seus mistérios. O óleo sobre tela *Sacrifício da Cabra*, de 1958, não me deixa mentir. Nela enxergamos o religioso, encurvado, segurando a cabra pelas patas, tendo ao fundo bandeirinhas de várias cores. É impossível não reparar como as formas anatômicas foram trabalhadas com riqueza de detalhes, como se talhadas em pedra. “Ele fazia mãos e pés muito fortes. Tinha essa fixação”, observa Lê Prudêncio. Mais uma vez, nesse *Sacrifício da Cabra*, Graciano recusa a imobilidade e pinta o homem em movimento, em ação, a exemplo de suas telas com bailarinos ou com bonecas de cerâmica indígena. Glosando a transfiguração plástica do movimento na dança das bailarinas de Graciano, Mário de Andrade as compara às badaladas bailarinas do impressionista Degas. Escreveu em *Ensaio sobre Graciano*, de 1944: “[Degas] descobriu o drama da bailarina, não porém o drama do ballet. Clóvis Graciano é o drama do

Óleo sobre tela “Clarinetista. Homenagem a Volpi”





ballet exatamente, mais humano, menos individualistamente refinado, que ele nos ensina. Não a bailarina em sua miséria de ofício, mas os bailantes em sua miséria e glória de funcionamento”.

Sua criatividade, elogiada por um Braque, espalhou-se, para além dos óleos e das têmperas, para o terreno dos desenhos, da monotipia, da litografia e da produção de cenários para peças de teatro. No comércio de arte as telas mais procuradas e mais bem cotadas são da década de 60. “As obras das décadas de 30 e 40 são muito importantes do ponto de vista artístico e histórico, são mais densas, escuras. Mas, comercialmente, as do final da década de 50 e começo de 60 têm uma aceitação superior, porque ele começa a se soltar, a pintura dele se torna mais leve, mais digestiva”, comenta o marchand James Lisboa, no ramo desde 1975. Lisboa considera, inclusive, que Graciano está subvalorizado em relação a preços. “Ele devia estar no mesmo patamar de preços de Volpi e de Bonadei.” Nas galerias e leilões, raramente são colocados à venda óleos de Graciano, e, quando aparecem, o preço pedido está na faixa de US\$ 30.000 a US\$ 45.000.

Um mural quase raspado

Destaque em sua produção pictórica, os murais respondem em grande parte pela popularidade de sua obra. São cerca de 100 em São Paulo. Pintura mais democrática do que essa não pode haver. Os mais conhecidos são os quatro painéis da Avenida Rubem Berta, na altura do viaduto da Avenida Indianópolis, evocando a evolução histórica de São Paulo. Outro, muito lembrado, é o do Salão Nobre da Câmara Municipal de

Painel do Bradesco 2 e 3

São Paulo, sem contar o do Palácio dos Bandeirantes e o da fachada da antiga sede do jornal *O Estado de S. Paulo*, na Rua Major Quedinho, n. 28, no centro da cidade. “O mural de *O Estado de S. Paulo* ia ser raspado, porque o *Diário Popular* comprou o prédio. Eu cheguei na hora certa de deter isso”, conta Paulo Dantas.

Quando chamado, não se furtava a explicar a execução de seus murais, como fez em carta, a respeito do painel de um edifício da Avenida Doutor Arnaldo, no bairro paulistano do Sumaré: “Foi executado sobre o muro, devidamente preparado por mim na técnica denominada ‘encáustica’, ou seja, cores diluídas em óleo e cera, com tintas de procedência francesa e belga. Não me recordo exatamente as suas dimensões, acreditando que sua área seja mais ou menos de 25 metros quadrados”.

Esse filho de Araras também ficou conhecido como virtuoso cenógrafo, tendo produzido cenários para o Grupo de Teatro Experimental e para o Teatro Brasileiro de Comédia. Suas criações na cenografia lhe renderam, em 1947, o Primeiro Prêmio no Concurso de Cenários e Vestimentas para Teatro do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.

Graciano também é lembrado como ilustrador de livros. Para a

Livraria Martins Editora, ilustrou capas de livros como *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, *Gabriela Cravo e Canela*, *Terras do Sem Fim*, *Bahia de Todos os Santos*, entre outras primeiras edições de Jorge Amado, seu fraterno amigo. A capa de *Caetés*, de Graciliano Ramos (edição da Martins), dos primeiros livros de Lygia Fagundes Telles, do *Roteiro do Café*, de Sérgio Milliet, de *Luz e Sombra*,



Óleo sobre tela “Sem Título”

da sra. Leandro Dupré, de *Balada de Alzira*, de Hilda Hilst, de *Viaduto*, do já referido Paulo Dantas. As ilustrações de Clóvis Graciano valorizaram ainda mais *O Cancioneiro da Bahia*, volume de letras e partituras de Dorival Caymmi, prefaciado por Jorge Amado.

Desenhou para muitas publicações, como *O Estado de S. Paulo*, *Revista Médica* e *Revista Brasilit*. Em 1948 desenhou seus colegas de Estadão, como Tristão de Athayde, Rubem Braga, Vinicius de Moraes, Álvaro Lins e Edgard Cavalheiro. Ilustrou também convites, cartões e folhetos, como um prospecto (“Teatro no Clubinho”) que este repórter teve em mãos, promovendo a peça *Espelho*, de Pola Rezende, que seria encenada no teatro do Clube dos Artistas e dos Amantes da Arte.

Também se aventurou a editar livros, com empresa própria, a Edições Gaveta. “Ele editou um livro de poesias do Oswald de Andrade, um livro de poesias do Vinicius de Moraes, muito bonito, com ilustrações do Carlos Leão”, lembra-se o crítico literário e professor aposentado da USP Antônio Cândido.

Muito provavelmente, se ainda estivesse entre nós, Graciano torceria o nariz ao ler estas linhas. Não era propriamente um fã de definir teoricamente seu estilo ou a tendência que abraçava. Tanto que disse certa vez numa entrevista por escrito, encontrada em seus papéis particulares: “[Minha pintura] é para mim uma linguagem e eu a faço para dizer coisas por si mesmas, e não para que digam coisas a respeito dela. Se consigo ou não é outro assunto”.

CINEMA, MUITO MAIS QUE “A MELHOR DIVERSÃO”

Por Carlos Costa

O apelo “global” em torno de *Babel*, filme de Alejandro González-Iñárritu, com sete indicações para o Oscar, fez lembrar o slogan “Cinema é a melhor diversão”, da rede Luiz Severiano Ribeiro. Nascido de uma sala inaugurada em 1917 em Fortaleza, o grupo se tornou um dos maiores conglomerados de salas de exibição do país, dominando o mercado do Nordeste ao Rio (atualmente, opera as salas Kinoplex Itaim, em São Paulo) e aquela frase, afixada na fachada das mais de duas centenas de salas, pode ter levado algum desavisado a pegar o bonde errado. Pois cinema é muito mais do que “a melhor diversão”, é o privilegiado espelho em que um povo reflete e forma sua própria auto-imagem.

Muito já se escreveu sobre o cinema e propaganda – seja de idéias ou de mercadorias. No primeiro caso, construindo visões míticas, seja de um regime totalitário como o de Adolf Hitler, seja consolidando no imaginário americano as propostas do *new deal* de Franklin Roosevelt. No caso das mercadorias, poucos exemplos foram tão explícitos como a “cena da coca-cola”, em *Nenhum a Menos*, do chinês Zhang Yimou (1999). Na película, uma professora substituta (quase adolescente) de um povoado perdido no interior da China sai com toda a classe até a cidade, em busca de um aluno evadido da escola. Na cena mencionada, já na cidade, as crianças do povoado “caem de boca” para provar a coca-cola, como se realizassem antigo sonho de consumo. Muito antes de conhecer a bebida, os meninos sabiam de sua existência.

Difícil não lembrar a quebraadeira ocorrida em Porto Alegre na inauguração da primeira loja do McDonald’s na capital gaúcha – algo que se repetiria, anos depois, quando a rede abriu seu primeiro endereço em Moscou. O cinema criara a expectativa, entre gaúchos e moscovitas. Essa foi uma das estratégias da expansão americana: usar o cinema para disseminar seus produtos e seu modo de vida.

No ano passado, quando exibido na Mostra de São Paulo, o filme *Hamaca Paraguaya*, de Paz Encina, era apresentado como a primeira realização cinematográfica do país vizinho em quase 30 anos! Ou seja, por três décadas, os paraguaios viram o mundo pela ótica de produções argentinas, espanholas – e, principalmente, americanas.

Cinema não é diversão, é negócio estratégico, sobretudo nos tempos da globalização. Os casos da França e da Itália ilustram bem isso. Enquanto este último país, que contou com uma ativa cinematografia nas décadas de 50 a 70, viu seu cinema quase desaparecer nos anos 80 – e hoje suas salas passam apenas produções americanas –, a França operou na contramão. Saiu em defesa de seus filmes: mesmo sem um protecionismo exacerbado, bateu pé na tecla de que cinema não é um produto, mas um bem cultural, valor simbólico de um povo. E com esse argumento enfrentou a disputa com Hollywood. Muitas produções francesas têm o suporte da emissora estatal de TV ou são realizadas também para exibição na rede de ensino. Resultado: nas últimas décadas quase metade dos títulos exibidos nas salas francesas são “nacionais”. (Nos últimos anos quem assistiu à estréia de um filme italiano que não fosse alguma bobagem do Roberto Begnini?)

Quando o ex-presidente Collor de Mello extinguiu a Embrafilme, não apenas terminava com uma estatal controvertida, mas desmantelava um sistema de produção (iluminadores, cenógrafos, figurinistas, roteiristas, montadores, câmaras, sonoplastas), mão-de-obra especializada que exige anos de formação. Com a retomada do cinema brasileiro, após a criação da Agência Nacional do Cinema, nova safra de produções começou a ocupar espaço e disputar bilheteria (chegando a 20% de participação). Há ainda muito chão, muitas *Antônias* e *Filhos de Francisco* a vencer. E isso é melhor que esperar trinta anos para se ver espelhado nas telas do cinema.

